



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JAQUELINE DE OLIVEIRA SOUSA

**MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDES: UMA ANÁLISE SOBRE O CASO OCUPA
PRAÇA EM TERESINA - PI**

TERESINA – PI

2018

JAQUELINE DE OLIVEIRA SOUSA

MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDES: UMA ANÁLISE SOBRE O CASO OCUPA
PRAÇA EM TERESINA - PI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Olívia Cristina Perez, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

TERESINA – PI

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Processos Técnicos

S725m Sousa, Jaqueline de Oliveira.
 Movimentos sociais em redes : uma análise sobre o caso Ocupa
Praça em Teresina - PI / Jaqueline de Oliveira Sousa. -- 2018.
 119 f. : il.

 Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro
de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, Teresina, 2018.

 “Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Olívia Cristina Perez.”

 1. Movimentos sociais. 2. Movimento Ocupa Praça. 3. Redes de
Movimentos Sociais - Teresina (PI). I. Título.

CDD 303.484

JAQUELINE DE OLIVEIRA SOUSA

**MOVIMENTOS SOCIAIS EM REDES: UMA ANÁLISE SOBRE
O CASO OCUPA PRAÇA EM TERESINA/PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de Concentração: Estado, Instituições Políticas e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Estado, Movimentos Sociais, Cidadania e Comportamento Político.

Orientadora: Profa. Dra. Olívia Cristina Perez

Aprovado em 16 de outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Olívia Cristina Perez (UFPI)
Orientadora



Prof. Dr. Bruno Mello Souza (UFPI)
Examinador Interno



Profa. Dra. Masilene Rocha Viana (UFPI)
Examinadora Externa

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, pela condução na minha vida que me fez ter mais um desafio cumprido.

Aos meus pais pelo apoio em todos os momentos.

À Thays Torres, minha amiga, pelo incentivo inicial e durante o percurso.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Olívia Cristina Perez, pela presença nessa construção, por guiar-me e instigar-me neste projeto, e, de certa forma, pelo crescimento proporcionado no âmbito pessoal.

Aos professores em geral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, pelas experiências e saberes compartilhados. Em especial, à Prof.^a Dr.^a Masilene Rocha Viana, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, ao qual realmente em suas aulas pude me encontrar num espaço de debate, e pelo valor das contribuições agregadas a esta pesquisa, essencial para o amadurecimento deste trabalho.

A todos que foram entrevistados, com atenção aos militantes do Movimento Ocupa Praça, por sempre se mostrarem dispostos e solidários em ajudar, em especial, a colaboração de Luan Rusvell.

Por fim, aos amigos que me incentivaram nos contratempos e aos colegas de classe que me apoiaram e deixaram seus reflexos e impressões para o enriquecimento deste estudo.

Obrigada a todos!

RESUMO

Pesquisa com foco no movimento denominado “Ocupa praça” (2015-2016) ocorrido em Teresina - PI, em suas relações com os gestores das políticas de mobilidade urbana municipal, de forma a identificar os elos da rede de apoio ao movimento no período mais intenso de ocupação da praça das Ações Comunitárias, no bairro Parque Piauí, alvo fundamental da defesa do patrimônio arbóreo que seria derrubado com o projeto municipal de lá instalar um terminal de integração como parte do Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina. Inserindo-se na discussão sobre Estado e movimentos sociais, a pesquisa repousa atenção nesse processo imbricado de discussão do planejamento público, tendo em vista o desafio de averiguar, sob a óptica instrumental-teórica das redes, como os distintos movimentos e organizações reforçaram o poder do Movimento Ocupa Praça na arena política a ponto de intervir no direcionamento da política pública. Para tanto, examinou-se a formação do movimento, os padrões organizacionais e de aliança, a articulação com o poder público e os resultados alcançados pelo movimento em sentido objetivo e simbólico. No que tange à metodologia, foram utilizadas como fontes, informações da mídia corporativa e do próprio movimento em redes sociais, documentos, e entrevistas semiestruturadas com militantes, com “nós” ou elos da rede de apoiadores que se estruturou nesse processo de luta e representantes do poder público envolvidos na formulação da política à época. Como resultados, destacamos a presença acentuada de “nós” de uma rede movimentalista que ampliou o poder de interlocução do movimento na arena pública, por meio de um portfólio substancializado de práticas, experiências, saberes e canais de articulação política que gerou impacto e influência sobre a política de mobilidade urbana e a qualificação da decisão pública, com conquista substantiva para os atores sociais envolvidos nesta luta, que após nove meses de intensas atividades, tiveram a praça mantida (com suas árvores preservadas).

Palavras-chave: Movimentos sociais. Movimento Ocupa Praça. Redes de Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Research focusing on the movement called "Ocupa Praça" (2015-2016) occurred in Teresina - PI, in its relations with the municipal urban mobility policy managers, in order to identify the links of the support network to the movement in the most intense period of occupying the Community Action Square in the Parque Piauí neighborhood, a fundamental target for the defense of tree patrimony that would be overturned with the municipal project to install an integration terminal there as part of the Teresina Urban Transport and Urban Mobility Master Plan. Focusing on the discussion of state and social movements, the research focuses attention on this imbricated process of public planning discussion, in view of the challenge of ascertaining, from the instrumental-theoretical point of view of the networks, how different movements and organizations reinforced the power of the Ocupa Praça Movement in the political arena to intervene in the direction of public policy. For that, the formation of the movement, the organizational and alliance patterns, the articulation with the public power and the results achieved by the movement in an objective and symbolic sense were examined. As far as the methodology was concerned, information sources from the corporate media and the movement itself in social networks, documents, and semi-structured interviews with militants were used as sources, with "nodes" or links of the network of supporters that was structured in this struggle process and representatives of public power involved in the formulation of politics at the time. As results, we emphasize the marked presence of "nodes" of a movement network that expanded the power of the movement's dialogue in the public arena, through a substantiated portfolio of practices, experiences, knowledge and channels of political articulation that generated impact and influence on the urban mobility policy and the qualification of the public decision, with substantive achievement for the social actors involved in this struggle, which after nine months of intense activities, had the square maintained (with its trees preserved).

Keywords: Social movements. Ocupa Praça Movement . Networks of Social Movements.

LISTAS

Figuras

Figura 1 –	Localização dos Terminais na cidade.....	65
Figura 2 –	Conjunto Habitacional Parque Piauí, em 1968.....	68
Figura 3 –	Primeira postagem do movimento nas redes sociais: chamada para ocupação da praça.....	73
Figura 4 –	Localização do Terminal bairro Parque Piauí.....	80
Figura 5 –	Rede do Movimento Ocupa Praça (nós da rede).....	86
Figura 6 –	Audiência pública realizada no bairro.....	95

Quadro

Quadro 1	Base de referência para sistematização de cenários para estruturação do Plano Diretor de Transporte da PMT.....	62
-----------------	---	----

SIGLAS E ABREVIATURAS

BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional de Habitação
CF/88	Constituição da República Federativa do Brasil (1988)
COHAB	Companhia de Habitação
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EOP	Estrutura de Oportunidades Políticas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCidades	Ministério das Cidades
MPE-PI	Ministério Público do Estado do Piauí
MST	Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NMS	Novos movimentos Sociais
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCO	Partido da Causa Operária
PlanMob	Plano de Mobilidade Urbana
PLN	Programa Lagoas do Norte
PMT	Prefeitura Municipal de Teresina
PNMU	Política Nacional de Mobilidade Urbana
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Partido Verde
RAAS	Relatório de Avaliação Ambiental e Social
REAJU	Rede de Assessoria Jurídica Universitária
RENAP	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SDU Sul	Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sul
SEMGOV	Secretaria Municipal de Governo
SeMob	Secretaria Nacional do Transporte e da Mobilidade Urbana
SEMPPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação
SINDISERM	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina

SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNAPU	Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos
SNH	Secretaria Nacional de Habitação
SNSA	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
STRANS	Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito
TMR	Teoria da Mobilização dos Recursos
TPP	Teoria do Processo Político
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFPI	Universidade Federal do Piauí

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Procedimentos metodológicos	15
1 MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES MOVIMENTISTAS: APORTES TEÓRICOS EM DISCUSSÃO	19
1.1 Movimento social e os “repertórios” teóricos em cena.....	23
1.2 A expectativa de integração teórica: aproximando as abordagens.....	32
2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: DA REDEMOCRATIZAÇÃO À ATUALIDADE	41
2.1 O fortalecimento das lutas no período da redemocratização brasileira pós-Ditadura.....	41
2.2 Os movimentos sociais e a atuação nos espaços institucionais de disputa política.....	47
3 A CIDADE COMO ESPAÇO DE LUTAS E DE POLÍTICAS URBANAS EM CONFRONTO	52
3.1 Direito à cidade: o projeto social no planejamento urbano.....	52
3.2 Políticas públicas, questão socioambiental e as diretrizes para o desenvolvimento urbano: um diálogo inter cruzado.....	56
3.3 O Plano Diretor de Transporte e de Mobilidade Urbana de Teresina.....	61
3.4 Teresina como cenário de lutas urbanas.....	66
4 “OCUPA PRAÇA”: GÊNESE, DEMANDAS, ELOS DA REDE, ALIANÇAS E LEGADO POLÍTICO	72
4.1 A gênese do Movimento: entrelaçando conexões e produzindo identidade.....	72
4.2 Os fundamentos da ação: Pautas ideológicas e discursivas.....	79
4.3 Ocupa Praça: redes, elos conectivos e padrões de aliança.....	84
4.4 Articulação com o Estado: caminhos e desafios.....	91
4.5 O legado político e simbólico do Ocupa Praça.....	100

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICE A – Roteiro da entrevista com os integrantes do movimento.....	117
APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com o poder público.....	119

INTRODUÇÃO

O Movimento Ocupa Praça surgiu no ano de 2015, no bairro Parque Piauí, zona Sul da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, tendo como característica fundamental uma demanda de caráter ambiental, em contraponto às diretrizes impostas no Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina, cuja fase de implementação estava prevista para iniciar naquele ano.

O aludido projeto, contemplava a construção de nove terminais de integração, oito localizados na periferia da cidade: Terminal Rui Barbosa, Buenos Aires, Piçarreira, Santa Isabel, Livramento, Itararé, Bela Vista e Parque Piauí – esses dois últimos na zona sul da cidade – e um terminal, localizado na região central do município (Terminal da Praça da Bandeira) (TERESINA, 2008).

Ocorre que, o local previsto para instalação de um dos terminais, o do Parque Piauí, envolvia mudanças no bairro, em especial na Praça das Ações Comunitárias, com a previsão de retirada de árvores e alterações substantivas; ao que a população, ao tomar conhecimento, iniciou reação e organização coletiva com vistas a contestar o planejamento municipal de lá instalar um terminal, entendendo serem substantivos os danos ao patrimônio arbóreo e aos moradores do entorno. Nesse processo, inicia-se e constitui-se o que ficou conhecido como o “Ocupa Praça”, considerando que a estratégia de luta fundamental desse movimento centrou-se na ocupação da área da Praça, pondo em debate público a questão socioambiental levantada pelos moradores, em um claro confronto com a prefeitura que propunha o terminal como parte do então Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina.

Assim, em 2015, a polêmica em torno do local de construção do terminal de integração na Praça das Ações Comunitárias, no bairro Parque Piauí, gerou as condições objetivas para o início do levante popular, sobretudo porque representaria a destruição desse espaço e a retirada de cerca de 200 árvores. No cenário de tensão social que se formou, deu-se início a um processo de união de forças sociais em função da salvaguarda de ideais de preservação ambiental e em litígio frente à possibilidade de que o curso da política de mobilidade urbana, desenhada na capital, fosse levado a efeito com o planejado.

Na verdade, o Ocupa Praça mobiliza tensões no tocante a três aspectos da política municipal: a política (e a questão) ambiental, a mobilidade urbana e a participação dos cidadãos na definição das políticas públicas, esse último aspecto bastante discutido pelos moradores que consideraram o projeto definido pela Prefeitura, sem amadurecimento e

envolvimento efetivo dos habitantes do bairro, pois não teriam participado da decisão quanto à instalação do terminal na área da Praça.

Após frequentes diálogos entre representantes do movimento, gestores do município e comunidade, em 15 de julho de 2016, o movimento conseguiu lograr êxito, pois a prefeitura acenava, nessa data, a mudança do lugar de construção do terminal para outro espaço do bairro.

Desse modo, este estudo investiga este movimento e a sua trajetória de participação no processo de formulação da política pública de mobilidade urbana, durante nove meses de ocupação, inserindo-se na agenda de pesquisas que avançaram no sentido de verificar a relação entre Estado e movimentos sociais. Ao acompanhar esse intenso tempo de agitação política e debate entre os envolvidos, e identificando que os moradores locais articularam diversos apoiadores para dar sustentação à luta, de forma a viabilizar seus intentos, assumimos o propósito de pesquisar o “Ocupa Praça”, repousando nossa atenção nesse processo imbricado de discussão do planejamento público, tendo em vista o desafio de aferir o peso estratégico dos elos de apoio ao movimento nesse processo de articulação em rede.

Para a análise, foi adotada a perspectiva instrumental/analítica das redes. Para tanto, examinou-se a formação do movimento, os padrões organizacionais e de aliança, a articulação com o poder público e os resultados alcançados pelo movimento em sentido objetivo e simbólico.

Nesse espectro político, o que se pretende aprofundar é a discussão sobre redes de movimentos sociais, uma vez que a literatura sobre movimentos sociais o aponta como um caminho de pesquisa para compreender a relação entre movimentos sociais e Estado (ABERS, 2011; SILVA, 2010). Assim, o estudo das redes de movimentos sociais tornou-se um conceito reconhecidamente fértil para produção social (DIANI, 2003; SCHERER-WARREN, 2011a), sobretudo por tratar-se de uma via instrumental-teórica que explora diferentes facetas do agir coletivo.

A reflexão proposta pretende caracterizar o Movimento Ocupa Praça, dentro desse marco propósito de redes. Em síntese, contribuem para esse entendimento, a identificação dentro desse movimento de princípios refletidos nas redes, tendo como exemplos: a participação igualitária, horizontalidade, articulação, compartilhamento, solidariedade e descentralização. Ainda que esses conceitos evoquem na análise sociológica a real extensão desses princípios no interior dessas organizações (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004).

Baseado no caso empírico, o estudo enfoca as relações entre movimento social e Estado, partindo da premissa de que: “Estado e sociedade não são peças separadas, mas um *continuum*; mudanças políticas têm de abranger a ambos” (TONI, 2001, p.94). Reconhecer que entre ambos prevalece uma relação orgânica é de fundamental importância para decifrar como os movimentos sociais ultrapassam os limites institucionais políticos.

Desse modo, com base na perspectiva de ressaltar os movimentos sociais como atores influenciadores do processo político, o aspecto central desta pesquisa foi entender como o Movimento Ocupa Praça estabeleceu conexões que permitiram, dentro de um processo de negociação, intervir no redirecionamento da política pública. Contudo, ainda que seja conexo ao debate, não se concentrou nesta análise a atenção sobre o impacto deste movimento no Estado para produção de políticas públicas, colocando o foco eminentemente na visão interna do movimento, apontando para definição de seus instrumentos e mecanismos internos de coesão e organização.

Assim sendo, adotou-se o argumento dos autores Della Porta e Diani (2006) como hipótese central deste estudo. Os autores convergem para o entendimento de que os movimentos sociais aumentam as chances de acesso ao sistema político, tanto por meio de canais *ad hoc* relacionados a certas questões, como por meio de aliança com instituições com poder de pressão institucional abertas a esses atores (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Emergindo dessa limitação empírica e teórica nesse campo de estudos, esta pesquisa traz novas ramificações, pois verifica a rede de relações do movimento e a sua impulsão para o êxito; a pesquisa assumia ainda a intenção de colaborar para o incremento sobre as pesquisas na área¹, considerando ser ainda incipiente o conhecimento produzido acerca desse processo de luta. As bibliografias produzidas sobre o movimento o enfatizavam sob as dimensões:

- *Do direito à Cidade*, com vistas à mobilidade urbana e participação da população no planejamento urbano; recaindo atenção sob o modelo de exclusão social que se implementa na cidade. Assentado nessa perspectiva, o artigo *Gênesis, direitos e revolução: Parque Piauí, 1968-2016* (ANDRADE, 2016) traz o levantamento contextual histórico, estrutural e socioespacial do

¹ Em um levantamento do que havia sido produzido sobre o movimento, identificamos somente três produções acadêmicas voltadas para o Ocupa Praça, um estudo intitulado: “Gênesis, direitos e revolução: Parque Piauí, 1968-2016” (ANDRADE, 2016); um outro intitulado “Movimento #OcupaPraça: entrelaçando resistências pelos direitos à cidade e à comunicação” (SANTOS; ANDRADE; SILVA, 2016a); e um terceiro, intitulado “Da negação à reconstrução de direitos à comunicação e à cidade no Movimento #OcupaPraça” (SANTOS; ANDRADE; SILVA, 2016b).

bairro Parque Piauí, promovendo as bases de entendimento para nascimento do movimento;

- *Do direito à comunicação*, com ênfase discursiva centrada na relação entre mídia regional e sujeitos da cidade no processo de enquadramento frente a problemas metropolitanos, expressando a restrição dos sujeitos aos canais de debate e o processo de homogeneização e de dominação dos meios de comunicação. Nessa linha, o artigo Movimento #OcupaPraça: entrelando resistências pelos direitos à cidade e à comunicação (SANTOS; ANDRADE; SILVA, 2016a) investiga a relação existente entre direito à cidade e direito à comunicação, mostrando a dialética existente entre essas variáveis. Nessa mesma linha, o artigo “Da negação à reconstrução de direitos à comunicação e à cidade no Movimento #OcupaPraça” (SANTOS; ANDRADE; SILVA, 2016b) expõe os vínculos entre direitos e cidade, mostrando como as correlações entre comunicação e cidade implicam uma possibilidade de acessos ou restrição de direitos. Por outro lado, o artigo pauta a discussão sobre a maneira como a mídia regional nega o direito de comunicação da população.

O foco desses trabalhos (ANDRADE, 2016; SANTOS; ANDRADE; SILVA, 2016a/b) adentra a discussão sobre a cidade e a exclusão de camadas sociais no processo de participação popular. Ao expor a crítica ao modelo de gestão da cidade e a contribuição do movimento na busca do ideal democratizante, observou-se que os trabalhos careciam de elementos que revelassem os caminhos da ação política traçado pelo movimento, tendo em vista que alguns conteúdos permaneciam ocultos, tais como: a atuação política, os padrões de alianças, os níveis de articulações e os canais utilizados para viabilizar a interlocução do movimento com o Estado. Assim sendo, a presente análise adentrou nesse aspecto inexplorado, no intuito de esclarecê-lo e levar ao conhecimento público uma luta política forjada no confronto pelo direito a uma cidade sustentável e democrática, aberta, portanto, ao debate participativo quanto ao rumo das políticas públicas municipais.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa desenvolvida teve caráter exploratório e qualitativo. Inicialmente, recorreu-se ao levantamento² de dados por meio das redes sociais do movimento. Nesse momento do processo, focalizou-se a pesquisa documental com o objetivo de reconstruir a trajetória do movimento: tais como publicações do “Ocupa Praça”, matérias, relatórios, documentos, vídeos e fotos coletados tanto na página oficial do movimento quanto em sites de notícias (Portal O Dia, Capital Notícia, Cidade Verde, Portalpmt e Entrecultura).

Algumas postagens do movimento expunham documentos relativos à ação popular movida por uma moradora do bairro, a liminar de suspensão da obra, a liminar sobre a derrubada da suspensão do terminal e o ofício de nº 1.163/2015 – GAB/ STRANS que versava sobre as medidas mitigadoras do impacto ambiental da área e as propostas de compensação ambiental para o bairro feitas pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT).

Num segundo momento, o caminho trilhado voltou-se para a exploração e identificação dos atores do movimento e seus apoiadores (movimentos sociais, entidades de assessoria jurídica, etc.), ao considerar que a análise em rede sinaliza um conjunto de nós ou elos que atuam conjuntamente frente a um objetivo comum. Nessa fase, o primeiro passo foi o contato com um dos representantes do movimento, mediado por um conhecido em comum.

A identificação desses nós visou entender como se formaram as conexões e os elos entre as unidades presentes e por quais vias transcorreram as comunicações. Esse mapeamento foi fundamental para a sistematização da amostra. Percebeu-se, assim, que o movimento foi muito fluído, de modo que o foco recaiu no levantamento sobre os indivíduos-chaves que integraram o Movimento Ocupa Praça.

Foram entrevistados dois grupos representativos: militantes do movimento e representantes do poder público. Na amostra do universo representado pelo grupo dos militantes, os critérios de corte recaiam sob as posições de representação e de centralidade dentro do movimento. O critério de amostra se justifica em face do grau de participação e de vinculação desses membros às atividades políticas que visavam à articulação e negociação com o poder público, ou seja, justifica-se em face da posição de visibilidade e de representatividade dentro do espaço institucional. Nesse universo, nove entrevistas foram realizadas. O contato inicial ocorreu pela rede social (Facebook).

² No *Facebook*, contabilizou-se 618 postagens realizadas pelo movimento.

Visto dessa maneira, existem dois pontos fundamentais para escolha do método intencional de amostragem: Primeiro, porque, embora os demais membros tenham participado de atividades diversas e desempenhado papéis distintos no movimento (atividades recreativas, educativas, de mobilização e de organização), dentro da arena política, a fala e a representação dos papéis de interlocução com o Estado são extremamente relevantes para a elucidação da questão proposta. Segundo, pela dificuldade que os demais membros enfrentariam ao revelarem aspectos cruciais dessa relação com o Estado, tendo em vista que não dispõem dessas informações por suas ações estarem ligadas a outras atividades.

Ao considerar a percepção de que todo grupo possui elos conectivos que repassam informações e fazem a comunicação fluir, supõe-se que os papéis desempenhados por esses atores foram de caráter extremamente funcional para a fisiologia do movimento.

Fundamentados os critérios, iniciou-se o primeiro contato com os integrantes do movimento por meio das redes sociais, optando-se como técnica metodológica o *Snowball sampling*. Esse procedimento não probabilístico, conhecido como bola de neve, consiste em pedir ao participante inicial de uma pesquisa a indicação de novos participantes com potencial representativo para sua pesquisa, de uma maneira sucessiva, até que se consiga atingir, a saturação, ou seja, quando forem indicados membros do movimento que já foram entrevistados.

A segunda amostra contou com a participação de representantes do poder público. Como critério de recorte, optou-se pela realização de entrevistas com agentes diretamente envolvidos na formulação da política pública de mobilidade urbana municipal no período do Movimento Ocupa Praça. Protocolaram-se, no mês de março, requerimentos em três órgãos da administração pública municipal de Teresina: Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito (STRANS), Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação (SEMPPLAN) e para Secretaria de Governo (SEMGOV). Tanto a SEMPLAN, por meio da qual representantes se envolveram diretamente nas audiências de negociação realizadas pelo Ministério Público, como a SEMGOV responderam que a solicitação deveria ser encaminhada para a STRANS, indicando o órgão como competente para o repasse de informações. Assim, a SEMGOV despachou a solicitação diretamente para STRANS. Pacificado o impasse, depois de também protocolar a solicitação na STRANS, a entrevista foi realizada no mês de abril de 2018. Ao todo, dois encontros foram realizados com o representante do poder público.

Como instrumental de pesquisa, utilizou-se entrevistas do tipo semiestruturada. Ao todo, foram realizadas dez entrevistas entre os meses de janeiro e abril de 2018. Nove entrevistas foram realizadas pessoalmente e por telefone com o grupo de militantes, cujo

resultado desse número expressa o ponto de saturação teórica³. E uma com o poder público realizada em dois encontros.

Os roteiros com o movimento (Apêndice A) e com o poder público (Apêndice B) tiveram como fonte de embasamento os conceitos recorrentes na literatura sobre a temática. Por meio dessa leitura, estabeleceram-se as seguintes categorias analíticas: a percepção dos participantes quanto aos percursos políticos, experiências, práticas organizativas, padrões de alianças e resultados práticos e simbólicos alcançados.

A pesquisa, aqui apresentada, está estruturada em quatro capítulos, a seguir:

O primeiro capítulo, intitulado Movimentos sociais e redes movimentalistas: aportes teóricos em debate, salienta a diversidade conceitual presente na literatura, expondo como isso reverbera no meio acadêmico para dar conta de analisar os movimentos sociais em suas conformações reais, apontando também as três grandes famílias nas teorias de movimentos sociais que emergiram à cena, a partir da década de 1960: Teoria da Mobilização dos Recursos (TMR), Teoria do Processo Político (TPP) e Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) (ALONSO, 2009), embora nesta seção a ênfase recaia na TPP e TNMS, uma vez que se encontrou maior respaldo nessa literatura para a realidade que se pretendia explicar por apresentarem elementos aproximativos relativos ao fenômeno estudado. Assim, o capítulo salienta a pluralidade conceitual presente na literatura e as diversas nuances teóricas que fomentaram o estudo sobre a dinâmica coletiva, expondo a metamorfose de sentidos empregados na ação coletiva, ao longo do tempo e apresenta ainda a perspectiva das redes como uma teoria que, no contexto globalizado, expressa uma via de comunicação aberta por meio da qual se inter cruzam dimensões complementares de análise da realidade, conferindo ênfase à centralidade desse conceito na agenda de estudos sobre movimentos sociais.

O segundo capítulo, intitulado Movimentos Sociais no Brasil: da redemocratização à atualidade, explora aspectos da história recente dos movimentos sociais no Brasil, especialmente no período pós-redemocratização, destacando a fase de euforia movimentalista e de expansão das lutas urbanas da segunda metade dos anos 1980 (VIANA, 2000) e o período imediatamente subsequente, de predomínio de uma perspectiva mais institucional de atuação da maioria dos movimentos sociais, a partir dos anos 1990, vindo a configurar um tempo contemporâneo de confluência perversa entre o projeto democrático participativo e o neoliberal (DAGNINO, 2004, 2005).

³ Uma entrevista realizada por telefone teve que ser suprimida da pesquisa, pois um participante não enviou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), presumindo-se sua desistência ou não autorização de sua participação no estudo.

Com base na reflexão de Lefebvre (2008), o terceiro capítulo, intitulado A cidade como espaço de lutas e de políticas urbanas em confronto, traz uma abordagem sobre o direito à cidade. Seguindo essa linha, traz o parâmetro do desenvolvimento de políticas urbanas alinhado a questões socioambientais. Expondo as diretrizes que envolvem a Política Nacional de Planejamento Urbano e o Plano de Transporte e Mobilidade Urbana de Teresina, como também esboça o contexto histórico de formação do bairro Parque Piauí. Ainda nesse núcleo temático, apresenta-se uma leitura situada no desenvolvimento e evolução urbana da cidade de Teresina, incorporando, assim, a visão sobre os fenômenos urbanos que ensejaram os processos de lutas na capital.

Por fim, o último capítulo (quarto), intitulado “Ocupa Praça”: gênese, demandas, elos da rede, alianças e legado político expõe a narrativa e a trajetória do movimento, trazendo à tona o contexto social político no qual estavam inseridos, a partir dos seguintes referenciais empíricos de análise: a formação do movimento, padrões organizacionais, padrões de aliança, a articulação com o poder público e os resultados alcançados pelo movimento em sentido objetivo e simbólico.

1 MOVIMENTOS SOCIAIS E REDES MOVIMENTISTAS: APORTES TEÓRICOS EM DISCUSSÃO

Movimentos sociais têm sido definidos de diversas formas e por diferentes matizes de interpretação (DIANI, 2003). As múltiplas trajetórias de teorização sobre movimentos sociais revelam que, embora o conceito tenha se desenvolvido ao longo do tempo, pensar em uma definição conceitual linear para o termo apresenta-se como um problema sensível e controverso (ALONSO, 2009; GOHN, 2000, 2008), assim como em outras áreas.

Segundo expressa Doimo, a categoria movimento social reflete uma contraversão teórica que evoca certa inquietude acadêmica. Sendo “impossível utilizá-la, do ponto de vista teórico, sem que o pensamento se perca num emaranhado de significados que a ela foram aderindo ao longo do tempo” (DOIMO, 1995, p. 37).

A criação do termo movimento social remete ao ano de 1840, no contexto marxista do movimento operário europeu, como representação “da organização racional” (DOIMO, 1995, p. 37) da classe trabalhadora no enfrentamento pela transformação das relações capitalistas de classe. Segundo (DOIMO, 1995, p. 37), a categoria movimento social adquiriu:

bem antes da crise do socialismo real e da queda do muro de Berlim, a capacidade de referir-se a uma multiplicidade de novas formas de participação, igualmente pensadas em função da alteração da lógica capitalista, só que, agora, organizadas espontaneamente na esfera da cultura enquanto novos movimentos sociais.

Remontando a gênese dos movimentos sociais, em meio ao século XIX, as distintas abordagens teóricas tentaram interpretar a ação coletiva fundamentando suas construções em eixos paradigmáticos sistematizados em dinâmicas específicas (cultura, aspectos institucionais, políticos, resistência, saberes); O que, em parte, explica a sinuosidade do conceito e a dificuldade de manter uma linearidade de noção.

A posição de alguns autores (DOIMO, 1995; TONI, 2002), quanto ao acirramento insurgente dessa categorização e apadrinhamentos teóricos, aponta que argumentar quanto à primazia de determinadas matizes acadêmicas ocasiona muito mais a supressão de questões relevantes da ação coletiva do que a extração de informações que expressem a capacidade destas de transformar as relações sociais, tendo em vista que tudo que escapa do perímetro de análise de determinada premissa teórica não poderia ser considerado movimento social, evidenciando a esterilidade e inutilidade dessa supervalorização categorial (DOIMO, 1995).

Toni (2002) defende que, embora não exista superioridade entre os diferentes enfoques, seja do ponto de vista empírico ou teórico (TONI, 2002), esse enquadramento

categórico dos movimentos sociais, centralizando-se mais em taxionamentos e delimitações quanto ao tipo específico de ação coletiva, demonstra ser mais controverso do que proveitoso para o estudo dos movimentos sociais (TONI, 2002), por resultarem na invisibilidade ou negligenciamento de dimensões importantes da ação. Ao considerar que, a depender do plano teórico utilizado na análise da ação coletiva, alguns fatores envolvidos se manteriam num plano implícito de análise.

Assim, essas teorias autolimitadas pelo seu alcance e esbarrando-se na dificuldade de transpor suas fronteiras conceituais não estabeleceram uma ponte dialética entre si (TONI, 2002). O que, com efeito, resultou em destacar pontos divergentes entre as teorias e solapar traços afins entre ela, acabando por reavivar “[...] a celeuma sobre velhos e novos movimentos sociais” (ALONSO, 2009, p. 81), resultando em uma leitura truncada da ação coletiva.

Ao espelhar as reflexões de Doimo (1995) sobre a crise no conceito, em seu livro *Veza e a voz do popular*, a autora expõe que a problemática, diante de tal fato, incide sob a polarização evidente na organização e na sistematização das premissas que sustentam tais teorias. Para exemplificar, a autora traz à tona a exaustão analítica do paradigma marxista, que até o início dos anos de 1960 figurava em um plano central de análise sociológica para explicar a ação coletiva. Explana Doimo (1995, p. 40) que as mudanças na estrutura produtiva deixaram em evidência a crítica a antagonismos clássicos como “sagrado-secular, comunidade-sociedade, tradicional-moderno, solidariedade-racionalidade burocrática, ideologia-ciência e assim por diante” (DOIMO, 1995, p. 40).

De acordo com a referida autora, “tudo concorria para o embaralhamento dos parâmetros teóricos e o escurecimento dos consagrados critérios e mecanismos organizativos, pelos quais ativistas e analistas deveriam pensar os valores e a metas das lutas sócio-políticas [...]” (DOIMO, 1995, p. 40).

Doimo (1995) traz à tona o contexto dos anos 1970 e o sentimento literário otimista advindo dos novos movimentos sociais, demonstrando o panorama de oposição que convergia entre velhos e novos movimentos sociais. Os novos movimentos sociais, ancorados sob a primazia do apego aos aspectos culturais e em oposição à “[...] velha determinação econômica e de falência do movimento operário e socialista” (DOIMO, 1995, p.42), refletiam em certo prolongamento do padrão sociológico marxista. O raciocínio implícito expõe que os novos movimentos sociais apresentam inadequações, carecem de explicações, principalmente se analisados sob o desejo de unidade, difundindo-se como uma reelaboração teórica dos movimentos que se ocupavam em explicar a causa operária e a luta pela ruptura da política

hegemônica do século XIX; Fatos estes que evidenciam os novos movimentos apenas como uma flexibilização categórica marxista (DOIMO, 1995).

Ainda nesse raciocínio, ao analisar a raiz dessa questão, autores como Toni (2002) aponta subsídios que orientam quanto à decodificação desse encruzilhamento teórico. Argumenta o autor que, embora com “[...] raízes empíricas comuns” (TONI, 2002, p. 79), as diversas ópticas teóricas sobre os movimentos sociais mantiveram-se isoladas discursivamente. O que de fato, acentuado por um clima de competição, resultou em enfoques dissonantes, ainda que entre elas verificassem elementos aproximativos (TONI, 2002).

Entender o que é ser Movimento Social expõe um desafio que vai além do rigor presente nos enquadramentos teóricos e “[...] dicotomias conceituais” (DOIMO, 1995, p. 40). Ou seja, essa compreensão expressa um atravessamento teórico que expõe um processo de abertura a múltiplas facetas dimensionais, o que, nas palavras de Toni (2002), constitui uma combinação de estudos entre literaturas divergentes; e a incorporação de *insights* de outras matrizes teóricas já apresenta resultados satisfatórios, sendo uma tendência “[...] muito positiva para o estudo dos movimentos sociais” (TONI, 2002, p. 96).

Nesse foco, ao buscar novos conteúdos para ação coletiva, com a esperança de agregar para temática novas heranças teóricas, os pesquisadores são instigados a repensar as carências, excessos e alcances presentes nas diferentes teorias sobre movimentos sociais (ALONSO, 2009; GOHN, 2008), mesmo que essa nova fonte de reflexão possa produzir mais polarização.

O que se depreende desse contexto é que a literatura sobre movimento social, embora se mostre robusta e permeada por matizes que fornecem elementos para a compreensão das orientações simbólica, ideológica e política presentes na dinâmica ação coletiva, não permite uma definição universalista que abarque a diversidade de movimentos que emergem de uma sociedade heterogênea e plural. Assim, uma discussão sobre os alicerces teóricos torna-se uma exigência perene para a compreensão adequada dos movimentos operantes na realidade contemporânea (MELUCCI, 1999).

Com base nessa perspectiva, e motivada por esse desafio de conectar e aproximar dimensões teóricas, metodológicas, simbólicas, estruturais, políticas, culturais e identitárias da ação coletiva, que antes permaneciam isoladas e discursivamente concentradas em si mesmas, a partir da década de 1990, uma literatura centrada em uma visão polifacetada ganhou projeção ao tentar compreender a ação coletiva pela análise de campos heterogêneos dinâmicos: as redes (ALONSO, 2009; TONI, 2001).

As redes, segundo posição de alguns autores (DIANI, 1992, 2003), assumem essa acepção integrativa, visto que permite mapear e estruturar em uma teia multilinear os movimentos sociais em “[...] uma estrutura policêntrica, frouxa, de contornos ambíguos, englobando conexões formais e informais entre ativistas e organizações, pelas quais circulam recursos, valores, informações, poder” (ALONSO, 2009, p. 73), revelando ser um esforço para promover uma síntese viável (DIANI, 1992, 2003).

Diani (1992, 2003) acata a ideia de síntese teórica no estudo das redes, embora essa noção de sincretismo teórico não se confirme nessa elaboração. O que parece mais apropriado afirmar é que o estudo pelo aporte das redes constitui uma linha analítica que se orienta pela exploração de pilares explicativos de divergentes correntes teóricas, não se tratando em si de um sintetismo ou hibridismo teórico, mas de um desenvolvimento teórico-metodológico que se distingue pela capacidade de jogar luz sobre diversos enfoques, sem preteri-los.

Assim sendo, o produto dessa comunicação inclusiva entre as correntes gira mais em torno do aproveitamento de diferentes heranças conceituais do que pela fusão de aportes fundamentais de categorias distintas de análise.

A partir da década de 1960, o ressurgimento de mobilizações na Europa e nos Estados Unidos provocou a ruptura quanto a explicações das teorias hegemônicas existentes sobre movimentos sociais (ALONSO, 2009; DOIMO, 1995).

O campo sociológico, até essa década, ocupava-se de fenômenos sociais, orientando-se ora por meio da leitura marxista, ora por meio da perspectiva sociologia do *collective behavior*. Desse modo, predominava uma subordinação analítica na esfera econômica, em que o personagem central histórico constituía-se no movimento da classe operária (DOIMO, 1995).

Cumprir observar que os autores do comportamento coletivo centravam seus estudos sobre o caráter psicológico do indivíduo frente às situações de mudança. Nesse prisma, os movimentos sociais tinham como base uma resposta aos processos de mudança, vista sob uma perspectiva irracional de defesa do indivíduo.

Essa abordagem analisava os movimentos, tendo como ponto central o comportamento coletivo, em que as observações, frente às tensões, frustrações e ações dos participantes, constituíam os elementos que permitiam delinear as estruturas de crescimento, evolução e comunicação dos movimentos. O surgimento dos movimentos seria o produto de desajustes no sistema, que dentro de um fenômeno provocador de insatisfações geraria respostas rápidas, resultando em reivindicações. Os comportamentos coletivos, segundo essa abordagem, seriam consequência de conflitos sociais.

Entretanto, esse modelo explicativo não encontrou fôlego frente à emergência de movimentos sociais na Europa e nos Estados Unidos durante os anos de 1960 a 1970, ao entender que esses movimentos não representariam reações a crises econômicas ou a tensões sociais. As respostas eminentes para esse déficit teórico culminaram no surgimento de linhagens teóricas deslocadas dos referenciais críticos funcionalistas, interacionistas e marxistas que explicavam a ação coletiva (ALONSO, 2009).

1.1 Movimento social e os “repertórios” teóricos em cena

Os desdobramentos sociais e políticos presentes no campo empírico e teórico, após 1960, suscitavam novas questões e novas explicações. Assim, buscamos a seguir, conferir destaque as interpretações dos fenômenos sociais que emergiam à cena, a partir da década de 1960⁴: a Teoria da Mobilização dos Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Essas abordagens qualificadas como neoclássicas, comporiam o novo alicerce teórico, com vista a suprir o vácuo explicativo sobre a natureza dos novos fenômenos sociais que emergiam.

Esses conceitos e abordagens teóricas são retomados neste estudo como procedimento propositivo instrutivo para articular precedentes e subsequentes teóricos, para assim, diante desse quadrante teórico, apresentar a teoria das redes.

Em linhas gerais, a TMR explica as ações coletivas associadas a atuações organizacionais, desassociando-se da ênfase centrada nos sentimentos e comportamentos de cunho psicológico, para investigar a organização estrutural burocrática dos movimentos (recursos, normas, hierarquia, investimentos). Enquanto a TPP, em uma versão que superava o determinismo econômico e organizacional da Teoria da Mobilização dos Recursos, mantendo, no entanto, a ideia da racionalidade, centrava-se, porém, no prisma político para compreensão dos movimentos sociais (ALONSO, 2009).

Já a TNMS aponta uma nova base para reivindicação social, em razão de demandas oriundas de diversas esferas da vida social e orientada por novos princípios e fitos reivindicatórios (diversidade, gênero, ecologia, paz, direitos humanos, etc.). Ela apresenta também contraponto a teorias cuja chave explicativa se assenta no domínio econômico, mas

⁴ A abordagem não focalizou, em um primeiro retrato, as raízes das teorias sociais sobre a ação coletiva, presentes nas reflexões de pensadores como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber, embora se reconheça a importância desses aportes teóricos clássicos no cenário sociológico. Assim, ao tratar sobre a temática, objetivou-se aproximar o debate a partir da agenda contemporânea iniciada no contexto dos anos de 1960.

que se relaciona a dimensões culturais, simbólicas e de solidariedade (SCHERER-WARREN, 2010).

Ao considerar a transformação social e o distanciamento em relação à sociedade passada, os conflitos centrais que surgem na sociedade reorientaram-se quanto ao eixo de reivindicação e o sentido de desenvolvimento que a sociedade contemporânea passou a dar importância (TOURAINÉ, 1989).

O contexto pós-industrial caracterizava-se pelo deslocamento multidimensional dos espaços e dos mecanismos de conflitos operantes na sociedade (TOURAINÉ, 2006). Com isso, surgem, na configuração desse cenário, novos atores e conflitos fundamentais (MELUCCI, 1989, 1999; TOURAINÉ, 1989), guiados por demandas oriundas de diversas esferas da vida social segundo os princípios “[...] da diversidade sociocultural (de gênero, étnica, ecológica, pela paz, por diferentes tipos de direitos humanos etc.)” (SCHERER-WARREN, 2010, p. 19). É preciso ressaltar que, de fato, esses conflitos não são exatamente novos, uma vez que já existiam antes, ou seja, já estavam presentes no contexto industrial, porém num plano latente. Entretanto, no advento desse novo cenário, despontaram interpretados sob uma efígie de novos pleitos de disputa.

Conforme argumenta Melucci (1989), a partir da década de 1970, surgiram novas formas de ação coletiva em áreas antes intocadas por conflitos sociais. Frente a esses fenômenos, crises nas estruturas políticas e conceituais se tornaram evidentes e impulsionaram um alargamento do conhecimento empírico e um redirecionamento das categorias analíticas (MELUCCI, 1989).

Ao considerar o contexto de contribuição para a área dos movimentos sociais, os anos de 1970 se destacaram tanto pela ampliação do conhecimento empírico dos movimentos sociais, tanto pelas redefinições das suas categorias analíticas (MELUCCI, 1989). Assim, nos anos de 1970, os paradigmas teóricos que envolveram os movimentos sociais assumiram orientações e ênfases distintas nesse período, com contribuições enriquecedoras para revelar a natureza desses movimentos (MELUCCI, 1989, 1999).

A TMR passa a objetar e repelir a centralização no caráter individualista e psicológico como fulcro de orientação e sustentação aos movimentos sociais, enfatizando a esfera organizacional: recursos (humanos e financeiros), infraestrutura, organização, interesses, estrutura de oportunidades e estratégias, como elementos importantes para explicar a dinâmica da ação coletiva em grande escala (ALONSO, 2009; GOHN, 2012). Nesse plano investigativo, a ênfase recaía na explicação da formação do movimento, na forma como o

movimento se constituía e na análise da ação social como criação, consumo, intercâmbio, transferência e redistribuição de recursos entre setores da sociedade (MELUCCI, 1999).

Essa teoria explica as ações coletivas associadas a atuações organizacionais, desassociando-se da ênfase centrada nos sentimentos e comportamentos de cunho psicológico, para investigar a organização estrutural burocrática dos movimentos (recursos, normas, hierarquia, investimentos). Nesse sentido, a analogia resultante converge para uma estrutura corporativa, ao tomar como foco de análise o suporte infraestrutural que permite a sustentação do movimento.

Em contraste com as teorias cujos planos teóricos explicativos da ação coletiva se desenvolviam à luz de esquemas racionais, organizativos e estratégicos, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) constituiu “[...] o mérito de buscar a complexidade simbólica e de orientação política dos grupamentos coletivos formadores de movimentos sociais [...]” (SCHERER-WARREN, 2010, p. 19), edificando seus referenciais analíticos sobre a égide cultural, sendo essa a chave decodificadora da ação coletiva (MELUCCI, 1989).

Alain Touraine⁵ (1989), ao se reportar a uma sociedade pós-industrial, afirma que os padrões de uma ordem industrializada e demarcada em torno de um setor exclusivo da vida social, para tradução e compreensão dos modelos de ação coletiva, nos anos 1960, não ocupariam um *locus* centralizado de perspectiva teórica, tanto pela suplantação do modelo industrial como pelo deslocamento dos conflitos a instâncias mais privadas da vida do indivíduo. O autor afirma que, dentro da sociedade pós-industrial, existem conflitos de ordens culturais, políticas e sociais, e que, dentro desse campo conflitual, os estímulos advindos produzem formas de ação e reivindicações capazes de contestar formas de dominação.

A noção prevaiente é que os conflitos que operam na sociedade pós-moderna se desvinculam do modelo capital-trabalho ou, necessariamente, expandem-se para além desse setor fundamental da sociedade, atuando em outras esferas (TOURAINÉ, 1989; MELUCCI, 1989).

Ainda sob a difusão de conflitos na sociedade, Touraine (1989, p. 9) sustenta que:

Os conflitos principais estavam sempre ligados ao domínio meta-social que parecia governar a sociedade. A ideia de que a sociedade é dominada pela economia situava os conflitos fundamentais no setor do trabalho, do mesmo modo que, na sociedade

⁵ Embora os trabalhos desenvolvidos por Alain Touraine estejam voltados para estudo da sociedade francesa e dos movimentos sociais na Europa, suas contribuições são trazidas para pensar o Brasil, assim como se faz evidente no pensamento desenvolvido pelo sociólogo Italiano Alberto Melucci, voltado para o contexto Europeu, especificamente a Itália. A intenção presente ao focar estes estudos é esclarecer o movimento Ocupa Praça a partir destes referenciais.

que precedeu a sociedade industrial, o papel eminente da soberania política dava uma importância central aos conflitos sobre a cidadania e os direitos cívicos. Em cada sociedade parece existir, assim, um papel social privilegiado, ao qual correspondem os conflitos fundamentais.

Nesse aspecto, o autor aponta a necessidade de novos referenciais teóricos, que sejam capazes de compreender os novos atores e os novos conflitos fundamentais da sociedade, ainda que seja possível fazer uma crítica de que velhos e novos estão juntos. Lutas identitárias já existiam, assim como lutas relacionadas a classe sociais não desapareceram.

A generalização do conflito que se evidencia nas sociedades pós-industriais culmina com o declínio de concepções e idealismos originários de construções emblemáticas do passado, “[...] do velho tema da industrialização” que aparentemente se mostra mais consciente em razão de suas novas necessidades e realidades. Conforme Touraine, a presente realidade parece estar desacoplada dos modelos reivindicatórios do passado e cada vez mais ligada à ideia de reconhecimento e internalização de vários dilemas fundamentais incluídos em um conjunto coletivo mais amplo (TOURAINÉ, 1989).

Ao se pensar na pluralidade de demandas geradas nessa sociedade, caracterizada pela heterogeneidade de públicos, reconhece-se que as novas bases de reivindicações têm por finalidade a transformação de aspectos que extrapolam o perímetro conflitual comum à sociedade industrial, mas avançam para outras dimensões sensíveis a vida social. Ainda assim, cabe acrescentar que, no entorno destes conflitos, ainda se verificam condições de dominação que adentram a esfera econômica, ou seja, a força motriz geradora desse conflito ainda envolve as mesmas bases dominativas.

Alberto Melucci, sociólogo italiano, por sua vez, constrói sua teoria sobre movimentos focados na formação das identidades dos atores, deixando em relevo a visibilidade de formas descentralizadas de organização e participação adicionantes de novos prismas (culturais, simbólicos e políticos), destacando também as lutas coletivas, e os enunciadores de variadas rubricas contestatórias (cidadania, direitos, gênero, religião).

Para o autor, a identidade coletiva não sinaliza algo estanque ou pronto, antes permeia um processo dinâmico e complexo. Portanto, refere-se a um produto de relações sociais, processadas continuamente entre atores diversos e concatenados a demandas (simbólicas e identitárias) (MELUCCI, 1989, 1999, tradução nossa).

Por essa perspectiva, a formação da identidade coletiva sinaliza um conjunto de processos de natureza diversa e plural, elementos esses que explicam a orientação e os sentidos atribuídos à ação (MELUCCI, 1999, tradução nossa).

Melucci, em sua análise, argumenta que somente pela capacidade de se reconhecer e se definir dentro de um campo de ação, que envolve relação com outros atores, disponibilidade de recursos, oportunidades e limitações, é que se constrói essa identidade coletiva (MELUCCI, 1999, tradução nossa).

Em outro argumento, o autor enfatiza que “a ação coletiva é um resultado de intenção, recursos e limites, com uma orientação construída por meio de relação social dentro de um sistema de oportunidade e restrição” (MELUCCI, 1999, p. 14, tradução nossa). O que implica ressaltar que a formação da identidade coletiva envolve combinações distintas, orientações e processos não lineares. Os atores constroem essa identidade pelo cruzamento de várias relações e negociações recorrentes em um espaço de trocas (MELUCCI, 1999, tradução nossa).

Entretanto, é preciso delinear que o objetivo de buscar uma forma organizada de ação enfrenta múltiplos desafios. Melucci (1999, tradução nossa) afirma que nunca é uma expressão simples de intenção, de propósito a ser alcançado, mas representa a construção de intenção por meio de escolhas que envolvem recursos disponíveis e obstáculos advindos de um determinado ambiente (MELUCCI, 1999, tradução nossa). Os atores continuamente negociam e renegociam os diversos aspectos envolvidos na ação por meio de uma rede de relações ativas.

Nesse sentido, Melucci, ao desenvolver um conceito de movimentos sociais, focaliza a ação social como fator de entendimento para os movimentos sociais. “No meu entender, seguindo de perto a teoria dos anos 70, os movimentos devem ser analisados não à luz das aparências ou da retórica, mas como sistemas de ação” (MELUCCI, 1989, p. 51). Para o autor, o entendimento dos movimentos sociais se constitui a partir dos sistemas que formam a estruturação de relações internas e externas, produtores de ação. Indicando assim, uma perspectiva mais individual, subjetiva e psicológica do indivíduo frente à ação coletiva, baseados em mecanismos e indicadores psicossociais que retratam experiências individuais e arquétipos sociais.

Na concepção dos novos movimentos sociais, os pressupostos teóricos se fundamentam no desempenho dos atores sociais em contraponto a uma visão tradicional marxista acentuada nas estruturas sociais de poder e na ênfase economicista para explicação dos movimentos sociais.

O autor postula que devido à multiplicidade de formas de ação coletiva há uma carência na produção teórica sobre movimentos sociais em contraposição aos atores políticos, o que por si traduz a necessidade de se buscar novos instrumentos de análise e bases para

reflexões (MELUCCI, 1999, tradução nossa). Ele explica essa afirmação ao exemplificar que dentro das tradições teóricas existem posicionamentos diversos que se ocupam em analisar a ação coletiva.

Para Melucci, esses movimentos são construções sociais, experiências organizativas que se enquadram dentro de uma categoria analítica, e não como um fenômeno empírico. Nesse prisma, não podem ser resumidos ou sintetizados pela consequência de crises, crenças valorativas, ou sendo produtos de disfunções, mas, sim, como expressão da capacidade ou criatividade organizativa. O que se define empiricamente como movimento social é a representação de um sistema em que operam e fluem relações sociais, havendo o predomínio de estruturas que convergem interesses, objetivos e decisões (MELUCCI, 1999, tradução nossa).

Melucci (1989, 1999, tradução nossa) corrobora com Touraine, ao afirmar que houve um deslocamento dos campos de conflito nas sociedades pós-industriais. As definições dos objetivos caminham para o terreno cultural e simbólico, de modo que as tensões estimulam os movimentos sociais a interpretar as questões em torno de identidade, inclusão nos espaços modernos e mudanças nos paradigmas culturais, para, assim, torná-las públicas. Nas multiplicidades de contradições e disfunções resultantes desse modelo de sociedade, os atores possuem o encargo de expor os problemas, tornar visíveis as situações limitantes e os males sociais (MELUCCI, 1999, tradução nossa).

O autor, ao explicar sua posição acerca das dimensões que envolvem os movimentos sociais, afirma que movimentos, dentro da categoria da ação coletiva, caracterizam-se por estabelecerem estruturas e por firmarem vínculos baseados na solidariedade, representando a capacidade de identificação e de pertença a uma determinada ordem social (MELUCCI, 1989, 1999, tradução nossa). O conflito manifestadamente presente, captado e internalizado resulta da intensa disputa pela conquista dos meios de reprodução estimados numa sociedade, ou seja, da mediação de forças entre atores que se mantêm em estado de concorrência ou competição (MELUCCI, 1999, tradução nossa).

O autor salienta que, ao interpretar o conflito, é necessário entender o sistema, ou seja, os modelos estruturais analíticos específicos que regem determinadas relações sociais, propondo o terceiro tripé dessa caracterização: os limites do sistema (MELUCCI, 2001). A conceituação do autor para o que seriam limites do sistema seria o grau de tolerância que certas variáveis desse sistema podem sofrer, sem que haja impactos que alterem a própria estrutura. Sendo assim, o tripé – conflito, solidariedade e ruptura do sistema – é elemento

qualificante para movimentos sociais, ao distanciá-los de outros eventos coletivos (MELUCCI, 1989). Sobre o significado e conteúdo da ação coletiva, o autor expressa:

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinquência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são com muita frequência, empiricamente associados com “movimentos” e “protestos”. (MELUCCI, 1989, p. 57).

De acordo com Melucci (1999, p. 38, tradução nossa), “[...] os movimentos sociais são construções sociais [...] são sistemas de ação no sentido de que suas estruturas são construídas por objetivos, crenças, decisões e intercâmbios, todos eles operando em um campo sistêmico”.

O autor ainda coloca seu entendimento sobre os movimentos sociais no enfoque sistêmico e adota, apoiado nessa abordagem, o termo redes de movimento. Isso significa que os diversos agentes que integram a rede composta de estruturas formais ou informais compartilham informações, ideias, valores, cultura que garantem autonomia e poder às redes.

Ao desenvolver seu raciocínio, Melucci (2001, p. 35) expõe movimento como:

[...] a mobilização de um ator coletivo, definido por uma solidariedade específica, que luta contra um adversário para apropriação e controle de recursos valorizados por ambos. A ação coletiva de um movimento se manifesta através da ruptura dos limites de compatibilidade do sistema dentro do qual a ação mesma se situa.

Nesse marco teórico, os movimentos sociais alicerçam-se sobre uma base heterogênea, um campo plural de articulações que unem diversos grupos ou instituições com características sociais diferentes, objetivando a proposição de opções e fomentando a participação dessas entidades no processo político, com vista à contribuição que implique a ruptura de regras e formas de organização e abertura de novos modelos políticos.

Conforme Tarrow (2009), o surgimento de um modelo alternativo de análise dos movimentos sociais, baseado na cultura e na reação contra a mobilização dos recursos, resultou num paradigma substancialmente novo – a TPP. Com isso, a TPP, em uma versão que superava o determinismo econômico e organizacional da Teoria da Mobilização dos Recursos, manteve a ideia da racionalidade, porém centrava-se no prisma político para compreensão dos movimentos sociais (ALONSO, 2009).

O conceito de oportunidades políticas surge tendo como pedra angular de explicação o enfoque institucionalista para análise da ação coletiva, as estruturas de oportunidades e ameaças e suas implicações para mobilização (TARROW, 2009).

Ainda sobre essa óptica, Sidney Tarrow postula que movimento social é o produto de oportunidades políticas destinadas a atores sociais que se encontram em posições inferiores no processo político. Para o autor, a conjuntura política favorável conduz a novos delineamentos e contornos quanto às práxis, aos discursos, à arquitetura e à organicidade dos movimentos sociais.

O autor enfatiza que, ao se elencar oportunidades políticas, repertórios, redes e marcos referenciais como insumos básicos que dão origem aos movimentos sociais, as oportunidades políticas são o que efetivamente impulsionam a mola de desenvolvimento dos movimentos. Ao evidenciar um contingente expressivo de movimentos sociais na atualidade, como, por exemplo, direitos civis, estudantis, ecológicos, feministas, religiosos e pela paz, Tarrow destaca que nem todos esses movimentos se enquadram dentro do conceito de movimento social. Para ele, movimentos sociais designariam “as sequências de confronto baseada em redes sociais de apoio e em vigorosos esquemas de ação coletiva e que, além disso, desenvolvem a capacidade de manter provocações sustentadas contra opositores poderosos” (TARROW, 2009, p. 18); todos fazendo parte de um universo maior de confronto político que surge em duas frentes, uma por dentro das instituições e outra que pode se expandir e se transformar em revolução.

De acordo com Tarrow, o Estado é o ente determinístico capaz de prover a atmosfera propícia para florescer as ações coletivas, pois, ao formular projetos e desenhar estruturas políticas, é capaz de expandir a participação, fomentar e estimular a consciência política e ativar o potencial dos movimentos sociais. Contudo, o autor pondera que os movimentos também se desenvolvem fora desses limites institucionais, numa estrutura paralela aos detentores de poder, a ponto de, “[...] num prazo mais longo, a ação do movimento social também [alterar] as estruturas de oportunidade [...]” (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 27).

McAdam, em parceria com Tarrow e Tilly, afirmam que o movimento social expõe as reivindicações da sociedade, expressa as demandas coletivas urgentes e notórias. Assim, dentro do confronto político, assume o papel de mediador em uma relação onde os níveis de poder e de autoridade são desproporcionais. “Um movimento social é uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população cujos interlocutores afirmam estar ela sendo

injustamente prejudicada ou ameaçada por isso” (McADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 21).

Ressalta-se que a teoria do processo político não ficou isenta de contestações. O debate sobre as implicações e limites inerentes à oportunidade política suscitou novos direcionamentos e perspectivas críticas no debate teórico, em parte pelo caráter restritivo que o conceito de oportunidades políticas teve sobre o estudo dos movimentos sociais (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Como observa Scherer-Warren (2010, p. 20):

As teorias institucionalistas dos movimentos sociais, especialmente as teorias da mobilização de recursos e dos processos políticos, contribuíram para a análise de oportunidades e de formas de participação de atores coletivos na esfera pública formal. Tais teorias auxiliaram no entendimento do cotidiano do fazer político institucionalizado, a partir da relação entre sociedade e Estado, em que se encontra em jogo a relação entre investimentos (recursos humanos, simbólicos e materiais) e ganhos (políticos, materiais e no plano dos direitos), compreendidos em uma multiplicidade de enfoques. Nessas abordagens, os aspectos de inclusão e integração social, nos moldes das teorias da modernização, foram frequentemente privilegiados deixando-se também, nesses casos, de aprofundar a compreensão sobre as raízes históricas mais densas dos processos de exclusão social, tais como os legados do colonialismo, que atingiram e deixaram marcas em amplos segmentos da sociedade mundial e latino-americana.

Em primeiro plano, é notório que a estrutura de oportunidades políticas pode influir na criação dos movimentos sociais, ou seja, o meio institucional pode ser condicionante para influenciar a ação coletiva. Entretanto, o acesso institucional não é determinístico, ao se considerar a trajetória ou o ciclo de vida dos movimentos. Sendo improvável que, em determinado nível de desenvolvimento democrático, os recursos e arranjos institucionais sejam suficientes para explicar os níveis de mobilização (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Em segundo plano, o contexto institucional influencia as estratégias dos movimentos, mas não define se esse movimento terá sucesso (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Nesse aspecto, embora a instituição tenha peso explicativo na realidade dos movimentos, predominantemente o sucesso ou desempenho dos movimentos dependerá mais da percepção de variáveis subjetivas e do modo como influem na forma, na organização, na capacidade de articulação e no desenvolvimento de estratégias dos movimentos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

As críticas a TMR e a TPP centraram-se no fato de desconsiderarem a importância dos aspectos intrínsecos ao movimento, como valores, ideais, cultura e identidade, orbitando numa ênfase excessiva ao plano institucional formal, o que obscurece o papel das

oportunidades discursivas dos movimentos em ecoar os valores culturais (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Em outras palavras, eles explicam o porquê, mas não como um movimento social se estabelece e se mantém estruturalmente, não considerando a ação coletiva concreta e os atores, vendo a ação como meros dados, não conseguindo, portanto, extrair seu real significado e orientação (MELUCCI, 1989).

Já na década de 1990, foram empreendidos esforços para aproximar a teoria da mobilização de recursos com a teoria dos novos movimentos sociais, uma vez que, por meio dessa aproximação, as possibilidades de compreensão sobre a construção da identidade coletiva e dos referenciais simbólicos da ação social representaria a edificação de esquemas referenciais de múltiplos enfoques (SCHERER-WARREN, 2010).

Na visão de Scherer-Warren (2010), essa abertura dialógica entre teorias moderna e pós-moderna aprofundou “[...] o entendimento sobre as formas de mobilizações sociais contemporâneas e as possibilidades políticas de uma sociedade em redes” (SCHERER-WARREN, 2010, p. 20); ainda que, por vezes, deixasse oculto o ideal emancipatório dos sujeitos historicamente discriminados (SCHERER-WARREN, 2010).

1.2 A expectativa de integração teórica: aproximando as abordagens

Esta seção apresenta a ideia das redes. Expõe esse conceito como uma ponte de diálogo entre as diversas correntes teóricas, sendo assim, no contexto globalizado, trata-se de um conceito recorrente na discussão sobre os movimentos.

Esse aporte teórico faz-se necessário para refletir sobre a rede de movimentos do Ocupa Praça no quadro das relações “interorganizacionais e interativas” (SCHERER-WARREN, 2005) que se formaram, uma vez que no seu aspecto conjuntural pode-se inferir que o movimento atuou assentado no princípio de redes.

O que se pretende nesta seção é interpretar a realidade empírica por intermédio desse pressuposto, ou seja, entender os sentidos, os significados e expressões de luta projetados pelo movimento no percurso de sua atuação, pela consolidação dessas duas dimensões: teórica e empírica. Entendendo que, para fins de reflexão, é necessário que no processo de análise essas duas perspectivas permaneçam indissociáveis, uma vez que são complementares.

Melucci (2001), ao descrever a configuração de um novo padrão para os movimentos, pontua que: “Os movimentos nas sociedades complexas são redes submersas de

grupos, de pontos de encontros, de circuitos de solidariedade que diferem profundamente da imagem do ator coletivo politicamente organizado” (MELUCCI, 2001, p. 97).

Para o autor, os movimentos são composições do tipo “[...] segmentada, reticular e policéfala” (MELUCCI, 2001, p.97), um modelo de organização distante dos padrões tradicionais de movimento, tanto por estes adotarem um encadeamento de redes compostas de pequenos grupos, tanto por passarem a se envolver em questões de foro cultural (MELUCCI, 1989). Nessa lógica, as trocas (recursos, informações, pessoas) são presentes e constantes (MELUCCI, 1989).

Diani (1992) interpreta as redes como um ponto de fusão teórica. Para o autor, a flexibilidade do conceito de redes permite aos pesquisadores lidarem com fenômenos difíceis de explicar ou mensurar. Nesse sentido, associá-los ao conceito de redes possui fundamentos lógicos, uma vez que apresenta o caminho mais viável na busca de pistas que indiquem a localização de atores específicos, bem como na identificação de padrões estruturais gerais (DIANI, 2003).

O referido autor fundamenta sua compreensão ao salientar que a ausência de discussão do conceito de movimento social geralmente é atribuída à heterogeneidade e à incompatibilidade de diferentes abordagens, o que tornaria qualquer síntese inviável. Apesar disso, para o autor, existem elementos vinculantes entre essas diferentes perspectivas. Os movimentos sociais, ainda que vistos por ângulos distintos, possuem uma dinâmica social específica e estão logicamente relacionados, consistindo em um “processo onde diferentes atores, sejam indivíduos, grupos informais ou organizações, colaboram através de uma ação conjunta e pela comunicação, compartilhando definições entre eles e estando do mesmo lado do conflito social” (DIANI, 1992, p. 2, tradução nossa).

Ao refletir sobre esse debate ainda em curso, suas implicações colocam para os movimentos sociais o desafio de examinar quais modelos configurativos permitiriam uma potencialização de suas práticas políticas e uma produção de resultados concretos, considerando os desafios de remodelamento de aspectos estruturais e fisiológicos (SCHERER-WARREN, 2006).

Infere-se que seria necessário aproximar a abordagem teórica a um novo cenário social, cultural e político, associando-a a novos atores, projetos políticos e formas de organização e de articulação (SCHERER-WARREN, 2006). Entender essa realidade demandava a busca de novos referenciais teóricos e uma releitura desses aportes clássicos analíticos, sinalizando a abertura a uma proposição analítica que integrasse aspectos

importantes da ação coletiva, uma vez que estas correntes pareciam ilhadas em seus próprios esquemas referenciais.

Assim, Diani (1992) apresenta os movimentos sociais em uma definição de “[...] redes de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações engajados em um conflito político ou cultural, com base em uma identidade coletiva compartilhada” (DIANI, 1992, p. 13). O autor sustenta que tais iniciativas definem sua posição no espaço com foco em três dimensões: orientação para conflito com adversários claramente identificados; trocas informais densas ou dispersas entre indivíduos, engajadas em projetos coletivos; identidade coletiva forte ou fraca dos membros que formam a rede (DIANI; BISON, 2010).

É válido ponderar que os movimentos sociais sempre pautaram sua atuação em forma de redes. Ao longo de toda a história, elas têm sido usadas em larga escala na ação desses movimentos – desde os da classe trabalhadora do século XIX passando pelos ambientais e pelos feministas (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Contudo, tais redes se localizavam em um plano imerso ou velado na análise da ação coletiva. O que ocorre é que, ao reconhecer que os níveis de disputa presentes no contexto atual ocorrem em um parâmetro global, identifica-se que as práticas, os atores e os recursos envolvidos na lógica dos movimentos sociais também ocorrem em níveis transnacionais de mobilização. Sendo assim, nessa conjuntura, as redes atingiram um patamar destacado, projetando-se visivelmente como um instrumento substancial de tais grupos dentro desse contexto (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

No entendimento de Diani e Bison (2010), o conceito aqui discutido segrega os movimentos sociais de outras modalidades de ação coletiva. Os autores convergem para o entendimento de um movimento social inserido no rol de processos que envolvem a ação coletiva, possuindo orientação visível para o conflito, tendo como fio condutor “densas redes interorganizacionais, por atores ligados por solidariedades e identidades compartilhadas que precedem e sobrevivem a coalizões e campanhas específicas” (DIANI; BISON, 2010, p. 221).

Tais teóricos enfatizam que os fatores fundamentais dessa dinâmica são a autonomia e a independência asseguradas entre os atores que interagem no processo (DIANI; BISON, 2010), sendo a consequência mais notável dessa arquitetura o surgimento de mais oportunidades políticas para expressão e atuação política dos diversos agentes comprometidos no conflito. Assim, por esse modelo, conserva-se a independência e se aumenta o poder entre as unidades integrantes. Na visão dos referidos autores, um processo de movimento social se sustenta na medida em que os sujeitos conservam sua autonomia e sua independência e se

envolvem em um processo de trocas sustentadas por recursos para implementar objetivos comuns (DIANI; BISON, 2010). Diani e Bison (2010, p. 222), também argumentam que:

A coordenação de iniciativas específicas, a regulação das condutas dos atores individuais e a definição de estratégias são todas dependentes de negociações permanentes entre os indivíduos e as organizações envolvidos na ação coletiva. Nenhum ator organizado singular, independentemente do quão poderoso ele seja, pode pretender representar um movimento como um todo.

Outro ponto relevante sobre a arquitetura em redes diz respeito ao seu potencial para mobilização (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Elas incentivam a ação, em termos mais claros, unem pessoas que já se identificam e estão envolvidas em uma determinada demanda. Por meio dessa ligação, os atores se percebem envolvidos em um projeto unificado e exequível dentro de uma causa relevante que implica um desempenho coletivo sinérgico possibilitado por meio de um empreendimento mais arquitetônico. A ideia de movimento social, nesse caso, reflete como um processo distinto assegurado por intermédio de mecanismos nos quais os agentes envolvidos em conflitos com oponentes manifestadamente reconhecidos estavam ligados por redes informais e compartilhavam uma identidade coletiva singular, o que reforça a importância desse tipo de conexão para a criação de oportunidades de participação.

As redes funcionam tanto em uma perspectiva dinâmica informal como também adotam modelos híbridos de organização, os quais combinam elementos formais próprios de uma estrutura organizacional verticalmente hierarquizada e elementos mais flexíveis presentes nos suportes informais em rede (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Em contraste com estruturas hierarquizadas e formais, tal tipo de ordenação aponta uma alternatividade quanto aos processos de coordenação organizacional. Constituídas pela interdependência e pela autonomia dos atores, as trocas fluem de maneira horizontal, em que as metas e as estratégias são construídas por meio de múltiplos níveis de conexões existentes (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Esse modelo incorporado ao padrão operativo e configurativo dos movimentos sociais faz com que esses adquiram atributos e especialidades distintos e complementares que, geralmente, são manifestados por um maior nível de especificidade e pela propriedade de definir com mais clareza os seus objetivos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Scherer-Warren também pondera sobre as mudanças no desenho e nas práticas dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2013). Para a autora, as alterações estruturais no foco de demandas societárias acentuadas, dentre outros fatores, pelo descortinamento de outras esferas reivindicatórias, resultaram em um alargamento do repertório de petições e de

demandas dos movimentos e proporcionaram, entre atores sociais diversificados inseridos em uma rede multiforme, a articulações de discursos, de interesses e de projetos em uma proposta mais ampla e integrada (SCHERER-WARREN, 2006, 2013). Em que peso o fato de que conexões entre movimentos serem bem mais antigas.

A construção da agenda contestatória dos movimentos passa a contemplar objeções com dimensões mais espaciais, como o “[...] pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 127), visando, em suas ações, aumentar o grau de abertura de espaços políticos, promover os direitos das minorias, a diversidade cultural, a igualdade (religiosa, de gênero, quanto à qualidade de vida), a visibilidade de atores reprimidos e a distribuição equilibrada e justa dos recursos e dos bens sociais públicos. Nesse sentido, Scherer-Warren (2006, p. 115) argumenta:

Nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, frequentemente, múltiplas dimensões do self: de gênero, étnica, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc.

Ao considerar a assimilação de conteúdos universalistas, o entendimento de movimentos sociais, passando por fatores como a evidência de práticas políticas que integram e interligam diversos atores, entidades e organizações, a articulação em torno de esferas organizativas locais ou globais, o nível de conexão e de interação entre esses sujeitos e os canais de transmissão de recursos financeiros, informacionais e simbólicos, faz com que o entendimento desses grupos, na atualidade, tenha como foco a análise de redes de movimentos (SCHERER-WARREN, 2006).

A partir dessa perspectiva, infere-se que, viabilizadas pela presença de uma lógica de cooperação solidária, a realidade das redes se desenvolve por intermédio de práticas de reciprocidade, de compartilhamento e de trocas entre agentes sociais diversificados articulados em torno de uma dinâmica conflituosa (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2004).

Reforçando esse argumento, Scherer-Warren discorre que “a ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o

rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

Partindo de observações da realidade empírica, o movimento social passa a existir da “[...] ação inter cruzada e cumulativa” (SCHERER-WARREN, 2003, p. 30) de diversas formas de interação e práticas na luta pela cidadania. Nessa perspectiva, apreende-se um movimento social como “[...] uma rede que conecta sujeitos e organizações de movimentos, expressões de diversidades culturais e de identidades abertas, em permanente constituição, que buscam reconhecimento na sociedade civil” (SCHERER-WARREN, 2003, p. 30), o que sinaliza que, nesse processo, a organização de tais grupos começa a partir da composição dos elos de redes que se formam por meio de articulações entre sujeitos e organizações que ultrapassam barreiras territoriais e uma perspectiva localizada de manifestação e atuação.

O que se infere sobre a temática é que a expansão do estudo de redes de movimentos sociais demonstra tanto a aplicabilidade como a utilidade do conceito (DIANI, 2003). Entretanto, conforme Diani e McAdam (2003), reconhecer a relação existente entre redes e ação coletiva já não é suficiente; antes, é preciso problematizar seu alcance teórico. Nesse sentido, os desenvolvimentos recentes e as ambições nas linhas de investigações dos movimentos sociais remetem a indagações do tipo: como as redes são importantes? Qual a contribuição delas no aumento da participação individual? Qual a sua contribuição no surgimento de oportunidades políticas mais amplas? E quais tipos de redes afetam a participação? (DIANI, 2003). A intenção desse trabalho é justamente retomar tais questões para pensar o Movimento Ocupa Praça.

Castells (2013), metaforicamente, compara a rede a um novo espaço público, a um ambiente de comunicação autônoma, sendo esse o ponto referencial e medular dos movimentos sociais, ao garantir seu nascimento e seu desenvolvimento, possibilitando sua interação com a sociedade, sem a intervenção e a vigília do poder institucional. O autor advoga que as redes possuem uma extraordinária vantagem como uma ferramenta organizacional, considerando que sobrevivem e prosperam em um ambiente de mutabilidade perene e intensa, em razão de suas altas flexibilidade e adaptabilidade (CASTELLS, 2001).

As redes são formas muito antigas de atividade humana, constituindo-se como uma forma de configuração social já evidente em outros tempos e espaços que exercem domínio e influência em todas as áreas da atividade humana (CASTELLS, 2001, 2005, 2013). Contudo, Castells pondera que, hoje, elas, ao se metamorfosearem em redes de informação propulsionadas pela internet, incorporaram um novo status, tanto por se lastrear na configuração de todos os setores, seja o social, o econômico ou o político, como por conferir a

esses segmentos atributos fundamentais modernos, como flexibilidade e alta velocidade de informação (CASTELLS, 2001), considerando que, em um plano histórico evolutivo, a tecnologia da informação representa o marco referencial operante no tecido social moderno e que, por sua vez, a internet, na era da informação, seria a textura modular e estrutural da forma contemporânea de concatenação social: as redes.

O autor assume uma proposição diferente de Diani, uma vez que valida o conceito de redes numa outra acepção de relevância voltada para processos comunicacionais. A posição assumida pelo autor não constitui em si um ponto controverso, e nem assume um *locus* periférico no debate, mas reforça a versatilidade do conceito apresentado. Nesse contexto, é importante compreender como esse conceito se molda em torno de matizes que, na verdade, não são de todo díspares, mas complementares.

Para Castells, as redes representam uma estrutura que sinaliza uma noção de elos ou nós interconectados (CASTELLS, 2001), sem fronteiras delimitadas e que se comunicam e intercambiam informações ou recursos ligados por um vínculo estrutural comum, em que o nó seria o “[...] ponto no qual uma curva se entrecorta” (CASTELLS, 2005, p. 566).

É válido sublinhar que um importante foco para a compreensão da análise de redes se inclina para a concepção tradicional de seus nós, processados como elos interconectados por alguma forma de relacionamento e pautados sob um critério comum e específico (DIANI, 2003). Detectar como se formam os vínculos nesse arranjo, muitas vezes, apresenta-se como um ponto problemático de análise, diante das extensões dessas conexões (DIANI, 2003).

O que se averigua na recorrência dessa temática é que, mesmo trilhando abordagem e ângulos de análise distintos, o que corresponde a diferentes contribuições e perspectivas do potencial de estudos das redes, as formulações pertinentes a esse conceito convergem para uma perspectiva comum: a representação implícita de “nós” (DIANI, 2003), vínculos, elos, associações ou encadeações dispostas simetricamente, que formam um tecido infraestrutural horizontal voltado para trocas.

Nesse sentido, a compreensão dessa proposição implica dizer que, em um mapeamento de redes, o reconhecimento dos nós compreende uma etapa crítica, mas fundamental para sejam entendidas as tramas relacionais presentes naquele arranjo. Tais elos representam uma infinidade de agentes – que podem ser tanto indivíduos, instituições ou associações que se vinculam de acordo com algum critério de compatibilidade, afinidade ou correlações (DIANI, 2003).

Os vínculos presentes nesses elos podem ser diretos ou indiretos, a depender do grau de envolvimento, da intensidade e do conteúdo da relação. Assim, a identificação dos nós e

dos mecanismos de interações sociais são fundamentais para o mapeamento dessas redes e para o levantamento de sua extensão. Porém, é importante clarificar que identificar os nós implica mais do que em revelar peças de um extenso quebra-cabeça, mas converge para um desafio profundo de entender o que está submerso e não aparente ou implícito em um contexto de interação e de mobilização social, além de fornecer as bases para o entendimento da formação de identidade (DIANI, 2003).

Nessa acepção, constata-se que nossa sociedade opera em uma propagação desconcentrada de poder baseada em uma concatenação cuja via de exequibilidade é as redes, conferindo tonificação à morfologia social moderna alicerçada em uma conexão de pessoas em seus correspondentes fluxos de informação e de recursos. E é nesse sentido que Castells (2013) sustenta que o poder em nossa sociedade é multidimensional e organizado em torno de redes programadas em cada instância da atividade humana, variando de acordo com os interesses dos atores envolvidos.

Com isso, o autor declara que, ao longo da história da humanidade, as redes, diferentemente dos processos de evolução biológica, afirmam sua natureza evolutiva, no advento das tecnologias da informação e da comunicação que garantem sua flexibilidade e sua eficiência (CASTELLS, 2013). Segundo ele, “[...] o novo paradigma da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda estrutura social” (CASTELLS, 2005, p. 565). Assim, o autor (2005, p. 566) entende as redes comunicacionais, enquanto “estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo: valores ou objetivos de desempenho)”.

Em sua análise, o autor, também revela aspectos contraproducentes sobre as redes, refletindo e discorrendo sobre as dimensões que sinalizam entraves ao seu potencial funcional. Castells (2001) sustenta que, se por um lado as redes constituem formas exequíveis de organização capazes de evoluir no meio em que operam, por outro ângulo, ao atingirem certa dimensão e determinado tamanho, elas apresentam dificuldades de coordenação e de organização.

Ao se ater a esse revés, o autor advoga que, de certa forma, essas disfunções são superadas, em parte, pela introdução de novas tecnologias de comunicação e informação capazes de permitir e estabelecer controle, retroação e um padrão de comunicação para todos os elos da rede. O desempenho e as decisões são compartilhados. Existe uma relação de dependência entre essas conexões, apesar de alguns tornarem-se mais fundamentais.

Historicamente, todas as operações realizadas por movimentos sociais sempre tiveram como fator fundamental esses processos de comunicação. No contexto atual, entretanto, essas comunicações que transitam nas redes “[...] digitais, multimodais, de comunicação horizontal” (CASTELLS, 2013, p. 19) são mais sinérgicas, conferindo-lhe um patamar diferenciado, como veículos “[...] mais rápidos e mais autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história” (CASTELLS, 2013, p. 19). Para o autor, esses movimentos exercitam seu contrapoder primordialmente com base em processos de comunicação autônoma, na qual a isenção de controles institucionais permite a deliberação e a coordenação de ação, uma vez que a rede garante a fluidez na comunicação e tem por característica a eliminação de entraves emanados do poder institucional, sendo esse um dos principais controladores dos meios de comunicação em massa.

A projeção dos movimentos sociais na sociedade se relaciona com o resultado expressivo de sua ação perante as instituições. Em outros aspectos, a avaliação incide na maneira como influenciam as instituições e promovem reorientações e mudanças em processos organizacionais. “Em resumo, para que as redes de contrapoder prevaleçam sobre as redes de poder embutidas na organização da sociedade, elas têm de reprogramar a organização política, a economia, a cultura ou qualquer dimensão que pretendam mudar” (CASTELLS, 2013, p. 21).

Por fim, Castells, ao apresentar as conclusões do seu livro “Sociedade em rede”, defende que “[...] redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 2005, p. 565). Também argumenta que a lógica presente nessa arquitetura apresenta como resultados a preponderância dos níveis de determinação social em comparação a interesses sociais específicos expressos por intermédio dessas conexões. A presença ou a ausência delas e a dinâmica refletida nelas são fundamentos para dominação e transformação da sociedade (CASTELLS, 2005).

As redes expressam sua relevância em várias dimensões da vida social moderna, firmando sua presença na estrutura social de forma transcendente em processos críticos e vitais da sociedade, como a comunicação e a cultura.

Em outro prisma, ao confrontar os aspectos negativos das organizações em redes, a dificuldade de conter os conflitos que se operam no interior delas se destaca como um dilema crítico, visto que repercute em uma dificuldade maior em tornar os elos dessa rede coesos e, assim, garantir a estabilidade e a sobrevivência dela (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: DA REDEMOCRATIZAÇÃO À ATUALIDADE

Desde os primórdios da formação social brasileira, que expressões de lutas, manifestações populares, revoltas e resistência aos regimes despóticos e autoritários constituem fenômenos sociopolíticos expressivos de sua formação democrática e cidadã.

O presente capítulo propõe uma leitura no caso brasileiro recente⁶, uma vez que é relevante ponderar sobre o papel dos atores sociais no curso do desenvolvimento social e político deste país. Nesse aspecto, traçar a rota de fenômenos históricos e refletir sobre seu contexto traz uma perspectiva que reporta localizar os movimentos sociais nesse processo de construção democrática e cidadã, e, mais que isso, buscar os nexos com o momento presente.

Assim, entendemos que, para falar de um movimento dos tempos contemporâneos, faz-se útil refletir sobre a conjuntura recente que deu base à consciência de participação local observada, sendo herdeira de um processo de amadurecimento de tempos recentes quando a sociedade civil ressurgia dos impedimentos do autoritarismo e revigorava-se no confronto com forças políticas distintas.

2.1 O fortalecimento das lutas no período da redemocratização brasileira pós-ditadura

Os anos de 1964 a 1970 correspondem a um período de grande repressão e autoritarismo no Brasil, em que o regime militar estampa a figura de controle do poder social e político no país (GOHN, 2009; SADER, 1988; SCHERER-WARREN, 2008a). Contudo, refere-se também a um tempo de mobilização da esquerda no país, de expressões de lutas e resistências e de movimentos de protesto (GOHN, 2009).

Com o Golpe de 1964, o país passa a intensificar seu poderio produtivo, por meio do Estado. Nesse momento, o Brasil apresenta um admirável crescimento econômico, que o fez se converter em um país industrial moderno e urbanizado, ainda que de ares conservadores. Expressa Gohn (2000, p. 18) que:

⁶ Nesse plano, como recorte apresentado, o ponto de partida desse estudo focou o ano de 1964, início de um período de recrudescimento e repressão violenta de direitos no país. Para adentrar no contexto da redemocratização brasileira, um marco significativamente expressivo de luta social no país e avanço na esfera de direitos, sobretudo pelo advento da constituição cidadã (1988).

As camadas médias da população brasileira se expandiram e se locupletaram com as *benesses* que o regime lhes oferecia: expansão do ensino superior (pago), acesso ao consumo de bens industrializados, principalmente a linha branca doméstica, os televisores e os carros. Criou-se um banco para financiar a casa própria: o Banco Nacional da Habitação (BNH). As camadas médias tiveram acesso ainda aos novos empregos gerados pelas multinacionais que aqui se instalaram e aos cargos na burocracia governamental. Foi a fase da tecnocracia, do planejamento centralizado. A classe operária sofreu um grande arrocho salarial.

No seu reverso, os contornos desse contexto apresentavam também suas implicações adversas, sobretudo por excluírem as classes populares da esfera política e pela repressão a qualquer forma de expressão da ação coletiva. O controle estatal apresentava formas mais agressivas nos anos de 1968 a 1979 com o Ato Constitucional n.º 5, uma vez que a violência diante das manifestações públicas e a cassação de direitos sociopolíticos concentravam o teor dessas medidas repressivas do Estado (GOHN, 2000; SCHERER-WARREN, 2008a). Ainda assim, como resposta à repressão e em desafio ao fechamento dos canais institucionais, formas de resistências se congregavam no sentido de resistir à ditadura e ao autoritarismo estatal (SCHERER-WARREN, 2008a, GOHN, 2011). Nesse registro, Scherer-Warren pontua que, dentre as iniciativas mais patentes:

Vale ressaltar as organizações do movimento estudantil desde o início do período e, a seguir, do denominado “movimento popular”, com base em iniciativas da Igreja Progressista e da Teologia da Libertação, das comunidades eclesiais de base (CEBs) e das pastorais, dos centros de educação popular e de algumas organizações civis comunitárias. (SCHERER-WARREN, 2008a, p. 10).

Cumprir observar também que, no final dos anos 1960, a leitura marxista se fazia fecunda entre os militantes da esquerda brasileira (DOIMO, 1995), leitores dos manuais do materialismo histórico que preconizava a luta de classes como impulsionadora da história dos homens em sociedade, cabendo ao proletariado em oposição à burguesia “[...] o inexorável papel de transformação social rumo ao socialismo” (DOIMO, 1995, p. 87). Por sua vez, na Europa, acentua Doimo que os novos movimentos sociais demarcavam a fissura quanto aos cânones materialistas. Ao proclamarem questões ligadas à cidadania, à ecologia e à vida cotidiana, eles anunciavam um novo sentido de lutas, proclamando para os anos 1970 “[...] o reinado da subjetividade da pessoa humana contra o império das organizações racionais e da razão instrumental do Estado” (DOIMO, 1995, p. 87).

As tensões sociais nesse período colocavam o Estado em um eixo diametral em relação aos movimentos sociais. Nessa perspectiva, esses dois âmbitos se constituíam em espaços impermeáveis de ações políticas. Assim, predominava uma dinâmica conflituosa, em

que as diretrizes mais importantes diziam respeito à “[...] autonomia política e organizacional em relação às estruturas estatais e governamentais” (SCHERER-WARREN, 2008a, p. 11).

O contexto de redemocratização brasileira (1975-1982) reavivou o estudo sobre movimentos sociais. O chamado milagre chegava ao fim, tendo em vista a crise internacional do petróleo em 1974 (GOHN, 2000, 2009). Associado a uma recessão econômica interna de extensa proporção, evidenciava-se o esfacelamento das estruturas repressivas e autoritárias do regime ditatorial e sinais de mitigação do controle estatal. Segundo Gohn, esse período

[...] corresponde a uma fase de resistência e de enfrentamento ao regime militar, que já perdera sua base de legitimidade junto à sociedade devido à crise econômica que se esboçava desde 1973 com a chamada crise do petróleo, a retomada vagarosa da inflação, o desmonte das facilidades do paraíso do consumo das classes médias. (GOHN, 2009, p. 114)

Nesse cenário, forjava-se o protagonismo de novos atores sociais: os movimentos do campo e urbanos inspirados em uma filosofia libertária da igreja católica – a Teologia da Libertação –, o novo sindicalismo, os movimentos urbanos, os pela moradia, os por trabalho, os por transporte e os por inclusão de demandas periféricas, de novas formas de democratização e de dinamização dos espaços políticos: “[...] a ideia do ‘povo como sujeito’ compareceu intensamente no discurso de diversos atores socialmente relevantes” (DOIMO, 1995, p. 74-75), agregando em um só escopo as lutas identitárias e as “[...] reivindicações pela democratização na política e na sociedade” (SCHERER-WARREN, 2008a, p. 10).

Conforme a socióloga Ruth Cardoso, a sociedade se via revitalizada: “[...] os anos 70 trouxeram à cena (pelo menos em alguns países) uma camada popular mais participante.” (CARDOSO, 2008, p. 314). A autonomia e a dependência constituíam duas faces de movimentos que induziram a ressignificação da sociedade civil na dinâmica política. Continua a referida autora: “Setores sociais tradicionalmente excluídos da política passaram a se organizar para reivindicar maior igualdade, sentindo-se parte deste sistema político, embora sua parte mais fraca” (CARDOSO, 2008, p. 314). Um clima de esperança e de entusiasmo se instaurava alinhado à visão do povo como sujeito histórico que possuía a função de reedificar as bases democráticas por meio da reunificação de forças de oposição e da elaboração de projetos de mudança social e de propostas construtivas de lutas (GOHN, 2009).

Contudo, é preciso registrar que esse período demarcou certa inflexão quanto à trajetória de organização dos movimentos sociais (GOHN, 2009). O quadro de produção sociológica sobre as lutas sociais, evidenciadas especificamente no contexto dos anos 1960, apresentavam na sua composição social uma dimensão fragmentária “[...] entre os excluídos

do moderno sistema capitalista e os nele integrados” (CARDOSO, 2008, p. 313), referenciando, dentro de um processo de industrialização periférica evidente, uma visão da sociedade acentuada por seu caráter heterogêneo e internamente compactada a grupos e classes fundamentais (CARDOSO, 2008; SADER, 1988).

De fato, a heterogeneidade se evidencia como constituidora do tecido social moderno, e isso se associa à ideia de fragmentação dos movimentos sociais em qualquer época (SADER, 1988). Mas, nessa conjuntura, o que se apresenta como traço peculiar é justamente o reverso da fragmentação, que é a capacidade de inclusão e superação de barreiras pela via participativa.

No entanto, apenas isso não é oportuno para expressar a singularidade dos movimentos dos anos de 1970. Para Sader, o que de fato seria um elemento significativo de caracterização seria a capacidade de se reproduzir em formas singulares de expressão. O autor, fazendo uma comparação entre os padrões dos movimentos de São Paulo entre o período 1945-1964, chama a atenção para o fato de que:

Também nesse período a heterogeneidade social provocava a emergência de diversas formas de manifestação social: de operários industriais, de posseiros, de assalariados, de agricultores, de consumidoras contra a carestia, de grupos mobilizados pelo tema do nacionalismo etc. No entanto, a diversidade tendia a inscrever-se em registros unificadores, que ordenavam os diferentes movimentos atribuindo-lhes lugares diferentes. (SADER, 1988, p. 198).

Por outra via, os movimentos dos anos de 1970 indicavam diversas formas de expressão, sem, contudo, indicar nenhuma compartimentação (SADER, 1988). Na tentativa de compreender essa realidade, inúmeros empreendimentos teóricos se projetaram na cena acadêmica (DOIMO, 1995). Ao partir de questões fundamentais, as premissas analíticas percorriam diversas vias e empregavam instrumentos teóricos metodológicos que configuravam “[...] um nebuloso matizado com fronteiras dificilmente discerníveis.” (DOIMO, 1995, p. 47). No mosaico desses estudos, Doimo (1995) expressa que três matrizes interpretativas dominavam a cena, descritas a seguir.

- 1) Inflexão estrutural-autonomista, sedimentada em dois fundamentos básicos: o primeiro diz respeito à força das contradições urbanas em impulsionar o conflito fundamental da sociedade capitalista, na proporção estrita a que “[...] são determinadas pelo caráter “classista” do Estado [...]” (DOIMO, 1995, p. 47), uma vez que este é o principal agente do capital em agravo à garantia da reprodução da força de trabalho; o segundo é relativo ao poder intrínseco da sociedade civil

em ativar sua capacidade de organização autônoma contra a tradição política autoritária – em especial, o regime autoritário. Impulsionados por essa matriz teórica, surgem novos movimentos sociais, autônomos, independentes, vistos como sujeitos históricos encarregados do projeto de transformação social, das relações capitalistas e de produção (DOIMO,1995).

- 2) Inflexão cultural-autonomista: matriz interpretativa que ganhou força nos anos de 1982 e 1983. Expõe a crítica ao modelo precedente, refutando a ideia de sujeito único – o movimento, o partido etc. – e da homogeneidade classista. Em vista disso, trouxe luz à pluralidade dos sujeitos e buscou sentido nas práticas e nos significados na dimensão da experiência desses sujeitos – muito embora sombreando o peso dos aportes institucionais (DOIMO, 1995).
- 3) Enfoque institucional: tal matriz, em revés ao postulado da estrutural-autonomista, mostrava que essas relações não eram “[...] tão anti-Estado ou contra-o-Estado” (DOIMO, 1995, p. 49). Pontua a autora referenciada que o que de fato havia era um intrincado dinâmico “[...] entre demandas, recusas, alianças, pactos e conflitos internos [...]” (DOIMO, 1995, p. 49). Assim, o Estado se tornava amigo ou inimigo, “inimigo ou legitimador” de grupos de pressão competindo pelos mesmos recursos (CARDOSO, 2008, p. 326), a depender dos interesses em jogo de modo geral e da óptica cultural pela qual era reconhecido.

Nos anos de 1980 a reflexão teórica marca “[...] uma guinada de 180 graus” (DOIMO, 1995, p. 49). Aguça-se a compreensão sobre a construção da cidadania, a elaboração de direitos e o desenvolvimento de dispositivos constitucionais que passaram a implementar a entrada de sujeitos antes ignorados ao submundo político e social (GOHN, 2009; SCHERER-WARREN, 2008a).

A sociedade reascende, nesse cenário, renovada, projetando-se como espaço fecundo de construção e de difusão da cultura democrática. A constituição de 1988 (CF/88) se firmou como marco para o nascimento do Estado Democrático de Direito no Brasil. Os anos de 1980 se afirmam como um período rico dentro dos enfoques cultural, social e político, embora instável em termos socioeconômicos (GOHN, 2009).

Com efeito, malgrado os problemas “socioeconômicos”, esse era um tempo em que Viana (2000) qualifica como de “euforia movimentalista” face a intensidade das lutas empreendidas e a presença massiva dos movimentos sociais na cena pública através de atos, greves, paralisações, ocupações de terra, engendrando sujeitos diversos na configuração do

“novo” tempo que se projetava, época em que a participação política tão desejada parecia possível e os cidadãos poderiam, envolvendo-se em lutas distintas (por terra, trabalho, equipamentos públicos, moradia, transporte, etc.), ter sua “vez, voz e voto” reconhecidas.

O cenário de transição democrática que se delineava reluzia uma áurea social e político positiva para o país, principalmente por refinar as discussões sobre a concepção de democracia e de cidadania (DAGNINO *et al.*, 1998, 2004) e por testemunhar a eclosão de novas concepções acerca desse regime (LÜCHMANN, 2006).

As lutas pelas “Diretas já” em 1984, a implantação de um calendário político com fins à volta das eleições presidenciais no país (GOHN, 2009), a luta pela nova constituição e pela regulamentação de novos direitos, o surgimento de ONGs, de entidades organizacionais e de centrais sindicais e, por suma, a experiência adquirida pelos movimentos sociais (GOHN, 2009, SCHERER-WARREN, 2008a) implicavam uma noção renovada de cidadania, construída por meio de um projeto estratégico democrático de bases culturais e políticas (DAGNINO *et al.*, 1998). Conforme Dagnino (2004, p. 146),

A investigação dos distintos projetos de construção democrática e dos significados que os constituem se põe como tarefa analítica no Brasil pelo menos desde os anos 80, com a ruptura da momentânea “unidade” da sociedade civil que havia se construído em torno do restabelecimento do Estado de Direito e das instituições democráticas. O debate entre as várias concepções de democracia que se inicia naqueles anos, expressando a diversidade que sucedeu àquela “unidade”, catalisou boa parte das energias intelectuais e políticas do País.

No Brasil, na década de 1980, o amadurecimento de novas estratégias e práticas sociais e políticas, na esteira da criação e produção de direitos para novas gerações, alteraram o sentido dado a ação institucionalizada. A ação coletiva passa a se reordenar sob o lastro de uma possível produção sistêmica entre organizações da sociedade civil e o Estado. O dualismo entre Estado e sociedade é mitigado: os movimentos sociais, na arena político-institucional, “[...] apostaram na luta ‘por dentro do Estado’ como estratégia de transformação social.” (TATAGIBA, 2011). Nesse período, 1980, aflorou o número de ONGs, de associações da sociedade civil, de associações de bairro e de sindicatos que reivindicavam direitos sociais e afirmavam seu papel mediador com o Estado “[...] entre as bases sociais mais vulneráveis e excluídas da sociedade” (SCHERER-WARREN, 2008a, p. 11). A aliança estatal deu contorno a um novo nexos configurativo para a práxis dos movimentos “por meio do que passou a ser conhecido como ‘parcerias’ entre a sociedade civil, o Estado e, às vezes, o mercado [...]” (SCHERER-WARREN, 2008a, p. 11-12). Esse é o contexto em que Viana (2000) assevera ser também de “parceria colaboracionista” em que os movimentos sociais, já

experimentando as injunções do projeto neoliberal que se espalhava na sociedade (e não somente) no governo, mergulham em condutas mais institucionalizadas de prática política, o que será analisado na seção seguinte.

Nessa vertente, o pêndulo da mudança aponta uma orientação nova, baseada na construção de novas identidades, de novas práticas organizacionais, de novos formatos sociais, de novos direitos e, em especial, de uma nova cidadania (DAGNINO *et al.*, 1998).

2.2 Os movimentos sociais e a atuação nos espaços institucionais de disputa política

O exame das condições democráticas, que, até o início dos anos 1980, mostrava-se hegemonicamente impeditivo a uma concepção ampliada de democracia, trouxe à tona a experiência dos movimentos sociais nessa questão, uma vez que estes se voltavam para o papel de sujeitos invisíveis historicamente no processo democrático. Nesse aspecto, é que se entrelaça “[...] uma nova dinâmica à discussão sobre o conceito de democracia” (DAGNINO *et al.*, 1998, p. 21) à atuação dos movimentos sociais, pois estes procuraram articular caminhos inclusivos mais harmonizados a uma concepção plural de democracia. O movimento cujas raízes emergiam dessa sociedade representou a força política capaz de guiar a luta democrática.

Apesar dos avanços no campo democrático, os anos de 1990 imprimem outros paradigmas conflitivos para as lutas, sobretudo ao retratar o teor ético e moral dos problemas sociais no Brasil (GOHN, 2009). As disfunções de uma economia capitalista e internacionalmente globalizada passam a dar o substrato para a vocalização de questões que emergem de uma sociedade em crise: “Desemprego, reformas, reestruturações no mercado de trabalho, flexibilização dos contratos etc. passaram a ser a tônica do novo cenário” (GOHN, 2000, p. 19). Nessa dimensão, os parâmetros que lastreiam a ação coletiva se desarticulam de uma pauta essencialmente econômica com fulcro no suporte infraestrutural e incorporam dimensões problemáticas que sublinham a “[...] revalorização da vida humana” (GOHN, 2009, p. 127). Ainda segundo a autora referenciada,

A violência generalizada, a corrupção, as várias modalidades de clientelismo e de corporativismo, os escândalos na vida política nacional etc. levam a reações no plano da moral. Criam-se movimentos nacionais a partir de instituições e organizações de espectro plural, ou de figuras carismáticas, como no caso de Betinho na Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria, Pela Vida. Ou, ainda, estruturam-se movimentos nacionais a partir de questões sociais dadas pela problemática geracional, de idade, como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, ou o Movimento dos Aposentados. Ou, ainda, movimentos de

revalorização da cidade como *locus* de vivência e sociabilidade, e antiviôlência, como o Movimento Viva Rio. (GOHN, 2009, p. 127-128, grifo da autora).

As lutas incorporam um significado defensivo em relação às ameaças que se alocam na esfera da manutenção dos direitos. Intensifica-se, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o projeto neoliberal delineado desde a eleição de Collor, em 1989 (DAGNINO, 2004). Nesse cenário, o Estado projeta nas suas políticas e nas formas de organização do trabalho o relevo do neoliberalismo: minimiza-se o seu papel de garantidor de direitos, encolhem-se as suas responsabilidades e se desregulamenta o seu papel na economia e na sociedade em geral (GOHN, 2009), de modo a deslocar suas atribuições e responsabilidades fundamentais para a sociedade (GOHN, 2009, DAGNINO, 2004). Nessa visão, Dagnino analisa essa configuração e a qualifica em um arranjo que denomina de “confluência perversa”, que, na concepção da autora, designaria:

[...] o encontro entre, de um lado, os projetos democratizantes que se constituíram no período da resistência contra os regimes autoritários e continuaram na busca do avanço democrático e, de outro lado, os projetos neoliberais que se instalaram, com diferentes ritmos e cronologias, a partir do final dos anos de 1980. A perversidade se localizaria no fato de que, apontando em direções opostas e até antagônicas, os dois conjuntos de projetos utilizam um discurso em comum. (DAGNINO, 2006, p. 16).

A autora esclarece seu entendimento sobre confluência perversa como sendo um processo de disputa, que inclui, de um lado, o projeto neoliberal, orientado para minimização do Estado garantidor de direitos e, conseqüentemente, transferências de responsabilidades para sociedade; e, de outro, o projeto democratizante, gestado por setores da sociedade civil e que se firma no advento da CF/88, cujas diretrizes envolvem a ampliação e o fortalecimento dos canais participativos e o aprofundamento democrático.

Assim, Dagnino (2006) pontua que a dimensão utilizada se insere no âmbito dos fenômenos que carregam em si certa contradição por apresentarem resultados diversos das expectativas desejadas. Nesse cenário, produzem-se crises no âmbito das disputas de ordem político-cultural entre esses dois projetos.

O que se pontua desse fenômeno é a utilização de núcleos referenciais comuns: participação, sociedade, cidadania, democracia, que concatenam os dois projetos, mas que assumem uma acepção distinta a depender da natureza do projeto em jogo. Nesse deslocamento semântico, ambos os projetos colocam a sociedade no foco ativo, porém a perversidade se apresenta no sentido de redirecionamento oposto ou proposta dada por cada projeto: um consagra a proposta de encolhimento das responsabilidades sociais do Estado, o

outro se volta para consolidação e estímulo do ideal democratizante (DAGNINO, 2004, 2005). Nessa implicação, Gohn (2000) se posiciona na mesma linha argumentativa, evidenciando o caráter contraditório do terceiro setor por incluir tanto entidades progressistas como conservadoras, imbricando duas lógicas: a social e a do mercado.

Ao adentrar nesse contexto, a noção de disputa política com relação aos projetos políticos distintos, o democratizante e o neoliberal, parece profícua para a análise da conjuntura latino-americana, principalmente por caracterizar os fundamentos que sustentam cada projeto (DAGNINO, 2006). Ainda, na concepção de Dagnino:

Este projeto constitui o núcleo duro do bem conhecido processo global de adequação das sociedades ao modelo neoliberal produzido pelo Consenso de Washington. Meu argumento é, então, que a última década é marcada por uma confluência perversa entre esses dois projetos. A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva. (DAGNINO, 2004, p. 142).

É interessante destacar que esse padrão de cooperação, voltado para a transferência de atividades do Estado para setores privados (entidades do terceiro setor), vinculou novos atores às agendas políticas, estatuidando assim novos fundamentos às ações estatais: o trabalho em forma de parcerias, englobando o papel das ONGs, das entidades da sociedade civil, das fundações, das associações de bairros e das entidades filantrópicas como braço direito da sociedade para atuar em causas esquecidas pelo Estado, ou seja, para adentrar em espaços onde o Estado não alcança, com objetivo de defender direitos e de promover o desenvolvimento local (GOHN, 2000).

A grande questão que se apresenta para os movimentos sociais é a definição de até que ponto a ação institucionalizada serve ao propósito democratizante (DAGNINO, 2004). Colaborar com o Estado, até então, mostra-se um labirinto de sentidos em que, ao passo em que é capaz de dar impulso ao ideal intrínseco de fortalecimento das forças sociais, no mesmo passo tenderia a desvirtuar de forma latente a força motriz que garantiria a luta pela promoção da igualdade e direitos na esfera social. Em paralelo a esse aspecto, é importante realçar que o pressuposto da ideologia neoliberal e a instrumentalização de suas bases se camufla nesse artifício. Assim, a essência dos movimentos sociais alinhados a essa dinâmica muda de tom com relação à intervenção social, tornando-se mais ilustrativo do que eminentemente combativo no plano de ação. Nesse aspecto, apresentando ainda contornos mais perversos, uma vez que desfigura as intenções e o foco real da ação desempenhada pelos movimentos.

Viana (2000) aponta significativa alteração nas formas de lutas e organização dos movimentos sociais para aprumar-se ao curso prescritivo das agências financiadoras externas, indicando um cenário de mudanças estruturais e no plano da política (no mundo do trabalho, a reestruturação produtiva, o ascenso do neoliberalismo), tencionando as possibilidades dos movimentos sociais nas relações com os seus adversários. Segundo ela:

Se é significativo o crescimento das iniciativas de parcerias com organizações internacionais, não podemos desconsiderar, também, o aumento do número de ONGs e de formas associativas diversas que têm firmado parcerias com setores governamentais com vistas à implementação de projetos com aporte financeiro público estatal, muitas vezes numa perspectiva adesista ao modelo de gestão pública transferidor de atribuições para organizações civis, em face, sobretudo, da política redutora do Estado. Assim, muitas organizações e movimentos que há alguns anos desenvolviam uma atuação numa perspectiva emancipatória, hoje aderem à terceirização e à desregulamentação do mercado, não raras vezes por entenderem ser essa a única forma de sobreviver institucionalmente. (VIANA, 2000, p. 44).

Ainda sobre o período Collor, em 1992, movimentos pró-*impeachment* do presidente ecoavam no país. A presença de um movimento singular formado por estudantes se destaca: o movimento dos caras-pintadas (GOHN, 2009; SCHERER-WARREN, 2008a). Gohn (2011, p. 342) se posiciona sobre essa mobilização:

Ética na Política, um movimento do início dos anos 1990, teve grande importância histórica, porque contribuiu decisivamente para a deposição – via processo democrático – de um presidente da República por atos de corrupção, fato até então inédito no país. Na época, contribuiu também para o ressurgimento do movimento dos estudantes com novo perfil de atuação, os “caras-pintadas”.

Esse movimento, constituído no bojo de uma corrente de ações conhecidas como movimento pela Ética na Política, proclamava a independência e autonomia em relação a uma liderança partidarizada (SCHERER-WARREN, 2008a). Também ascende nesse cenário o surgimento de movimentos sociais rurais: “Movimento dos Sem-Terra (MST), Movimentos dos atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), dentre outros” (SCHERER-WARREN, 2008a, p. 13).

Nos anos 2000, a fisionomia dessas mobilizações sociais ganhou um novo esboço. Conforme caracteriza Scherer-Warren (2008a). O referencial se modifica, uma vez que essas iniciativas se inserem em uma nova matriz de mobilização: as redes de movimentos sociais que buscam “[...] uma nova presença na esfera pública, uma presença de engajamento com as

questões nacionais, mas de autonomia em relação à esfera governamental” (SCHERER-WARREN, 2008a, p. 14).

Gohn (2000) destaca que o ano 2000 marca o ressurgimento dos movimentos sociais à cena política. Contudo, se, de um lado, os movimentos sociais se orientam pela experiência adquirida no passado “[...] via a participação nos conselhos, fóruns e outras formas mais ou menos institucionalizadas de participação” (GOHN, 2000, p. 20), por outra vertente, esses inserem suas práticas e seus alvos reivindicatórios em concepções renovadas que evocam o controle sobre o projeto social de cidadania e de fortalecimento da sociedade civil. Pontua Scherer-Warren (2008a, p. 14-15):

Está, pois, emergindo um cidadão crítico, já não mais com um projeto de poder para controle do Estado, mas com um projeto de controle social pela cidadania em relação às questões nacionais de interesse público, o que alguns movimentos populares denominam de “projeto de nação”. Para tanto, o movimento cidadão crítico busca radicalizar a democracia, não abrindo mão de negociar suas demandas nos espaços governamentais e estatais. Mas, ao mesmo tempo, visa capacitar essa participação e fortalecer os espaços próprios da sociedade civil organizada, desde os movimentos de base, através das articulações mediadoras (fóruns, associações de ONGs, redes de redes, assembleias populares, etc.), até as mobilizações de massa e de parcerias para implementação de políticas sociais e públicas.

Essa vanguarda se resume em uma sociedade civil politizada operando em paralelo ao Estado e fortalecida por meio de uma extensa rede cooperativa e autônoma de amplitude local a global (SCHERER-WARREN, 2008a).

3 A CIDADE COMO ESPAÇO DE LUTAS E DE POLÍTICAS URBANAS EM CONFRONTO

As cidades tornaram-se, especialmente a partir da segunda metade do século XX, espaços fundamentais da luta política. Com o processo de urbanização e industrialização levado a efeito principalmente a partir dos anos 1950, o Brasil urbano cresce e com ele a questão urbana em suas interfaces com os atores fundamentais no enfrentamento dos problemas das cidades: os seus moradores, que alçados à cena pública ousaram se fazer presentes nas lutas por moradia, transportes e equipamentos urbanos diversos e, mais recentemente, nos conflitos socioambientais, a exemplo do caso do Ocupa Praça.

Em distintas situações de conflitos, as cidades modernas enfrentaram processos de segregação das populações mais vulneráveis, cresceram em número e em problemas para absorver a demanda que o processo de urbanização produziu, gerando a necessidade de ser analisada a partir de conceitos e preocupações com o “direito à cidade”, ideia que serviu de fundamento às reflexões sobre o urbano, sobretudo a partir dos anos 1960 e sob influência do pensamento de Henri Lefebvre.

No diálogo com esse e outros autores, o presente capítulo enfoca as diretrizes orientadoras do processo de desenho urbano no âmbito nacional e local, assim como articula esses aspectos às premissas de desenvolvimento sustentável e, de forma mais específica, reflete sobre a cidade-palco do Ocupa Praça, especialmente sobre um de seus problemas (o de mobilidade) e as respostas que o poder público municipal apresentou na forma de um Plano de Transporte e Mobilidade Urbana de Teresina, iniciativa geradora de contestação do movimento em apreço.

Nesta seção, apresentamos ainda, como parte do esforço para dar conhecimento da realidade de Teresina (e do Bairro Parque Piauí), de forma a permitir uma leitura situada desse logradouro no conjunto dos problemas urbanos de Teresina.

3.1 Direito à cidade: o projeto social no planejamento urbano

Direito à cidade é direito à vida com dignidade em um espaço de fluxos e atividades intensos. A cidade, matriz do urbano é o lugar por excelência onde moram, circulam e vivem a maioria dos homens e mulheres dos tempos hodiernos, um espaço disputado, sujeito às tensões e contradições e um espaço de confrontos e lutas pela orientação mais geral das políticas que devem orientar o planejamento nesses territórios.

A cidade é um espaço de relações coletivas. Um arranjo (organizacional, estrutural, cultural, religioso e econômico) por meio do qual se constroem as experiências formadoras do traço distintivo social e político de um povo. Nessa direção, muito mais do que uma reflexão secundária, sublinha-se que é no espaço urbano que se estabelecem as principais fontes de problematização social moderna.

Conforme Lefebvre (2008, p. 51):

Até os últimos tempos, o pensamento teórico representava a cidade como uma entidade, como um organismo, ou como um todo entre outros (e isto nos melhores casos, quando não era reduzida a um fenômeno parcial, a um aspecto secundário, elementar ou acidental, da evolução e da história). Assim, via-se nela um simples resultado, efeito local que refletia pura e simplesmente a história geral.

A exposição do autor chama atenção para posição que o debate sobre a cidade assumia na análise sociológica. Assim, a tendência era conceber a cidade numa representação distorcida, atomizada, onde se desfocavam os seus conteúdos específicos, englobando-a num amalgamado produto residual de um sistema social. Nesses termos, necessitava-se, então, de um olhar mais apurado, ao qual não fosse negada a apreensão de suas particularidades, de sua legitimidade, assinalando o entendimento de que a cidade, mais que um efeito ou resultado acidental, exprime o núcleo de racionalização social, dando, portanto, o indicativo dos principais sintomas de mudanças sociais. Nessa linha, continua o autor:

Apenas hoje é que começamos a entender a *especificidade* da cidade (dos fenômenos urbanos). A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc.), com sua história. (LEFEBVRE, 2008, p. 51).

É fato que as cidades se distanciaram dos modelos de civilização e de organização do passado, ainda assim verifica-se que os confrontos operantes nas cidades modernas têm a cidade como arena de conflitos (LEFEBVRE, 2008). Lefebvre segue seu raciocínio afirmando que a cidade transmuta seguindo um processo ativo de industrialização que se alinha a uma diretriz global. Assim sendo, o resultado dessas transformações não corresponde somente a um processo natural e espontâneo, mas mescla intervenções regidas tanto por influências sociais como por instituições poderosas, num trânsito dialético, em que a configuração socioespacial se altera em função da prevalência de uma ordem superior (LEFEBVRE, 2008).

O fato é que na visão de Lefebvre, o direito à cidade adquiriu uma proposição acessória circunscrita ao direito do homem (LEFEBVRE, 2008). Assim sendo, ao evidenciar esse deslocamento, o autor dá bases para que o reconhecimento desse direito seja viabilizado

também por uma perspectiva formal estatal, uma vez que já se encontra cristalizado no imagético social (LEFEBVRE, 2008).

Assinala-se que a cidade expressa um jogo de relações sociais pouco evidentes, mas que é capaz de modelar o espaço urbano de acordo com seu projeto econômico instituído. Lefebvre (2008) convencionou classificar esse arranjo distinguindo entre ordem próxima (constituindo as relações dos indivíduos e as relações desse grupo entre eles) e ordem distante (a relação que se institui na base de poder, de grandes instituições que se revelam num nível superior). Para ele, a ordem distante incide sobre a ordem próxima, “entretanto, a ordem próxima não *reflete* a ordem distante na transparência. Esta segunda ordem subordina a si o imediato por meio das mediações; ela não se entrega. Mas ainda: ela se dissimula sem se descobrir” (LEFEBVRE, 2008, p.54).

Desse modo, a cidade reflete a racionalidade instrumental de uma estratégia engrenada em função de um polo prevalente. Uma vez identificadas as estruturas e instituições dominantes na sociedade (política, religiosa, cultural), as bases que fundamentam a redefinição do conteúdo urbano serão examinadas de forma mais aprofundada, sendo fácil vinculá-las a uma dimensão dominante.

Para além desse entendimento, o contexto socioespacial assume-se também como núcleos de conhecimentos e de riqueza, tanto em dimensões materiais como culturais. Lefebvre (2008), nesse sentido, orienta-se para uma direção que sobrepõe à dimensão do uso comercial da cidade. Nessa perspectiva, refrear sua função social, pela desvalorização de seu conteúdo simbólico, representa destituí-la de sua identidade social (HARVEY, 2012).

Assim, é preciso ponderar que, somada a essa dimensão, a cidade é vista como um *locus* de produção social. Imprime-se que é, nesse contexto, que se fabricam hábitos, práticas, conhecimentos, signos e símbolos. A própria mudança nessa dimensão repercute em variações no estilo de vida das pessoas, implicando na dinâmica social. Assim, a urbanização não se vincula apenas a um novo formato infraestrutural, ou seja, ela enseja reorganizações políticas, econômicas e sociais.

A urbanização, ao longo do tempo, e em escala global, foi mote para episódios crônicos de lutas sociais. Acirrado pelo capitalismo, o modelo de desenvolvimento implementado em escala mundial se mostra articulado a efeitos como: “[...] segregação socioespacial, exclusão territorial e degradação urbanístico-ambiental, punindo em especial as camadas empobrecidas da sociedade” (TRINDADE, 2012, p. 144).

Ao trazer como parâmetro a experiência brasileira, Trindade (2012) contorna o contexto brasileiro, mostrando como a política urbana, nos moldes atuais, é resultado de

articulações de forças políticas (movimentos sociais, organizações populares, entidades profissionais e sindicais e setores ligados à igreja católica) implementadas no contexto da redemocratização.

Trindade traz como referencial a Lei n. 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, mostrando como essa lei foi um marco legal importante na materialização de direitos, em virtude da regulamentação dos artigos 182 e 183 da CF/88 que versam sobre a política urbana pelos princípios da função social da cidade e da propriedade urbana (TRINDADE, 2012). Assim, o autor, pautado pela determinação liberal, pontua que, tanto no Brasil como na América Latina, o ritmo e a ocupação socioespacial se subordinaram a uma lógica privada de interesses. Acrescenta que no Brasil:

Nesse cenário marcado pela não intervenção do Estado no mercado de terras, as grandes propriedades não desempenhavam efetivamente nenhuma função social, mas sim econômica, ou seja, o enriquecimento de seus detentores. Do outro lado do espectro social, em vista de seus baixos rendimentos econômicos, as camadas mais empobrecidas da população foram privadas ao longo da história da possibilidade de participar do mercado formal de habitação, ocupando, muitas vezes de forma ilegal, as áreas mais precárias do ponto de vista da infraestrutura urbana e mais distantes em relação às melhores localizações da cidade. (TRINDADE, 2012, p. 147).

Nessa dimensão, as implicações sociais sensíveis não só refletem o aumento da especulação imobiliária, mas também, ecoam no fator de segregação social, como conteúdo que resulta na obstacularização do direito à cidade e, conseqüentemente, ao direito à cidadania de forma plena.

Nessa inferência, Trindade (2012) aponta que o caminho para estabelecer as garantias do direito à cidade e, por sua vez, do direito à cidadania se encontra no Estado. Para o autor, a garantia desses direitos pode ser restaurada pelo fundamento da segurança material que limita os mecanismos de exclusão social. Repousa nessa exposição que essa expectativa de reequilíbrio de forças se sedimenta no corpo estatal, capaz de redefinir o estabelecimento de normas que limitam o poder do mercado.

Contudo, o que se afere desse postulado é que a lógica liberalista seria mitigada pela interferência estatal. O que de fato não se confirma. O autor ressalta esse ponto esclarecendo que a intenção não é romper essa lógica mercantil, mas inserir um parâmetro de limite. Entretanto, ainda assim, Trindade (2012) não expõe que muitas vezes esses interesses (estatais e privados), remetidos à política urbana, entrelaçam-se, constituindo-se um só objetivo, imbricando as duas ordens. O Estado se apresenta em grande medida como um móvel para o projeto do capital, que também é influenciado por esses agentes. Em grande parte, o curso espacial da urbe atende a uma finalidade mercantil alheia ao interesse social. O que se

verifica, nesse polo conflitivo, é que, na mediação de forças, o ponteiro se apresenta em direção à produção de capital. O que formalmente, justificado pelo artifício ou pela justificativa de desenvolvimento, mascara intenções de aspecto sombrio.

Por sua vez, é interessante lembrar a atuação de outros atores políticos nesse processo de reorientação do poder local. Galvanizado pela iniciativa da inserção de questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social na agenda política (SOMEKH; GASPAR, 2012), a ordenação do espaço também é operada por esses agentes sociais. Nesse processo, acende-se o debate sobre a incorporação desses projetos, por meio da qual se conectam interesses diversos. Ressalta-se, no processo de reconfiguração dessas políticas, o poder de pressão de um corpo social político constituído no propósito de modificar a agenda pública. Nessa vertente, essa via se constitui como poder paralelo capaz de combater o modo de produção do espaço esboçado em traços capitalistas, e de efetivar o direito à cidade em seu sentido mais pleno.

Em suma, a cidade apresenta-se como um subsistema de significados por meio do qual os fenômenos urbanos são capazes de afetar a morfologia social. Desse modo, os projetos urbanos apresentam reflexos extensivos a outras esferas da vida coletiva: política, cultura, lazer. O que justifica que a temática urbana adquira centralidade na agenda pública atual e seja proposta no sentido de atender também ao projeto social.

3.2 Políticas públicas, questão socioambiental e as diretrizes para o desenvolvimento urbano: um diálogo intercruzado

Para Sauer e Ribeiro (2012, p. 391), “A questão ambiental é reconhecida atualmente como uma problemática de caráter predominantemente social e político”. Baseado nas exposições sobre o direito à cidade que agrega uma feição interplural de conexões, é importante entender até que ponto esse direito se desdobra nessa premissa. Assim sendo, no contexto de formulações de políticas públicas faz-se necessário perceber como a dinâmica socioambiental escapa do cerne de preocupações efetivas de gestão pública, ou, muitas vezes, na formulação dessas políticas, explicar porque essa dimensão é subconsiderada é uma reflexão fundamental para entender que interesses são hegemonicamente influentes para mudanças na ordem social urbana.

Segundo Silva (2015), embora a temática ambiental tenha sempre sido pautada regularmente, somente a partir da segunda metade do século XX foi que se corporificou nas

demandas de enfrentamentos sociais, e, em especial, nos países periféricos, o debate sobre os problemas gerados pelo processo de “mercantilização da natureza” (SILVA, 2015, p.430).

Esse processo de centralização das causas ambientais, intensificado na década de 1970 e 1980, no âmbito global, foi marcado pela Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, constituindo-se esse evento, como um marco significativo emblemático para externalização dessa problemática (SAUER; RIBEIRO, 2012). Nessa corrente, em 1980, a expressão desse processo discursivo ganha vulto e se intensifica no Brasil. Segundo Sauer e Ribeiro (2012, p. 391):

Nos anos 80 aparecem na cena pública no Brasil movimentos sociais em prol do meio ambiente, visando à relação homem-natureza, ocasionados por todo um conjunto de processos econômicos, políticos, jurídicos, sociais e culturais – de forma que a questão socioambiental materializa-se enquanto questão social no país. São exemplos o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Sem-Terra (MST), Associação Mineira de Defesa Ambiental (AMDA), dentre outros movimentos em suas mais diversos matizes.

Com fulcro de dar suporte às políticas de desenvolvimento ao meio ambiente, data desse década importantes marcos regulatórios para promoção de políticas ambientais brasileiras, a exemplo em 1981, da instituição da Política Nacional de Meio Ambiente, por intermédio da Lei 6938/81, a criação do SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) e CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente); sendo o CONAMA “[...] um órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), também criado em 1981, que estabelece um conjunto articulado de órgãos, entidades, regras e práticas responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.” (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 392). Sendo também o direito ao meio ambiente recepcionado pela CF/88, em seu artigo 225, capítulo VI.

É nessa conjuntura que Silva (2015) expressa que o debate ambiental se funda nas correntes movimentalistas que trazem um nexos causal entre “questão social e questão ambiental” (SILVA, 2015, p. 431), tendo em vista a perceptível carência de se problematizar em profundidade os efeitos da degradação alavancada pelo processo de instrumentalização ambiental. No caso brasileiro, essas iniciativas trazem o envolvimento de movimentos sociais nacionais e internacionais e órgãos de pressão internacional com poder de investimento que cobravam do Brasil medidas de regulação na esfera ambiental (ANDRADE, 2015; SAUER, RIBEIRO, 2012).

O fato é que cabe aqui apreender, conforme exposição da autora, o peso dado ao fator “sustentabilidade econômica” e “insustentabilidade socioambiental” (SILVA, 2015). Ao

se focalizar nos problemas de ordem urbana, a dimensão ambiental assumiu um expressivo ponto de ponderamento, que suscita uma correlação contrabalanceada entre políticas de desenvolvimento urbano e políticas ambientais, uma vez que prevalece um processo de interligação sistêmica entre a cidade e sua relação com o meio ambiente. Assim sendo, é preciso analisar a extensão dessas interconexões correlacionando-as a um escopo político e cultural também, uma vez que agrega fluxos diversos. Assim, cabe intercruzar a reflexão sobre o uso da cidade, balizado sobre o conceito de sustentabilidade e de preservação ambiental.

Voltado para o processo de urbanização brasileiro, a cidade assume um viés consumista no qual os conflitos urbanos existentes orbitam em torno de vários aspectos macroestruturais ancorados numa base hegemonicamente capitalista.

O traçado urbano extrinsecamente projeta um processo estrutural voltado para uma noção de ganho capital ao qual a dimensão ambiental assume um polo reverso e obstacularizador de uma engrenagem que coloca a cidade numa função estratégica de produção de ganho. É sobre essa lógica que se expressa uma perspectiva multifocal ou multidisciplinar (RAYNAUT, 2004) de relação, correspondência e entranhamento entre os fenômenos de ordem socioambiental, que impõe a necessidade de romper com uma apreensão linear para interpretação de suas causas e efeitos. O que cabe nessa perspectiva é entender as interfaces com os processos sociais e políticos “[...] para não limitá-la tão somente à relação entre flora e fauna” (SAUER; RIBEIRO, 2012, p. 391).

Entretanto, ainda que a noção sobre a temática tenha se desenvolvido para além de um enfoque eminentemente ecológico, comportando uma faceta política, social e econômica, evidencia-se que é justamente por essas óticas complementares que insurgem crises e divergências, uma vez que conciliar tais dimensões envolve superar o abismo entre desenvolvimento e sustentabilidade como um vetor de elaboração das políticas.

É preciso salientar que, no contexto de formulação das políticas urbanas, de acordo com o artigo 21, inciso XX, da CF/88, a União tem competência para instituir as diretrizes para o desenvolvimento urbano, deixando a política de desenvolvimento urbano sob responsabilidade do Município, conforme disposição do artigo 182, §1º- §4º.

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. (BRASIL, 1988).

Atualmente, o Ministério das Cidades (MCidades)⁷, juntamente com a Secretaria Nacional do Transporte e da Mobilidade Urbana⁸ (SeMob), delinea “[...] a missão de criar políticas públicas transversais que garantam o acesso das pessoas às cidades, respeitando os princípios de desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais.” (BRASIL, 2015, p. 21).

O Ministério das Cidades constitui o órgão que viabiliza, junto ao Governo Federal, a promoção do desenvolvimento urbano brasileiro, ou seja, “com o foco nos problemas urbanos – das cidades –, sua atuação privilegia a esfera municipal, definida pelos artigos 182 e 183 da CF/88 – Estatuto da Cidade, regulado em 2001 –, como responsável pela execução da política urbana” (MOSCARELLI; KLEIMAN, 2017). Sua criação estabelece uma lógica operativa de caráter transversal, assegurando que as ações que ocorrem em escalas estadual, regional e municipal apresentem-se de forma linear e interdisciplinar (MOSCARELLI; KLEIMAN, 2017).

No âmbito nacional, a criação da Lei n. 12.587/2012, denominada como Lei da Mobilidade Urbana ou Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), constituiu o

⁷ O Ministério das Cidades é um órgão federal, criado em 2003, que reintroduziu, na agenda do Governo Federal, a pauta sobre a política urbana e o destino das cidades. Em outro aspecto fundamental, sua criação representou a definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano em consenso com os demais entes federativos, poderes do Estado e participação da sociedade, visando coordenar e integrar os investimentos e as ações nas cidades do Brasil (BRASIL, 2004). É um órgão cuja composição é formada por uma secretaria executiva e quatro secretarias nacionais finalísticas: Secretaria Nacional de Habitação (SNH), Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos (SNAPU) e Secretaria Nacional do Transporte e da Mobilidade Urbana (SeMob) (BRASIL, 2004).

⁸ A SeMob “[...] tem a missão de promover a mobilidade urbana, de forma segura, socialmente inclusiva e com equidade no uso do espaço público, contribuindo para a construção de cidades sustentáveis” (BRASIL, 2004, p. 20).

preceito federativo que instituiu aos Municípios a função de planejar e executar a política de mobilidade urbana (BRASIL, 2012).

A PNMU assenta seus fundamentos nos seguintes princípios: acessibilidade universal; desenvolvimento sustentável das cidades em seu enfoque socioeconômico e ambiental; equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana; segurança nos deslocamentos das pessoas; justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços; equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros; e eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana (BRASIL, 2012).

Nessa proposição, essa lei representou a garantia regulatória normativa para os municípios planejarem e coordenarem a ação política, estatuidando as diretrizes para condução e integração dessas políticas nas diferentes esferas governamentais e, ao mesmo tempo, serviu como instrumento orientador para produção da política.

Conforme a Lei 12.587/2012, em seus artigos 1º e 2º:

Art. 1º A Política Nacional de Mobilidade Urbana é instrumento da política de desenvolvimento urbano de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município.

Parágrafo único. A Política Nacional a que se refere o *caput* deve atender ao previsto no inciso VII do art. 2º e no § 2º do art. 40 da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

Art. 2º A Política Nacional de Mobilidade Urbana tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade, o fomento e a concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, objetivos e diretrizes da política de desenvolvimento urbano, por meio do planejamento e da gestão democrática do Sistema Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012).

Segundo a PNMU, os municípios com população acima de 20 mil habitantes estão obrigados a apresentar o plano de mobilidade urbana, priorizando o modo de transporte não motorizado e os serviços de transporte público coletivo, sob pena de, se não fizerem, ficarem impedidos de receber recursos federais até que fosse elaborado o plano (BRASIL, 2012).

Assim, como preconiza o Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), a atuação municipal assume prerrogativas de ordenar o crescimento das cidades, por meio do planejamento urbano e da elaboração de normas municipais orientadas pelos princípios, pelas diretrizes e pelos objetivos estabelecidos pela Lei 12.587/12 (BRASIL, 2013).

Nessa vertente, tendo em vista que o planejamento urbano já estava facultado aos municípios com mais de 500 mil habitantes, por meio das diretrizes do Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), percebe-se um alinhamento dessas políticas (XAVIER, 2007). O Estatuto das Cidades é uma lei que estabelece um planejamento extensivo para política urbana, ao qual o plano diretor se consolidaria como principal instrumento de planejamento da ação política (BRASIL, 2015). O Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob), nesse enquadramento, representou o refinamento do sentido dado à política urbana em seu aspecto substantivo e em seu alcance, tanto por ampliar “[...] não apenas o universo de cidades que devem elaborar planos, mas o enfoque do plano em si” (BRASIL, 2015, p. 19).

O objetivo da construção do PlanMob é dispor de um instrumento efetivo que auxilie na melhoria do atual modelo de mobilidade urbana no Brasil, na produção de cidades ambientalmente sustentáveis, socialmente inclusivas e geridas da maneira mais democrática (BRASIL, 2015).

Nessa perspectiva, as políticas públicas de mobilidade urbana, delineadas no âmbito municipal, seguem as diretrizes orientadoras da União, nas linhas da PNMU, entendidas “como um conjunto de princípios, diretrizes e normas que norteiam a ação do Poder Público e da sociedade em geral, na produção e na gestão das cidades” (BRASIL, 2015, p. 22).

3.3 O Plano Diretor de Transporte e de Mobilidade Urbana de Teresina

À guisa desse modelo e voltando ao contexto regional, desenvolvido pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), na gestão do então prefeito Silvio Mendes, o Plano Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana de Teresina representou os esforços orientados à concepção de novas diretrizes que conduziriam o planejamento sobre o transporte em Teresina.

Segundo relatório final, emitido pela prefeitura no ano de 2008, esse Plano consistiria o instrumento de consolidação das decisões sobre transporte no município, no qual as decisões encluíam as diretrizes para implementação da infraestrutura e dos serviços de transporte urbano, orientados pelos objetivos e pressupostos essenciais tanto do poder público como da sociedade (TERESINA, 2008).

Note-se que o plano vincula um conceito de correponsabilização que envolve as duas instâncias: Poder público e sociedade. O que expressa as diretrizes propostas no Art. 14, II, da Lei 12.587/2012, que ratifica a participação social como componente requerido para legitimação do plano. Nesse prisma, além desse conteúdo legitimador, a participação envolve a transversalização de experiências, em que a troca de saberes aproxima a gestão dos usuários,

proporcionando uma correspondência do plano com as necessidades reais da sociedade. Nesse ponto:

A participação social é imprescindível em todo o processo. Não há diagnóstico que demonstre mais claramente a realidade do que aquele feito pelos setores da sociedade envolvidos diretamente. A PNMU prevê a participação da sociedade no planejamento. Reitera a necessidade de transparência, inclusive no cálculo da planilha tarifária, além de descrever o direito dos usuários do transporte público como forma de induzir o cumprimento das premissas legais pelos prestadores de serviço. (BRASIL, 2015, p. 29).

Esse plano, em contexto municipal, constituiu-se, segundo expresso no relatório, uma decisão de intervenção na realidade, tendo em vista controlar e dirigir os fatores que obstaculizam o serviço de transporte (TERESINA, 2008).

Conforme o plano, ao combinar uma série de pesquisas, coletas de dados e informações fornecidas pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (STRANS) de Teresina, que permitiram a formação de um banco de informações “georreferenciado” sobre o transporte coletivo urbano na cidade, foi possível traçar o cenário real de transporte e, com isso, diagnosticar os problemas infraestruturais existentes (TERESINA, 2008).

O relatório congrega informações sobre o padrão de mobilidade e de oferta de infraestrutura existente, informações no campo do transporte individual, do transporte coletivo e sobre a área do transporte não motorizado (TERESINA, 2008). Além das projeções sobre condicionantes socioeconômicos, tais como: tendências de crescimento da população, ofertas de emprego, taxas de matrículas escolares e taxas de motorização obtidas por meio do estudo e da projeção de cenários futuros de demanda (TERESINA, 2008). O quadro a seguir apresenta as bases de referência para estruturação do plano com seus principais parâmetros de modelagem.

Quadro 1 – Base de referência para sistematização de cenários para estruturação do Plano Diretor de Transporte da PMT

Base de referência temporal (Ano horizonte do projeto)	2007, 2017 e 2037
Base de referência espacial (zonas de tráfego da área de estudo)	64 zonas de tráfego para áreas de estudo; 55 zonas internas ao município de Teresina e 9 pertencentes ao município de Timon

Base de referência temática	Condicionantes socioeconômicos da demanda por transporte consagrados nas técnicas de modelagem de transporte: população, empregos, matrículas escolares e posse de autos (principais parâmetros para estimar a geração de viagens)
------------------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório final do Plano Diretor de Transporte da PMT (2008).

O assessor técnico da STRANS, em entrevista realizada, informa que Teresina, na época de formulação do plano, já estava na faixa populacional de 800 mil habitantes⁹ (ASSESSOR TÉCNICO DA STRANS, 2018), enquadrando-se, portanto, dentro do perfil instituído pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001). Conforme preconizado no artigo 41, § 2º dessa lei, cidades com mais de 500 mil habitantes são obrigadas a elaborar um plano de transporte urbano integrado, compatível com o plano diretor ou nele inserido (BRASIL, 2001).

O assessor pontua que esse relatório, elaborado em 2008, instituiu as diretrizes para a temática de transportes públicos, urbanos e trânsito e sistema viário para Teresina, no prazo de 15 anos (ASSESSOR TÉCNICO PMT, 2018), representando uma projeção do cenário urbano teresinense, implicando a demanda por mobilidade. Na atual fase de implementação (2018), já está na pauta da gestão um processo de análise para revisão do plano.

Conforme o aludido assessor:

[...] Já vínhamos percebendo que o meio de transporte da cidade já estava exaurido, não era mais adequado para uma cidade do porte de Teresina, uma cidade já com muitas diferenças, muitas mudanças, já com Shopping Center, dois campus de Universidade de porte, da Federal, da UESPI, várias universidades particulares, enfim, a cidade já estava bem diferente, já vinha se tornando uma cidade bem com muitas transformações e necessitava de um modelo de transporte mais atual, mais contemporâneo, e foi o que o plano diretor fez, estabelecemos um plano, o plano diretor foi feito uma recalibragem de pesquisa domiciliar do transporte, muito bem feita, ainda no final dos anos 90 e essa pesquisa foi recalibrada, revisada e o plano apresentou, teve a fase de diagnóstico, levantou-se toda situação na fase de prognóstico, mostrou a análise dos cenários, o que poderia acontecer, quais os problemas que poderiam surgir se nada fosse feito e, finalmente, foi a fase de propostas que englobou o redesenho dos transportes públicos, que é o que está sendo iniciado agora, o sistema integrado com os terminais de integração, corredores exclusivos e linhas troncais, linhas alimentadoras e, enfim, o que está sendo amplamente divulgado e aplicado e, também, algumas mudanças no próprio sistema viário, estimula criação de corredores de ônibus, criação de... valorização de

⁹ Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constante nesse relatório de 2008, a população de Teresina, no ano 2000, era de 715.360 habitantes. Em 2007, de acordo com nova contagem emitida por esse instituto, o município já possuía 778.341 habitantes (TERESINA, 2008).

determinadas ruas que estavam sendo pouco utilizadas, até mesmo a ponte foi construída por conta disso, que foi a ponte Anselmo Dias. Enfim, houve várias mudanças e estímulo também à parte cicloviária, que custou, inclusive, um plano específico cicloviário, então, Teresina está, nesse momento, sofrendo grandes transformações urbanas, ditadas pelo plano diretor de transporte. (ASSESSOR TÉCNICO PMT, EM 4 DE ABRIL DE 2018).

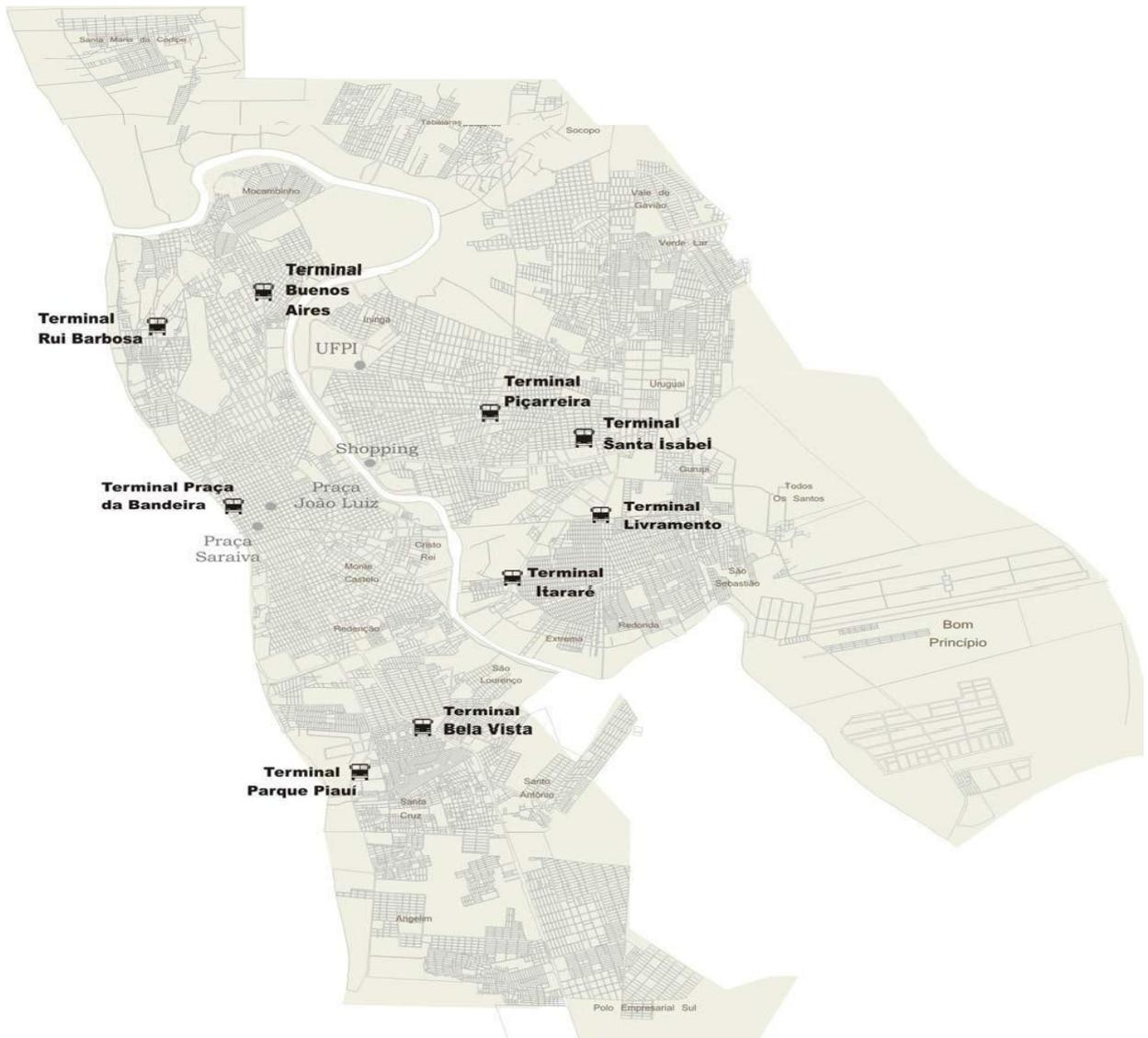
O assessor informa que esse plano foi trabalhado dentro do projeto Lagoas do Norte¹⁰, sendo o primeiro plano elaborado no Brasil nos moldes instituídos pelo PlanMob (ASSESSOR TÉCNICO DA STRANS, 2018).

Sob o estudo desses cenários, a proposta de intervenção urbanística da cidade de Teresina esboçada no PlanMob incluía a transformação da rede de transporte de um sistema radial de transporte para um modelo clássico de rede tronco-alimentada, tomando como ponto inicial a reorganização da operação de linhas de ônibus em cada região da cidade (TERESINA, 2008).

O modelo proposto incluiria nove terminais de integração (Figura 1), oito localizados nas regiões periféricas da cidade (Terminais Rui Barbosa, Buenos Aires, Piçarreira, Santa Isabel, Livramento, Itararé, Bela Vista e Parque Piauí), e um, na região central (Terminal da Praça da Bandeira) (TERESINA, 2008).

¹⁰ O Programa Lagoas do Norte (PLN) é um projeto desenvolvido pela PMT, sob a coordenação da Secretaria de Planejamento (SEMPPLAN), que visa atender 13 bairros da zona norte de Teresina, a saber: Acarape, Aeroporto, Alto Alegre, Itaperu, Mafrense, Matadouro, Mocambinho, Nova Brasília, Olarias, Parque Alvorada, Poti Velho, São Joaquim e Vila São Francisco. Essa região, por localizar-se no entroncamento dos rios Poty e Parnaíba, apresenta um contexto de profunda vulnerabilidade ambiental, acentuando a problemática da qualidade de vida da população (TERESINA, 2014). Segundo Relatório de Avaliação Ambiental e Social (RAAS), emitido pela Prefeitura, em vista dessa e de outras dimensões problemáticas apresentadas nesse espaço, como ocupação desordenada, degradação ambiental, níveis elevados de pobreza e criminalidade, esse projeto compreende “[...] um conjunto de ações integradas, inter-relacionadas e tecnicamente planejadas” que visa resolver os problemas sociais, ambientais e urbanísticos apresentados na Zona Norte da Cidade e, com isso, favorecer o desenvolvimento sustentável da região (TERESINA, 2014). O Projeto foi aprovado em 2008 com valor total de US\$ 44,47 milhões. Firmado no acordo de empréstimo (nº 7523/BR-2008), US\$ 33,13 milhões foi assegurado pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), sendo a contrapartida de US\$ 13,34 milhões advindas dos recursos da PMT e do Governo Federal por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A segunda etapa do programa propõe investimentos no valor de US\$ 176.391.433 (TERESINA, 2014). Esse projeto constitui um dentre oito projetos municipais apoiados pelo Banco Mundial, integrados dentro de um Programa de Empréstimo Municipal Brasileiro (BMLP), em que oito prefeituras foram “pré-identificadas” a participar, a saber: Uberaba, Recife, Belo Horizonte, Cubatão, Teresina, São Luís, Santos e Guarujá (MONTE; MORAIS, 2015; MONTE, 2016). Nessa temática do projeto Lagoas do Norte, sugere-se como leitura mais profunda a pesquisa desenvolvida por Monte (2016).

Figura 1 – Localização dos Terminais na cidade



Fonte: PMT, 2008.

A figura 1 apresenta a disposição geográfica dos terminais de integração na cidade de Teresina. O foco aqui se localiza na zona Sul, com um total de 35 bairros. A área compreende a regional de atendimentos da Superintendência de Desenvolvimento Urbano Sul (SDU-Sul), cuja extensão territorial é de 68,88 km², correspondendo a 28,7% da área urbana da capital, com população residente de 237.059 pessoas, representando 30,9% da população (TERESINA, 2018).

Destaca-se nesse cenário, a localização desses dois terminais de integração na zona Sul (Parque Piauí e Bela Vista), com especial atenção a do terminal do bairro Parque Piauí, por ser um polo que concentra atividades empresariais distintas (comércio e serviço) de influência significativa para a economia da cidade. Assim sendo, cabe refletir sobre essas duas

dimensões que se cruzam, a da relação entre polos empresariais e a influência sobre a dinâmica espacial da cidade, especialmente para a produção de políticas urbanas (FAÇANHA, 2003).

3.4 Teresina como cenário de lutas urbanas

Sem a intenção de resgatar os movimentos sociais na cidade de Teresina desde seus primeiros tempos, o que seria um trabalho de grande monta e distanciar-se-ia sobremaneira dos propósitos desta pesquisa, cumpro-me, no entanto, pontuar alguns aspectos da emergência nesta cidade de lutas importantes nela ocorrida no lastro do surgimento mais geral da sociedade civil no final dos anos 1970, especialmente por que o bairro onde se deu o *Ocupa Praça*, consistiu no logradouro teresinense pioneiro como destacam alguns trabalhos que resgatam os movimentos sociais emergentes nesse período¹¹ e que foram de grande relevância para a consolidação das lutas urbanas nos anos subsequentes, firmando a cidade de Teresina como espaço fundamental nas lutas pelo direito à cidade.

Com efeito, na cidade de Teresina foram pautadas muitas lutas, especialmente as que se deram dirigidas para a temática da moradia e equipamentos urbanos e por transporte, engendrando a construção de inúmeros atores políticos renovados na cena pública.

Mas, é a questão urbana que gera as lutas? Como se forjou? Que problemas a cidade vem acumulando, ao longo de sua história, com potencial para engendrar os movimentos que se tornaram tão presentes no final dos anos 1980, como tantos trabalhos registram¹². Vários estudos auxiliam na resposta a essas indagações, como os já citados, além de outros como o de Façanha (2003), Lima (2003) e Viana (2009)¹³ que focam em temáticas mais gerais do desenvolvimento e evolução urbana da cidade nas perspectivas social, histórica, geográfica e econômica.

Refletindo acerca da cidade de Teresina em suas conformações urbanas das últimas décadas, Viana (2009, p. 307) afirma ter a cidade só alcançado “[...] significativo vigor no seu processo de urbanização em pleno período desenvolvimentista, onde a tônica do planejamento governamental” passou a ser orientada para a industrialização, acompanhando o processo mais geral de migração campo-cidade, como parte da política mais geral levada a efeito no

¹¹ Só para citar os mais recentes, indico o de Viana, Mesquita e Medeiros (2018) e Soares e Viana (2018).

¹² Refiro-me a esforços de pesquisa que, por exemplo, destacam o protagonismo dos sem teto via ocupações de terrenos urbanos como o Viana (1999), Rodrigues Neto (2005) e Lima (1996) ou ainda os que pioneiramente trataram das primeiras organizações populares como Silva (1989).

¹³ Os quais indicamos para maiores aprofundamentos dessa temática mais geral.

país, de corte nacional desenvolvimentista. Assim, conforme a autora, a capital piauiense vai apresentar, a partir da segunda metade do século XX – e com força potencializada entre os anos 1970 e 1980 –, um grande acréscimo no número de seus habitantes, em grande medida resultado do intenso processo migratório de pequenas cidades ou áreas rurais do Piauí ou de estados vizinhos.

A autora destaca o vetor de crescimento da cidade, à época, indicando ser na direção Sul que se dirigiam os investimentos públicos e a instalação de bairros de grande concentração de pessoas de baixa renda, que, nesse período e nos anos 1980, moveria a política habitacional na cidade, agudizando o processo de periferização e segregação da população pobre. Segundo Viana (2009):

Se o crescimento da malha urbana já apontava para o sentido Sul em período muito anterior a 1970, será nesta década que tomará grande impulso. Dado ao incremento comercial e de serviços que apresentavam as áreas em torno da Av. Barão de Gurguéia, já na década de sessenta, esta zona aparecia como mais propícia a investimentos públicos. Nesse contexto, surgem inúmeros conjuntos habitacionais,¹⁴ com destaque para o Parque Piauí, situado a cerca de 7 km da área central da cidade, o que veio a estimular conflitos nas imensas áreas vazias entre o conjunto e o adensamento urbano. O Parque Piauí passou a abrigar um contingente populacional bastante elevado, superior a inúmeros municípios do estado, à época. (VIANA, 2009, p. 308-309, grifo nosso).

Situando a questão da segregação da população de baixa renda para fora do adensamento urbano, Viana (2009), dialogando com o documento que gerou o primeiro plano de desenvolvimento urbano da Cidade, afirma:

*Inúmeros conjuntos habitacionais, construídos nesse período, situavam-se fora do adensamento urbano, numa política clara de segregação e afastamento dos segmentos de baixa renda para a periferia e favorecendo a especulação imobiliária nas glebas intermediárias. O plano de 1969 retrata o processo de afastamento da pobreza para a periferia e o caráter precário da posse da terra urbana, muito antes inclusive do crescimento organizativo das lutas de *sem teto* para firmarem-se como efetivos produtores do espaço urbano, redesenhando os perímetros, mudando a conformação do espaço e alterando as relações com o poder público, forjando, portanto, novas formas de gestão. (VIANA, 2009, p. 309).*

A expansão urbana em Teresina foi viabilizada, principalmente, por meio da implantação de grandes conjuntos habitacionais (MELO, 2015). Nessa perspectiva, a criação do bairro Parque Piauí (Figura 2), durante o Governo Militar (1964), reflete um período de

¹⁴ Segundo Fonseca (1983, p. 55 *apud* VIANA, 2009), foram construídos a essa época 06 conjuntos habitacionais: Redenção, em jan.67, com 302 casas; Parque Piauí, em maio de 67, com 2.294 casas; Parque Piauí, ampliação, em novembro de 76, com 500 casas; o Bela Vista em setembro de 77, com 5.595 casas; São Pedro, Primeira etapa, em setembro de 77, com 66 casas; o Saci, em 78 com 2.034 casas; São Pedro, Segunda etapa, em 1979, com 109 casas; e o Tabuleta, com 118 casas.

forte incentivo estatal à expansão urbana nos planos federal, estadual e municipal (FAÇANHA, 2003), a qual, no âmbito federal, a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) – Lei 4380/64 e do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, assinalou a habitação como forte referencial balizador para produção da política pública (FAÇANHA, 2003).

Conforme Façanha (2003):

Tal política promoveu a construção de inúmeros conjuntos habitacionais, produzindo o espraiamento da malha urbana. Em Teresina, entre os anos de 1966 e 1969 foram construídos cinco (5) conjuntos habitacionais, com destaque para o conjunto habitacional do Parque Piauí, com um total de 2.294 unidades, na zona Sul, zona esta que concentrava a maioria dos conjuntos, com exceção do conjunto Primavera I, localizado na zona Norte. (FAÇANHA, 2003, p. 2).

Figura 2 – Conjunto Habitacional Parque Piauí em 1968



Fonte: Acervo da SEMPLAN, PMT.

Cumprir destacar que, nesse contexto, a política habitacional exercia a função de fomento ao setor industrial (FAÇANHA, 2003). O Piauí, nesse cenário, em estrita conexão com as aspirações de robustecer esse setor – numa orientação claramente dissonante ao entendimento de Lefebvre (2008), tendo em vista que este ratifica a prevalência do uso social do espaço sobre o objetivo mercadológico da cidade –, encarava, na década de 1950, os

desafios de corresponder às expectativas de um “novo Brasil” que se formava (ANDRADE, 2016; MELO 2015; SILVA, 2017).

Nesse aspecto, em cada estado, a articulação entre BNH e a Companhia de Habitação (COHABs) foi central para gerenciar essa política (MELO, 2015).

A figura 2 mostra o processo de periferização da cidade e se contextualiza nesse marco de políticas que trazem a primazia do foco urbanístico como vetor de modernização e progresso. É possível identificar, pela configuração espacial apresentada no retrato do bairro Parque Piauí, no ano de 1968, a presença de grandes vazios urbanos e um processo de segregação acentuado. Nesse reflexo, importa identificar os objetivos e enfoques que se conjugaram para fomentar o processo de desenvolvimento da malha urbana a partir da região sul. Reportando também aos problemas relacionados ao isolamento dessa área, uma vez que estava desconectada do eixo central da cidade. É o que identifica Viana (2005), ao lembrar o Plano de desenvolvimento Local Integrado de Teresina (PDLI).

A falta de um planejamento racional na política habitacional, a periferização e a segregação da baixa renda em Teresina é observada já em 1969 pelo PDLI,¹⁵ quando questiona a localização dos conjuntos Parque Piauí e Monte Castelo. Segundo o documento, essa localização força “um crescimento artificial” no eixo da rodovia Teresina – Palmeirais, “acarretando um ônus para os cofres públicos, pela demanda de serviços e equipamentos em áreas totalmente desabitadas, em detrimento de aglomerados já existentes na zona urbanizada já carente de equipamentos urbanos necessários”. Dado o notório processo de periferização, a zona Sul acabou se beneficiando com a ampliação do número de equipamentos públicos, escolas, praças, mercados públicos, e da rede viária principal, além de vir a abrigar a Central de Abastecimento (CEASA-PI), o Distrito Industrial de Teresina e alguns edifícios do Centro Administrativo Estadual (VIANA, 2005, p. 160).

O bairro Parque Piauí foi construído em 1968, na gestão do Governo Helvídio Nunes, e ampliado, em 1977, no Governo Dirceu Arcoverde (TERESINA, 2018), sendo reflexo da lógica de expansão urbana presente na política habitacional (MELO, 2015).

Segundo relatório do perfil dos bairros, emitido pela PMT (2018), o bairro compreende a área contida no perímetro que parte do entroncamento das avenidas Henry Wall de Carvalho (PI-130) e 19 de Outubro, seguindo por esta, até a avenida Prefeito Wall Ferraz (BR 316); avançando na direção sul até a avenida Walfrido Salmito, pela qual atinge a avenida Henry Wall de Carvalho (PI-130), retornando ao ponto de partida (TERESINA, 2018).

¹⁵ Segundo Viana (2009), o PDLI constituiu-se em uma experiência de planejamento urbano de Teresina, tendo sido coordenado por uma empresa baiana e nascido sob os auspícios das orientações da SUDENE. O documento aponta ainda o crescimento da migração na década de sessenta, a ineficiência do poder público no trato com a questão urbanística e a já visível escassez de moradias.

Conforme destacam Andrade (2016) e Santos *et al.* (2016b), “o bairro já nasceu periférico”. No lastro das políticas de expansão da cidade, orientadas pelo vetor econômico, o Parque Piauí e os demais conjuntos habitacionais seguiram “à risca” a política implementada na sociedade pós-industrial (ANDRADE, 2016). Ainda assim, no plano estratégico, cumpriu a missão de abrir, de expandir a margem sul da cidade, ainda que sob os moldes de uma política discriminatória como foco nas camadas populares mais pobres (ANDRADE, 2016).

Em suas palavras:

Enquadrado como área urbana, o bairro Parque Piauí ainda levou alguns anos para se urbanizar de fato. Durante seus primeiros anos, o bairro foi uma região desconectada do restante da cidade. O acesso ao Centro ainda era dispendioso pela falta de vias de acesso e o transporte público era escasso, o que tornava o conjunto um verdadeiro bairro dormitório. A imobilidade da população daquele bairro talvez tenha ressignificado seu sentido de comunidade. Distante aproximadamente 7 Km do bairro Centro o cotidiano das pessoas que ali viviam muitas vezes se resumia ao próprio bairro, o qual tomou o próprio sentido de cidade (ANDRADE, 2016, p. 7).

Segundo Andrade (2016), embora enquadrado dentro do perímetro urbano da cidade, o bairro passou pelo um processo lento de urbanização, o que pode ser explicado pelo seu isolamento geográfico (ANDRADE, 2016). O bairro estava “desconectado” do restante da cidade, assim sendo, os obstáculos em relação a implementação de políticas eram maiores.

No entanto, nascido como bairro periférico, distante dos processos decisórios, nele nasceram ideias de liberdade e sementes de “libertação” nos tempos em que o povo que lá vivia iniciava um processo de resistência e de luta contra os processos excludentes. Falamos das primeiras iniciativas do conhecido Movimento contra a Carestia, que teve sua origem naquelas paragens, por estímulo de lideranças da igreja católica lá instaladas. É o que lembram Viana, Mesquita e Medeiros (apud VIANA, 1999), quando lembram que,

[...] o apoio de setores da Igreja Católica foi fundamental no surgimento dos novos movimentos sociais no Estado. *O bairro Parque Piauí, localizado na periferia da capital Teresina, é apontado em pesquisas como um território especial de onde brotaram na segunda metade dos anos de 1970 - na vigência ainda do regime político militar -, ideias, práticas e sujeitos novos, em face do trabalho pastoral de padres italianos que apoiaram ativamente os moradores do bairro na organização de lutas contra a carestia, na ótica da teologia da libertação, com organização de CEBs, de grupos pastorais, especialmente grupos de jovens (grifo nosso).*

Nessa mesma perspectiva, é que Soares e Viana (2018), recuperando os esforços de Silva, afirmam que,

[...] foi neste contexto que nasceu a tradição de manifestações do dia do Trabalhador no Estado, tendo ocorrido em 1976 (ainda na ditadura) um boicote as comemorações do primeiro de Maio por um grupo sindicalistas e, no ano seguinte a primeira manifestação pública de protesto nesta data, ocorreu no bairro Parque Piauí, em Teresina, marcando esta data como uma oportunidade de denúncia e reivindicação anual pelos trabalhadores. (SILVA, 1993, p.58 *apud* SOARES; VIANA, 2018, [no prelo]).

Com efeito, o Parque Piauí tem uma história de lutas e protagonismo, sendo um dos mais recentes embates de seus moradores o que ficou conhecido como Ocupa Praça, alvo de maiores considerações nas páginas a seguir.

4 “OCUPA PRAÇA”: GÊNESE, DEMANDAS, ELOS DA REDE, ALIANÇAS E LEGADO POLÍTICO

Este capítulo destina-se à apresentação do caso empírico, trazendo os condicionantes que implicaram a manifestação do Movimento, tanto no que tange ao aspecto legal, envolvendo as diretrizes que orientaram a política de transporte e de mobilidade urbana de Teresina, quanto às dimensões que expõem a análise sobre os seguintes escopos: a formação do Ocupa Praça, os aspectos organizacionais, os padrões de aliança, a articulação com o poder público e os resultados alcançados pelo Movimento em sentido objetivo e simbólico.

Em outra dimensão, o capítulo alcança o olhar do Estado sobre este mesmo cenário conjuntural. Essa perspectiva não constituiu em si uma ação de contraponto ao prisma da ação coletiva, mas visa, tão somente, localizar o Estado nesse debate, tendo em vista que mensurar fatores, como a centralidade do Estado em atender às demandas dos movimentos sociais representa a outra face do mesmo processo, portanto, relevante para o presente estudo.

O objetivo aqui pontuado é entender as redes no processo de formação do movimento e seu papel no redirecionamento da política pública. Assim, ao todo, foram realizadas dez entrevistas. Nove entrevistas com o grupo de militantes, e uma com o poder público.

4.1 A gênese do movimento: entrelaçando conexões e produzindo identidade

O Movimento Ocupa Praça surgiu no ano de 2015, em face ao projeto de construção de um terminal de integração na Praça das Ações Comunitárias, no bairro Parque Piauí, uma área arborizada e um dos principais espaços de lazer da comunidade. Sob o primado da dimensão ambiental, em 4 de outubro de 2015, a área foi ocupada por manifestantes, ambientalistas, militantes partidários (Partido da Causa Operária (PCO) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)), estudantes e moradores do bairro em oposição ao projeto (ANDRADE, 2016; SANTOS et al., 2016a/b) (Figura 3).

Partindo, inicialmente, da ação dos moradores da vizinhança, o movimento se expandiu numa corrente de engajamento solidária que uniu representantes de diversas entidades da sociedade civil e política em torno da permanência da praça, totalizando nove meses de ocupação da praça. Assim, em 2016, o movimento, por meio de um longo processo de mediação e de diálogo político conseguiu lograr êxito, como reflexo de uma articulação estratégica bem coordenada e organizada.

Figura 3 – Primeira postagem do Movimento: chamada para ocupação da praça



Fonte: Rede social do Movimento (2015), postagem realizada em 04 de Outubro de 2015.

Conforme destaca um dos entrevistados¹⁶:

[...] na verdade, o Movimento, a gente deu início a partir, é, de quando os moradores da comunidade do Parque Piauí ficou sabendo da oportunidade da construção de um terminal na praça das ações comunitária, que fica localizado bem na entrada do Parque Piauí e, aí, a partir desse momento, houve uma indignação dos moradores [...] sempre os moradores e moradoras foram protagonistas do processo e, aí, é, nós fizemos uma passeata pelo Parque dizendo: não à construção do terminal e aí, subimos todo o bairro e, na volta, é, a praça ela já estava cheia de tapumes, né, pra início das obras e, aí, numa reunião muito rápida, em geral, assim, entre as organizações que estavam presente, como a REAPI, como a associação de outros bairros e os próprios moradores do Parque Piauí, é, foi decidido a ocupação da praça, né, ocupar a praça para que tentássemos um diálogo com a Prefeitura e não deixássemos que as obras realmente se iniciassem [...] inclusive, uma das nossas ações diretas e emergenciais foi a retirada desses tapumes de metais que a construtora já havia colocado e, e na volta desse ato que fizemos pelo Parque Piauí, decidimos ocupar enquanto moradores e moradoras do Parque Piauí. (ENTREVISTA 06, 2018).

O entrevistado se refere à primeira iniciativa proposta pelos moradores, que foi a de fazer uma passeata. Até então, esse era essencialmente o elemento central do movimento – a

¹⁶ Para preservar a identidade dos entrevistados e garantir sua colaboração na pesquisa de forma anônima, os nomes dos participantes foram suprimidos. A cada entrevistado foi atribuída uma numeração seguindo o critério da ordem/ data da realização das entrevistas.

comunidade. O protagonismo aqui enfatizado pelo entrevistado, refere-se à ação formada genuinamente dentro da comunidade do bairro, a qual posteriormente se converteu em uma estrutura coletiva formada por um mix de atores de representações distintas.

Devido à extensão do Ocupa Praça, em um momento posterior, essa demanda comunitária acabou por se incorporar ao debate acadêmico. Diferentes atores integraram o Ocupa Praça, seja na luta cotidiana do movimento, seja como elos da rede de apoiadores que lhe davam sustentação: a (Rede Ambiental do Piauí (REAPI); a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP); a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); o Movimento SOS RIOS; a ONG Onda Ambiental; o coletivo de arte OcupArte; o coletivo Viva Madalena; o coletivo Salve Rainha; os partidos políticos, como Partido Verde (PV), Partido dos Trabalhadores (PT), PSOL e PCO; e sindicatos, como o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Teresina (SINDISERM); além de estudantes da UFPI e da UESPI; e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nessa composição, expressa Melucci (2001) que tanto a constituição do ator coletivo como as estruturas presentes na ação constituem-se em extensões significativas para dimensionar o sentido presente na ação, e é impossível abdicá-las para a compreensão real do fenômeno social. Nesse sentido, pensar em movimentos em rede sugere muito mais do que traçar um mapa sobre as conexões e os elos presentes entre movimentos, mas sugere assomar o que está por “trás” dessas relações, entender os sentidos atribuídos à ação. Para o autor:

Tende-se muitas vezes a representar os movimentos como personagens, com uma estrutura definidas e homogênea, enquanto na grande parte dos casos, trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados que devem destinar muitos dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui. (MELUCCI, 2001, p. 29).

De acordo com esse postulado, dar conta dessas dimensões é apreender a pluralidade dos atores, de ideologias e de práticas sociais presentes no empreendimento coletivo, é exteriorizar o não revelado do fenômeno num reconhecimento de que essas unidades analíticas indicam modos de ação, estratégias distintas e padrões de formação peculiares para um caso empírico singular. Assim, captar esse aspecto da ação é prover a essência do Movimento em si.

Sob essa fluidez de atores presentes no Movimento, salienta-se o pensamento de Scherer-Warren (1999), a qual destaca que rede de movimento social sinaliza o resultado de um processo plural de articulações entre o local e o global permeado por um senso de

reconhecimento dos sujeitos em torno de uma causa e ligados pela coerência de valores. O discurso de um dos entrevistados respalda essa visão:

[...] várias entidades deram parte do Movimento e, aí, eu destaco, bom, a UFPI, né?!, porque ela acabou realmente sendo a instituição que era vinculada muito a maioria dos estudantes que tavam no Movimento eram estudantes da UFPI, né, a REAPI, a Rede Ambiental do Piauí, que é uma ONG que atua já aqui no estado também, foi uma entidade que se somou ao Movimento, partidos políticos, como que veio na figura de pessoas isoladas, nunca foi uma orientação partidária a nível estadual, mas foi uma pauta levada por pessoas, é, individualmente e aí, PCO, PT e PSOL, né?! com certeza eram todos movimentos partidos de esquerda e oposição política à Prefeitura atual do PSDB então aí, sim, se colocaram como agente também participativo do processo, esses três, esses três partidos políticos, de forma individual, de pessoas individualmente, é, sindicatos também tiveram papel, não como agentes participativos, mas no, no, como agente é, como sindicato é, principalmente na tarefa de auxiliar, é, na manutenção do Movimento, então, forneceram alimentação material, então, esses sindicatos, inclusive SINDSERM, que também, na época, era oposição política da Prefeitura, foi um dos grandes, é, que mantiveram, é, muitas coisas, muito material durante o Movimento, SINDSERM, que eu lembre, e o, acho que MST, como eu te falei, também fizeram, levaram discussões, ampliaram, fizeram com que a gente entendesse que a pauta da Praça não era só a praça era uma pauta de moradia também, então, o MST também teve um papel significativo dentro do Ocupa Praça. (ENTREVISTA 01, 2018).

Assim, o Movimento Ocupa Praça nasceu de reivindicação da própria comunidade do bairro. A constituição dos primeiros elos das conexões que se formaram foi a partir de uma publicação na rede social Facebook, realizada pela moradora do bairro, numa ação que tinha como primeiro foco publicizar a questão. Coaduna-se a essa visão a fala da seguinte entrevistada:

O terminal tava sendo destruído sem nenhum diálogo com a comunidade local e, aí, a [...], como uma liderança do bairro, conseguiu juntar esse diálogo da academia com a comunidade e, aí, a gente fez esse trabalho de extensão, alguns das pessoas que tavam ocupando eram estudantes da UFPI, da UESPI e, aí, eles fizeram esse trabalho de extensão e, através, também, de pessoas que já estavam formadas, que já estavam militando na área, como o pessoal da Comunicação Social, dos advogados, advogadas na verdade, eram três mulheres e surgiu assim..., surgiu a demanda a partir da comunidade, se sentiu incomodada com a forma como o processo foi violento, desrespeitou as leis, a legislação local e... E a gente conseguiu juntar um número bom de pessoas que ajudaram na divulgação, na propaganda, fazendo oficinas de direitos humanos, de educação popular e outra coisa importante também pra poder juntar o pessoal em torno dessa pauta, foi os movimentos sociais organizados e, inclusive, partidos políticos que ajudavam, [...] tanto na questão política quanto na questão estrutural. (ENTREVISTA 07, 2018).

Por meio dessa comunicação em forma de petição *online*, o primeiro núcleo do Movimento se formava num composto de públicos diversificados, oriundos de diferentes

partes da cidade e de formações distintas (estudantes, ambientalistas, ONGs, lideranças partidárias, comunidade de outros bairros e movimentos sociais organizados e coletivos).

Entretanto, essa forma de integração não foi uníssona entre os integrantes, destaca-se também que o Movimento floresceu por outras vias. O debate transitava por canais e universos sociais distintos: imprensa, academia, comunidade local. De certo aspecto, a projeção do conflito reverberava-se tanto no meio político como no social, conectando esses dois planos.

No plano visível, o Movimento mostrava essa permeabilidade, o que permitiu um trânsito de forças que, somadas, repercutiram em um repertório variado de práticas e saberes. Internamente, a forma como se conectam os agentes e como esses se incorporam à rede, atrai a atenção sobre os sistemas de participação e de exclusão no interior das redes.

Nesse exame, Diani e Bison (2010) dão respostas a esse questionamento, argumentando que, no interior das redes, os critérios de participação são extremamente instáveis e dependem, em última instância, do reconhecimento mútuo dos atores. Definir quem faz e quem não faz parte da rede efetivamente exerce um papel central no surgimento e na formação da ação coletiva.

A partir do enfoque dos autores, percebe-se que as conexões que se formam partem, a princípio, das correspondências multitemáticas do fenômeno apresentado ao Movimento, que “conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos e atores coletivos” (SCHERER-WARREN, 1998, p. 22) em oposição aos “códigos culturais opressores” (SCHERER-WARREN, 1998).

Numa alusão metafórica às redes, à medida que essas dimensões se entrelaçam, tecem-se as relações sociais que constroem a identidade “num processo dialógico de identificações éticas e culturais, intercâmbios, negociações, definição de campo de conflitos e de resistência aos adversários e aos mecanismos de exclusão sistêmica na globalização” (SCHERER-WARREN, 1998, p. 22).

A lógica coordenativa presente permitia a integração dos diferentes atores. Cada atividade era desenvolvida por comitês organizados em torno de funções como comunicação, divulgação, logística, jurídica, assessorias técnicas alinhadas a sua área de domínio.

Ambientada nessa visão, expressa uma das advogadas do Movimento:

[...] o Movimento, ele era horizontal, ele tinha várias frentes, né!?, a gente dividiu a parte da comunicação, da agitação, a parte de infraestrutura e a parte jurídica, aí, tinha também a parte da questão logística da arquitetura, né, que era o pessoal mais da agrimensura, o [...], com a arquitetura, eles foram atrás da questão da planta, do

planejamento urbano, da mobilidade urbana, era o pessoal mais alinhado com essa parte científica, eles contribuíram muito e todas as nossas decisões elas eram tomadas em assembleias, né, a gente fazia as reuniões, fazia as votações, então, sempre foi algo bem dialogado, não havia, assim, um centro de poder, não, ele foi bem, bem pulverizado, mas não por isso desorganizado, né, a gente conseguiu manter uma boa organização. (ENTREVISTA 07, 2018).

Essa lógica organizativa se harmoniza com as exposições de Diani e Bison (2010). De acordo com os autores, no processo de movimento social, a coordenação de iniciativas específicas, a regulação das condutas dos atores individuais e a definição de estratégias são todas dependentes de negociações permanentes entre os indivíduos e as organizações envolvidos na ação coletiva.

Para os autores, um ator, em singular, independe do papel que exerce, não representa o todo, nesse quesito se dificulta a monopolização do movimento, uma vez que todas as decisões representam um processo gestado no princípio da pluralização (DIANI; BISON, 2010).

Conforme destaca um militante: “[...] tínhamos as pessoas que eram referências dentro das coordenações, inclusive, todas as coordenações existiam a participação efetiva da comunidade, dos moradores e moradoras do Parque Piauí” (ENTREVISTA 06, 2018). A ressalva que se faz nesse contexto diz respeito à própria limitação do sentido de horizontalidade, visto que a fala do entrevistado sugere que, no interior dessa rede, ainda que de maneira flexível, existam atores-chaves de referência para a condução de atividades específicas, subtendendo assim um tipo de hierarquia ou autoridade. Ainda de acordo com o entrevistado:

[...] Nós tínhamos, sim, uma, que nos chama rumo de uma coordenação, né?!, a gente dividiu em coordenações mesmo, que era a coordenação do dia, tinha a coordenação do acampamento, que era responsável por tá organizando os turnos de quem iria dormir, a questão da alimentação, a questão da água, tínhamos essa, essa coordenação que era mais de mobilização e comunicação, que era responsável pela mobilização geral das atividades que estavam acontecendo na praça, também a comunicação através das redes sociais, enfim, dinâmica comunicativa, e tínhamos coordenação também que era coordenação da burocracia em si, enfim, tínhamos, sim, uma advogada que nós chamávamos, tínhamos advogadas que advogavam e a coordenação mais técnica, né?!, da elaboração do parecer de que a Praça precisava ficar em pé, a questão do diálogo com a Prefeitura, isso nos subdividimos em coordenações (ENTREVISTA 06, 2018).

As entrevistas transparecem uma visão não correlacionada à presença de um líder único, mas deixaram o entendimento de uma perspectiva polifacetada de coordenação. Ainda que haja menções relacionadas à tentativa de centralização da fala, conforme expressa esta entrevistada:

[...] houve alguma tensão no início, né, porque algumas pessoas queriam monopolizar a fala, queriam, como é que eu digo, queriam centralizar também as estratégias, mas isso foi desconstruído ao longo do processo da ocupação, né, nas reuniões e nas nossas oficinas, a gente conseguiu desconstruir isso, eu vejo assim, né, que não tinha essa centralização, nem essa liderança. (ENTREVISTA 07, 2018).

Para Della Porta e Diani (2006), na organização de movimentos, os recursos de fala não são igualmente distribuídos; há um sentido de controle pelos “melhores organizados” ou “mais comprometidos” dentro da estrutura organizacional, principalmente quando o que se está em ênfase são os processos de decisão longos.

Nesse plano, Melucci (1991) sustenta a visão de que, dentro da ação coletiva, os papéis de liderança têm a função de dar sustentação e certa coesão interna e externa aos movimentos sociais. Ainda de acordo com o autor, tanto os processos de mobilização quanto a arquitetura organizacional de um movimento são alimentados pela ação dos líderes.

Pela configuração apresentada, embora discursivamente os entrevistados não confirmem nenhuma hierarquia estrutural, assimetria das relações ou viés de caracterização política, ou seja, embora expressem que as estratégias se construíram de maneira solidária e democrática, mediante reuniões, tendo, a princípio, ação de resistência à destruição da Praça. Torna-se visível, que, pelo formato conjuntural, o planejamento da ação se concentrava em um núcleo com habilidades no campo político. O que, contudo, não manifesta um tipo de exclusão, uma vez que o espaço mantinha-se aberto a contribuição dos demais, mas um indicativo de liderança. Complementar a essa narrativa, outra entrevistada expressa:

[...] as estratégias seriam feitas de forma horizontal, né!?, mas é... eu acredito que elas foram surgindo com o tempo, né!? E, então, se, a princípio, o que a gente queria era garantir que a Praça estivesse lá, as estratégias iniciais, elas foram até de resistências [...] a gente identificou, já no primeiro mês, que seria necessário dormir na Praça, depois, a gente verificou é, a estratégia de, de expansão do Movimento, né!? E aí, a gente utilizou a mídia meio como principal porta-voz do que tava se discutindo ali, essa foi uma estratégia que a gente entendeu já, é, nos meses seguintes, segundo e terceiro mês, que a gente viu que a gente precisava atingir mais pessoas e fazer e somar mais pessoas ao Movimento, é, de forma que, assim, as estratégias, de fato, elas foram surgindo com o desenrolar do processo, né, paralelo à resistência física que tava acontecendo dentro da praça [...]. (ENTREVISTA 01, 2018).

Pelo exposto, presume-se configurados dois processos de ação: no plano externo, o da resistência, no sentido de se promover ações diretas para neutralizar a ameaça institucional; e, no plano interno, as atividades relativas ao fortalecimento e à expansão do Ocupa Praça. Outra entrevistada assinala também a preocupação em manter a coesão ou “democracia interna” (DELLA PORTA; DIANI, 2006) como um ponto nevrálgico para sobrevivência do

Movimento. Vale acrescentar que mais uma vez os atores não indicam ou identificam a figura de um líder como ponte de junção entre eles, embora haja indícios que apontem o contrário.

Relata a entrevistada:

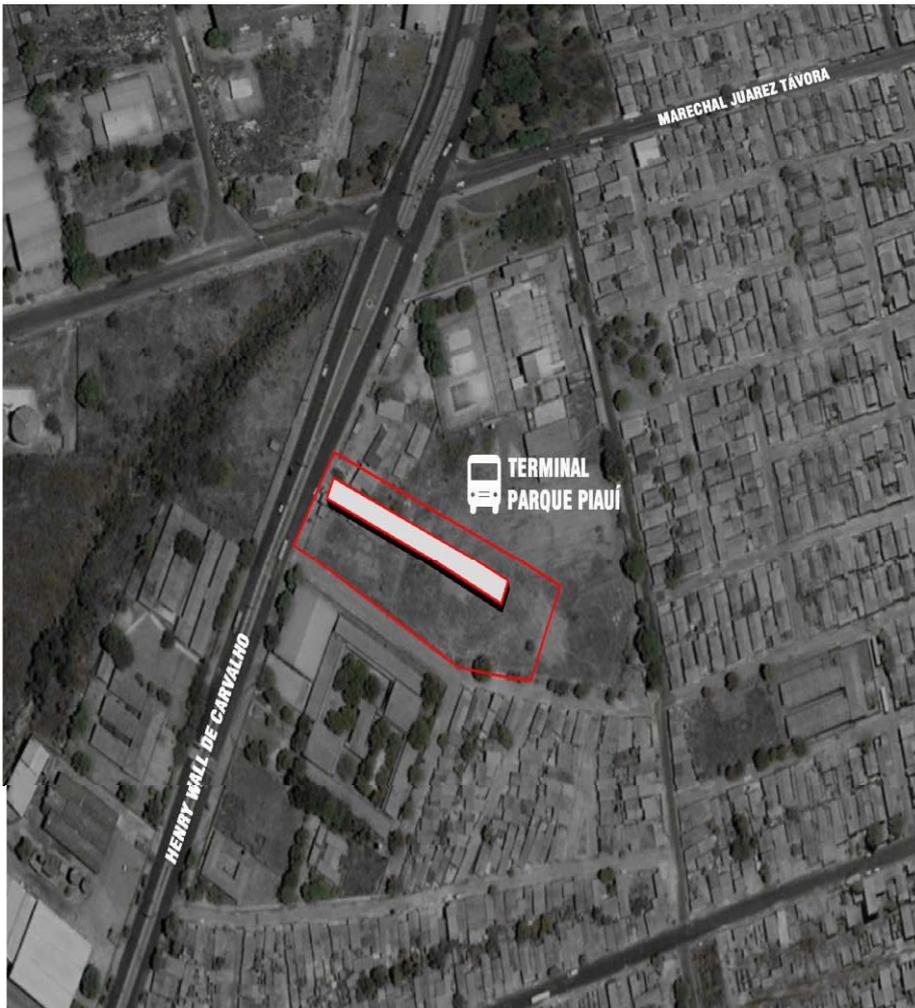
Foram construídas coletivamente [...] reunimos, geralmente à noite, pra fazemos um balanço do que tava acontecendo. Como durou quase um ano, à noite ficou difícil de, de, é, costumeiramente, tá reunindo as pessoas, mas não deixou de haver a ocupação lá, é, nós, geralmente, quando acontecia de fazer uma reunião pra decidir ,convocávamos à noite e, geralmente, iam muitos, porque todos tinham interesse de que a Praça continuasse mesmo durando um ano, mas as reuniões presenciais foram bem participativas e eram onde juntos construíamos as estratégias de combate. (ENTREVISTA 05, 2018).

Do ponto de vista acima, a participação efetiva e o debate qualificado apresentou-se como corolário para construção do projeto estratégico do Movimento. Apesar da facilidade, da flexibilidade e da agilidade dos meios de comunicação, os encontros se mostraram fundamentais para criar elos mais sólidos e, em outro aspecto, foi de especial reforço para controlar a volatilidade na rede.

4.2 Os fundamentos da ação: pautas ideológicas e discursivas

A fase de implementação do Plano Diretor de Transporte de Teresina, no ano de 2015, no Parque Piauí, foi catalizadora para o nascimento do Movimento, daí gerando suas demandas e elementos contestatórios fundamentais, sobretudo porque tal plano representaria a destruição desse espaço de lazer e convivência (Figura 4). Ao representar uma ação direta contra o curso ditado por esse plano, o Movimento, em primeiro plano, marcou uma reação opositiva na esfera político-institucional contra o processo caracterizado por eles como espoliação urbana.

Figura 4 – Localização do Terminal Bairro Parque Piauí



Fonte: PMT, 2008.

Os militantes ratificam que o Movimento direcionado no sentido da comunidade para outras entidades, evocava uma demanda popular que surgiu a partir de um diálogo suprimido com o poder público. Pontua um dos entrevistados:

[...] a gente fez rapidão uma peça, reunimos as argumentações que a gente tinha no momento, né!?, que era em torno da não consulta a população, né!? A população foi pega de surpresa não sabia que ia ser construído um terminal daquele porte, então a gente tava alegando, uma das nossas argumentações jurídica era que não, não tinha havido participação da comunidade no processo decisório, né? Foi feito. A gestão municipal tomou uma decisão de fazer o... o terminal de integração e a própria Constituição ela exige, né!?, que as políticas públicas de urbanização a semelhanças das políticas públicas de assistência social, de educação, de saúde, que elas sejam tomadas de forma participativa de... priorizando é... a participação da comunidade diretamente atingida, então era um dos eixos de argumentação era esse, o outro eixo e argumentação jurídica. [...] O outro eixo de argumentação jurídica era a inexistência de um... de um relatório de impacto ambiental, né!?, do EIA RIMA¹⁷ que embora fosse uma argumentação muito frágil porque existe uma brecha legal

¹⁷ Estudo de Impacto Ambiental- EIA e Relatório de Impacto Ambiental- RIMA.

pra que não seja feito o EIA RIMA nesse tipo de intervenção urbana, e a gente sustentava que, pelo porte da praça, por ser uma praça extensa e por ser uma praça que tinha espécie, é... espécies que estavam no rol de espécie em extinção, seria necessário haver um estudo de impacto ambiental, né!? Então a gente colocou essas... em torno dessas duas argumentações a gente consegui uma liminar [...]. (ENTREVISTA 08, 2018).

Assinala-se, pelo trecho acima, que a tensão social se reverberou por outros poros e que, embora a destruição do espaço de convívio social fosse o cerne do conflito em questão, acrescentavam-se, a essa camada externa do problema, um sentido de participação, movendo a discussão para outros terrenos.

Para tal empreendimento, diversos públicos congregaram-se em um só nó propositivo de destacar outras pautas, a princípio com foco na destruição das árvores. “A pauta primeiro a princípio com uma pauta local mesmo da comunidade [...] durante os nove meses a gente foi entendendo a complexidade daquela obra que tava sendo implantada lá naquele terreno, então foi pontuado o meio ambiente” (ENTREVISTA 01, 2018).

Essa fala qualifica a percepção que, somado ao campo ambiental, havia outros fóruns de discussões a serem pautados, como, por exemplo, a participação. Diante de nove meses de ocupação, buscou-se abordar criticamente a complexidade desses problemas externos ao contexto da praça e extensivos à sociedade como um todo.

Conforme Santos et al. (2016b, p. 5),

O projeto “Cidade para todos” (lema da Prefeitura Municipal de Teresina), seguindo o previsto no Plano Municipal de Transportes e Mobilidade Urbana, chegou à comunidade do Parque Piauí erguendo tapumes de metal, isolando a mais tradicional praça do bairro. Na manhã de 4 de Outubro de 2015, o movimento reivindicou sua participação no processo de planejamento do seu bairro e retomou a posse do seu patrimônio comunitário afirmando “A praça fica, o terminal sai”. O sentimento de ocupação aconteceu de modo bem peculiar, a começar pelos sujeitos protagonistas no processo, que vinha desde ativistas ambientalistas, militantes pelo direito à cidade, vizinhos dos bairros próximos, até os idosos moradores.

No entanto, a emergência do Movimento não se explica unicamente vinculada a uma dimensão ambientalista ou cultural limitada à salvaguarda “do patrimônio comunitário, da flora e fauna existente ali, dos espaços culturais da periferia” (SANTOS et al., 2016a, p. 30). Por trás dessa questão, “O Movimento deu conta de explicar o social da praça, com debates sobre a cidade e meio ambiente [...]” (SANTOS et al., 2016b, p. 5), sendo fecundo para o Ocupa Praça o debate sobre as dimensões legais do projeto e as ambiguidades presentes que deslegitimaram as decisões no campo político.

Complementar a esse aspecto, o Movimento incorporou também a crítica ao modelo de participação proposto na gestão da urbe, “no entendimento de que o direito à cidade, requer necessariamente uma participação em suas idas e vindas” (SANTOS, et al., 2016a, p. 30).

Destacam Santos et al. (2016b, p. 4):

Da mesma forma da criação do bairro, a revelia da participação popular, o projeto que precedeu o levante comunitário, é o imposto dentro do Plano Diretor de Transportes e Mobilidade Urbana de Teresina, apresentado no ano de 2008, previa a necessidade de construção de 8¹⁸ terminais de ônibus. Trata-se de um regresso se comparado ao atual sistema de integração por bilhetagem eletrônica, em vigor atualmente no município. Sob este pretexto se entrelaçam interesses mútuos entre a gestão municipal e o empresariado do transporte coletivo e empreiteiras. Dos 8 terminais, com custos totais de 30 milhões e com previsão de entrega para o segundo semestre de 2016 (provavelmente nas vésperas das eleições municipais), 3 ainda não saíram do papel e os que estão em fase de construção vem gerando impactos socioambientais, como a derrubada de dezenas de outras árvores no Bairro Itararé, periferia sudeste de Teresina.

Observa-se que os autores inserem o fenômeno num contexto maior, reconhecendo outros interesses influenciadores da política municipal. Na verdade, implicitamente, os autores revelam as digitais políticas desse fenômeno, argumentando que, nas fronteiras onde se fabricam a política pública, articulam-se múltiplas correntes de interesses privados e públicos, cujo poder de influência desses agentes acaba mais por potencializar os benefícios da camada empresarial do que efetivamente da sociedade como um todo. Essa perspectiva se encontra em Lefebvre (2008) quando ele afirma que a cidade se molda em função de um ajuste regido por influências sociais e estatais poderosas.

Conforme Lefebvre (2008), a cidade é mais do que um simples produto material ou um domínio “do valor de trocas” de lucros (LEFEBVRE, 2008), pois incorpora um sentido de construção coletiva, uma obra social que transcende uma orientação produtiva justamente por constituir-se “uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos” (LEFEBVRE, 2008, p. 25).

O direito à cidade relaciona-se ao exercício de poder coletivo (HARVEY, 2012). Harvey (2012) expressa que efetivar esse direito significa mudar o curso social por meio da responsabilidade sobre o projeto da cidade, ou seja, proporciona a faculdade de moldar os cursos da nossa sociedade. Por isso, esse direito deve ser adotado tanto como lema operacional quanto como um ideal político, visto que permanece negligenciado.

¹⁸ De acordo com o Plano de Transporte e Mobilidade Urbana de Teresina, o número de terminais implantados na capital são nove. Oito terminais localizados nas zonas periféricas da cidade e um na região central (TERESINA, 2008).

Nesse sentido, o direito à cidade suplanta a prescrição capitalista (TRINDADE, 2012; BATTAUS, 2016; OLIVEIRA, 2016) de viés mercadológico e de valor da troca. Mas implica um sentido de direito mais substantivo e menos abstrato, que não se refrata de seu teor social.

Construído com base nos princípios do PNMU, no qual a gestão democrática e o controle social se sedimentam como pilares para condução do planejamento urbano (BRASIL, 2012, Lei 12.587) no âmbito do Plano Diretor de transporte municipal, os condicionantes para a manifestação da população se inserem justamente nessa órbita: em questionar a falta de um diálogo mais pluralizado para construção dessas políticas. Na visão de Andrade (2016, p. 12):

Dentro do entendimento legal de direito à cidade, o que de fato legitima a ocupação da praça das Ações Comunitárias, palco desse Movimento, é a escancarada supressão desse ideal democrático, que vem negligenciando a participação ampla e efetiva da população na tomada de decisões.

Expressa o autor que o Movimento se baseou nesse preceito democrático suprimido. Ele reflete um sentido de articulação que traz como foco discursivo a temática da segregação social como produto de um arranjo organizativo composto entre Estado e forças empresariais (ANDRADE, 2016; HARVEY, 2012). Para o autor:

É sob estas tensões de luta pelo território teresinense, tendo como protagonistas os moradores do bairro Parque Piauí e o antagonismo da política urbana desenhada no município: de um lado, organismos políticos governamentais aliados a empresários do setor imobiliário, de outro, cidadãos e cidadãs que reivindicam seu espaço dentro da cidade, o Movimento Ocupa Praça se instalou na principal praça daquele bairro, dando início a um dos maiores atos de contestação coletiva do modelo de cidade em curso hoje em Teresina. (ANDRADE, 2016, p. 9).

O autor posiciona a demanda em uma arena política colonizada por interesses empresariais. A marca do Movimento torna-se mais visível nesse contexto da crítica ao desenho político engendrado dentro de um modelo pactual Estado-capital, contestando os processos recônditos da política institucionalizada, delimitando a expressão social que, por sua vez, acentua a exclusão social política.

Sobre essa tensão, a PMT assim se posiciona, por meio da fala de seu técnico:

[...] a participação popular foi muito ampla, o plano diretor como a norma manda, ele foi um plano diretor muito discutido e debatido, foi discutido na câmara dos vereadores, foi discutido no CREA, no CAU, aliás, na época não existia CAU, desculpe, no CREA, nas universidades, em vários pontos da cidade, em vários, na companhia de habitação da cidade, na época COHAB se não me engano, enfim todos organismo onde houve necessidade de assim interesse de divulgar, a gente

divulgou, divulgou nas universidades públicas e particulares, divulgou na própria mídia, foi um trabalho intenso de divulgação, inclusive indo também a ponta, houve várias reuniões nos locais onde iam ser colocados esses terminais, inclusive lá no Parque Piauí, reuniões com a comunidade, chamando a associação de moradores, as lideranças representativas, todo mundo foi ouvir. (ASSESSOR TÉCNICO PMT, 2018).

Infere-se que, sob a lacuna participativa, a intervenção feita concentrou a discussão acerca do conteúdo estreito da participação predominante na visão estatal, assinalando os efeitos de um contexto de insulamento populacional, tanto para validação da política, numa proposição legitimadora, quanto no efeito da realidade da comunidade.

Ao evocar os princípios expressos CF/88, a participação expressa um conteúdo aprimorador da cidadania, vinculando-se a uma noção materializadora sobre o papel social de cada cidadão em seu comprometimento com a gestão pública e em sua responsabilidade social na construção e no aperfeiçoamento das políticas. Ou seja, é preciso casar as duas dimensões, admitindo que, sem mecanismos que garantam a participação qualificada nos processos públicos e sem a promoção de experiências sociopolíticas não se promoverá a formação de um corpo social crítico e cidadão.

4.3 Ocupa Praça: redes, elos conectivos e padrões de aliança

Um Movimento social se revela como um universo de construções, uma complexa malha social na qual se intercambiam, por diversas vias, experiências, trocas e informações num entrelaçamento “de interesses difusos”, porém, de objetivos determinados (GOHN, 2012). Desses engendramentos, produzem-se relações de cooperação que consolidam dinâmicas internas e externas específicas de ação e de representação no plano político, assim como se constroem nexos políticos significativos (SCHERER - WARREN, 2008b).

No que tange a essa dimensão, a maior parte dos entrevistados realça a valia dessas parcerias. Um deles ressalta: “Sem sombra de dúvidas, foram, o sucesso do Movimento, foram atores e atrizes sociais, não só enquanto organizações, organizações, ou seja, foram grupos organizados” (ENTREVISTA 06, 2018). Outra entrevistada, destacando os elos ou nós da rede movimentista, relembra:

[...] é da REAPI, que é a Rede ambiental do Piauí, [...] é do PCO, né?!, se não tou enganada, ela é do PCO, e aí, tinha o pessoal também do SINDSERM, né!? Que tava contribuindo e foram pessoas que se interessaram, se sensibilizaram e foram construir, mas não foi nada que trouxesse um caráter de liderança, com cara de nenhum partido do Movimento. E aí, teve o SINDSERM, o PCO, a REAPI, né!?, que é a Rede Ambiental do Piauí, a REAJU, que é a Rede de Assessoria Jurídica

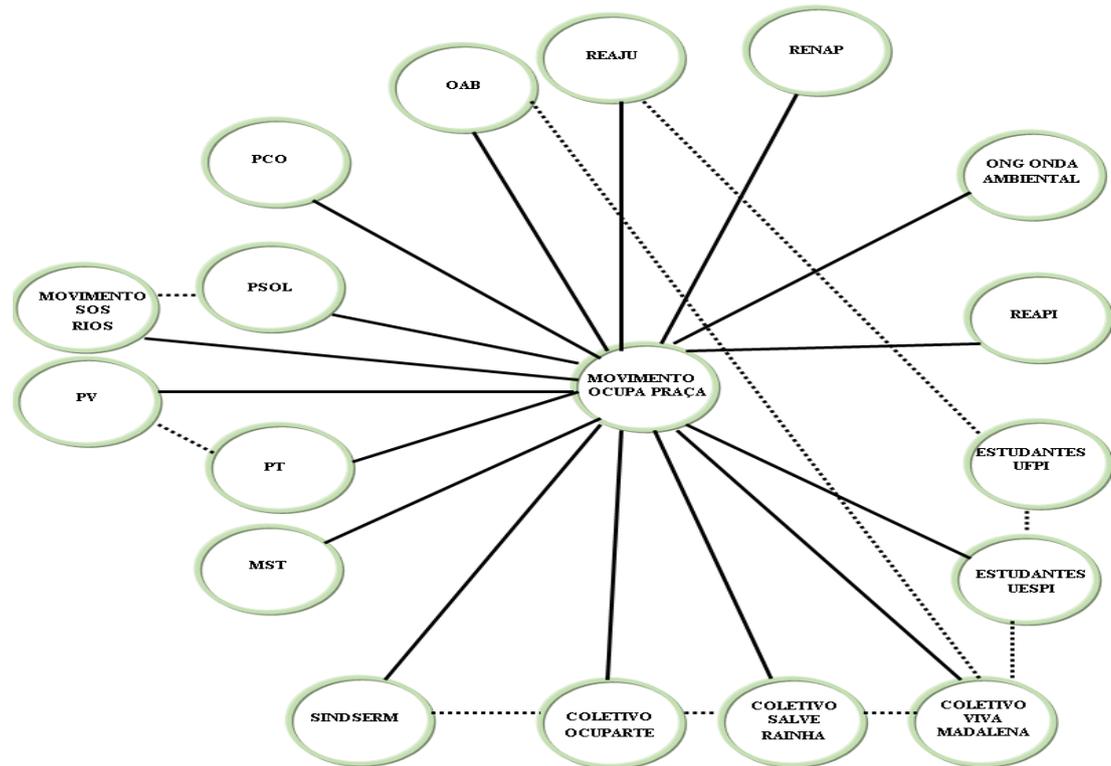
Universitária, uma parte também é REAJU, né!? Porque o pessoal das assessorias nem participou ativamente, mas a RENAP, que é a Rede Nacional dos Advogados Populares, da qual eu faço parte [...] Aí, foi isso, a REAPI, RENAP, alguns partidos que eram participantes do Movimento e os estudantes, né!?, a academia, que eram assim, né!? Eram as pessoas de fora, né!? Desse ambiente do bairro, porque eu vejo a força mais forte do Movimento e que fez com que o Ocupa Praça desse certo foram os moradores do bairro, foi a força dos moradores do bairro, o engajamento dos moradores é... A doação também, porque eles tava lá o dia inteiro [...]. (ENTREVISTA 07, 2018).

Os movimentos recentes são expressões complexas. Ressalta-se, da exposição acima, que o capital ativo do Movimento se constitui nessa capacidade articulatória que congrega diversos atores em um só interesse. O formato flexível e descentralizado da organização em rede amplia as possibilidades de resultados favoráveis aos movimentos. O desempenho nessa estrutura se maximiza à medida que a aglutinação de esforços e habilidades formados por meio de alianças e parcerias estratégicas aparelha essa organização a lidar com questões dramáticas e imprevisíveis, uma vez que esses atores contribuem com os repertórios em que são mais habilidosos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Para Della Porta e Diani (2006), a capacidade singular desses arranjos se manifesta quando eles maximizam sua adaptabilidade, permitem a transposição da ação e a divisão dos efeitos do ato por todos os elos, proporcionam inovação e minimizam as falhas. Além disso, os autores citados pontuam a dificuldade do Estado de monopolizar os interesses e os valores presentes na estrutura em rede, devido à sua natureza heterogênea, formada pela multiplicidade de atores envolvidos na formação dos valores, sinalizando que tais estruturas devem “[...] evitar o perigo de supressão pelos oponentes” (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p. 159, tradução nossa), o que significaria o fim do movimento social.

Percebe-se que havia um contingente expressivo de atores e de instituições sociais com finalidades distintas formando uma extensa rede (Figura 5) voltada para a salvaguarda de direitos, que ia muito além do conteúdo material da demanda, mas que perpassou o campo simbólico e legal do fenômeno, assim sendo capaz de conectar questões relativamente intrincadas.

Figura 5 – Rede do Movimento Ocupa Praça (nós da rede)



Fonte: Elaborada pela autora com base nas análises realizadas.

A figura 5 mostra os enlances de relações do movimento, ao todo 17 elos. Organizações de segmentos variados atuaram no processo: instituições com foco no ambiental, destacando-se a REAPI, ONG Onda Ambiental e Movimento SOS RIOS; partidos políticos como PCO, PSOL, PV e PT, esses últimos tendo um peso significativo para o movimento, uma vez que, por intermédio da figura de seus representantes, vereadores desses partidos, foi promovida a audiência pública entre lideranças, comunidades da zona sul, militantes e representante do poder público na solução coletiva para o impasse.

Incluíram-se ainda, coletivos de expressão cultural e artística como o Coletivo de arte OcupArte e Coletivo Salve Rainha. Dentre esses coletivos, o Viva Madelena, que tem suas origens num processo de resistência promovido por estudantes da UFPI e UESPI, traz a experiência de ocupação de um imóvel na capital tendo em vista seu posicionamento sobre a importância de preservação do patrimônio histórico da cidade, agora canalizado em função da preservação ambiental.

Incluíram-se também como partes do processo, as redes de assessoria jurídicas como REAJU e RENAPI, que levaram um pensar jurídico e legal para o movimento no sentido de ampliar as possibilidades argumentativas. Nesses enlances, o que se observa é que existe um

processo de identificação entre as transversalidades, algo que aproxima e forma conexões e que traz contribuições singulares ao movimento.

Por outro ângulo, destacam-se os cliques de redes verificados, ou seja, os atores que têm vínculos fortes com outros atores, ainda que não explicitamente apontados pelos entrevistados. O Coletivo Viva Madalena tem centralidade nesse aspecto, uma vez que tem ligações com o coletivo Ocuparte, Coletivo Salve Rainha e com o SINDSERM, pois já possuíam vínculos prévios relativos à experiência de ocupação na capital, inclusive contando com o apoio da OAB, o Coletivo Viva Madalena também tem proximidade com núcleos estudantis da UFPI e UESPI. Destacam-se também outros cliques: REAJU E UFPI, PV e PT; PSOL e movimento SOS RIOS.

Nesse sentido, na análise, observou-se que a presença dessas entidades foi crucial para obter uma posição destacada na arena política. Nessa direção, aponta outra entrevista realizada:

O Movimento só existiu porque tinha a contribuição de todos. Você imagina você manter um acampamento com água, com dormida, com alimentação, com segurança, porque a gente revezava na segurança por nove meses, então, foi fácil com material de propaganda, de divulgação, era deslocamento pra irmos nas manifestações fora, tivemos apoio mesmo, é, muito participativo, da população geral de Teresina, o Movimento expandiu até em outros países. (ENTREVISTA 03, 2018).

Pelo exposto, vê-se que as contribuições englobaram, também, conteúdo material. Assim sendo, deslocou-se tanto para a obtenção de recursos materiais e financeiros como para a demanda de saberes e de conhecimentos técnicos.

Os dados empíricos indicam que a capacidade de o Ocupa Praça atrair apoio de diferentes setores sociais revela-se como uma das chaves explicativas de seu poder político. Com visões destoantes, porém complementares de mundo, esses atores potencializaram a ação do Movimento e permitiram um *know-how* de saberes que possibilitaram, dentro da arena política, cravar sua demanda, conforme avalia outra militante:

Eu acho que sem esses atores, o Movimento não teria tido o êxito que teve, né? Porque a gente conseguiu ganhar, a gente ganhou a causa, não foi nem juridicamente, a gente ganhou a causa politicamente, sabe? A Prefeitura, simplesmente, desistiu de fazer o terminal, mas a gente ainda tava com o processo rolando na Justiça, mas a Prefeitura desistiu pela resistência popular que houve, pela articulação que a gente conseguiu fazer, que aconteceu de forma como eu te falei... de forma cotidiana, aconteceu no cotidiano da ocupação, então isso foi muito importante, aliás, **o coração da ocupação** foi isso, né!?! Foram esses atores que eu tou mencionando [...]. (ENTREVISTA 07, 2018, grifo nosso).

Pela óptica acima, o resultado do Movimento expressa um conjunto de forças que se formaram numa expressão de vocalização de direitos. O traço peculiar das redes se revela nessa diretiva sinérgica de buscar vínculos articulatórios e de promover interconexões de identidades num composto pluralista (SCHERER-WARREN, 2011a). Num contínuo processo de formação da identidade, de definição de opositores e de construção de um projeto utópico emancipatório (SCHERER-WARREN, 2006, 2013). A transcrição abaixo revela esse interacionismo:

Olha, eu acho que a contribuição deles era é importante, foi importante porque são, são entidades instituições né, movimentos já consolidados que, que tem uma história uma tradição de luta de resistência, então, eles só, só a presença, só dizer que, por exemplo, o SINDISERM apoia o Ocupa Praça, o SINDISERM, que é um sindicato de servidores públicos municipais muito combativo né, muito forte, que tem feito uma oposição muito responsável à Prefeitura, por exemplo, só em esse sindicato estar, manifestar o apoio à ocupação, ao Movimento, lá isso já dá uma legitimidade maior ao Movimento, já dá uma conotação e seriedade maior ao Movimento, como também setores de partidos políticos progressistas né, se manifestarem nesse sentido como por exemplo professores universitários, né, que fazem pesquisa que tão envolvido com a pesquisa mesmo bem de, de engajamento nessa pesquisa engajada né, se manifestarem em favor do Movimento, isso dá, sim, uma visibilidade e uma legitimidade muito grande, né, e também a questão de estrutura é muito importante, porque pra você fazer um movimento, pra você fazer um movimento de resistência, de ocupação, de ficar lá no local por semanas, por meses né, então, é importante ter uma estrutura, estrutura de carro de som, estrutura de alimentação, estrutura de, de material pra mobilização, então, esses movimentos que já são mais consolidados, eles entram, inclusive. Aí, fornecendo alguns suportes pra, pra que o Movimento, pra que seja possível mobilizar mais pessoas. (ENTREVISTA 08, 2018)

O importante de analisar tais relações é entender o que, de fato, permite esse encontro diverso e plural, revelar o que os aproxima e permite “criar conectividade” (DIANI; BISON, 2010). Diani e Bison (2010) enaltecem o papel da identidade coletiva:

Ele traz consigo um sentimento de propósito comum e de comprometimento compartilhado com uma causa, o que possibilita que ativistas individuais e organizações enxerguem a si mesmos como inextricavelmente ligados a outros atores, não necessariamente idênticos, mas certamente compatíveis, em uma mobilização coletiva mais ampla. (DIANI; BISON, 2010, p. 222).

Interessante destacar um ponto de consenso sobre o papel das redes sociais digitais para o Movimento, tanto como uma via da qual provém essa confluência articulatória tanto como um artifício que possibilitou o desenvolvimento do Movimento. Relatam nas entrevistas:

Nossa! Foi muito importante, foi muito importante, a gente usou muito o *Facebook*, né?! O *Facebook* era... e aí, a tarefa também que foi cumprida muito bem pela galera

da comunicação social que conseguia alimentar também os sites, mas a matéria dos sites de conseguir entrevistas e presentes trouxe várias empresas ao vivo, foi muito importante pra gente conseguir uma boa visibilidade aqui em Teresina, o Movimento, ele teve uma alta integração, a gente conseguiu fazer, inclusive, que o Movimento fosse fora do estado do Piauí. (ENTREVISTA 07, 2018).

Observa-se, no excerto, a importância dessas redes como plataforma de difusão e de mobilização social. O *modus operandi* dos movimentos sociais passa a remodelar suas ações por meio dessas redes, passando a adotar esses canais como veículos propagadores de suas ideologias e seus projetos que, além de dar visibilidade a sua causa, constituem uma ferramenta que promove adesão as suas narrativas (SCHERER-WARREN, 2008b).

Ah, sem sombra de dúvidas, foi algo indiscutivelmente importantíssimo porque, inclusive no princípio da ocupação, das primeiras estratégias nossa foi de tá divulgando em rede sociais, *WhatsApp, Facebook, Twitter*, chamando a galera pra “colar” com a gente. E, tendo em vista que o enfrentamento tinha que ser de imediato, né!? Já que as obras, já que iriam se iniciar, então, as redes sociais foram de extrema importância nesse processo, que dialogam com a comunidade externa e também a própria, os próprios, os próprios membros que estavam participando do Movimento, assim, as redes sociais foram fundamentais ao longo do nosso processo. (ENTREVISTA 06, 2018).

Nota-se, pela expressão do entrevistado, que as redes cumpriram a missão de chamada social, tanto para dar início ao levante, quanto no desenrolar do processo, as mídias constituíram-se como instrumentos relevantes para que se promovesse uma campanha social exitosa. Isso reforça as afirmações de Scherer-Warren (2008b), para quem “A forma virtual e a presencial de comunicação se complementam, na medida em que a primeira é mais ágil, mais ampla e, às vezes, com menos custos individuais; a segunda é mais intensa”.

Castells (2013) corrobora essa visão. Para ele, o papel das redes (Twitter e Facebook), juntamente com outras mídias, foi crucial na revolução do mundo árabe, dos países europeus e dos Estados Unidos por proporcionar uma plataforma de discussão, convocando à ação, coordenando e mobilizando os protestos e abastecendo a população em geral de informações e debates. Assim sendo, os movimentos espelham esse padrão comunicacional e operacional.

Nesse aspecto de produção da comunicação, Andrade (2016) ao citar o movimento *Occupy Wall Street*¹⁹, observa que:

¹⁹ *Occupy Wall Street* é um movimento iniciado em Setembro de 2011, influenciado pelo evento conhecido como Primavera Árabe, em que protestantes ocuparam *Wall Street*, o centro financeiro da cidade de New York, contra a desigualdade econômica e social. Não se concentrou apenas nos Estados Unidos, mas se espalhou por todo o globo, inspirando iniciativas de protestos, tendo como mote principalmente as pautas sobre a crise financeira e seus efeitos como o desemprego (ARVELOS, 2012).

O que une os movimentos do tipo “ocupe” é a forma como articulam essa nova linguagem de reivindicação pelo direito à cidade, reverberando o sentimento de pertencimento político, estimulado, em nível global, pelo *Occupy Wall Street*. No território nacional, diversos exemplos de luta engrossaram as pautas dentro das jornadas de redemocratização da cena política e escolheram as ruas como palco. Nesse cenário podemos citar o Movimento Ocupe Estelita, em Recife, o Ocupe Cocó, em Fortaleza, Ocupe Golfe, no Rio, ou ainda o Ocupe Parque Augusta e as ocupações das escolas estaduais em São Paulo que, de uma forma ou de outra, partilham da mesma essência da ocupação decretada ao sul da cidade de Teresina (ANDRADE, 2016, p. 9).

Casos como o do movimento *Occupy Wall Street* parecem ser emblemáticos na constituição dessa nova postura comunicativa dos movimentos, uma vez que o Ocupa Praça rapidamente ganhou força e se espalhou por várias cidades, em função do uso intenso dessas redes. O papel dos meios de comunicação também é registrado:

[...] todas essas pessoas que chegavam e essas entidades que chegavam, eles eram, acham que a grande maioria acionados pela mídia, né?!, Então, a mídia fez o papel de levar a discussão pra dentro da cidade. Esses atores, eles chegavam, né!? A partir do que sabiam através da mídia, né!?, a articulação inicial foi feita através desta ponte que foi a mídia [...]. (ENTREVISTA 01, 2018).

O Movimento concentrava, nesse poro de comunicação social, o papel de aproximação com a grande população, viabilizando a concatenação com outros públicos mais propensos a esse meio. Contudo, também ressoa a crítica quanto ao enquadramento proposto por esse canal na divulgação do debate, conforme observa a militante:

[...] inicialmente, teve uma boa cobertura da imprensa local, teve uma boa cobertura da imprensa local dos meios de comunicação que tavam lá cobrindo os atos, né!? Só que, à medida que o negócio tomou uma proporção maior, e a gente sabe que os meios de comunicação tradicionais, tradicionais, mídia, têm, sim, uma relação com os Governos, então, foi mudando, né?! Eles cobriam sempre as coisas e aí, eu acho que por uma pressão da Prefeitura, eles passaram a não fazer mais cobertura e quando faziam cobertura eram coberturas negativas, eram coberturas de dizer que, que o Movimento tava impedindo a construção do terminal, o terminal ia ser uma melhoria pro transporte público e que o Movimento tava enterrando algo que poderia ser uma melhoria pra pessoas, né!?, pra comunidade do Parque Piauí, então, foi muito importante a mobilização nas redes sociais, na página que tinha do Ocupa Praça no Facebook [...]. (ENTREVISTA 08, 2018).

Para a entrevistada, num duplo aspecto, a mídia corporativa tanto cumpriu o papel de publicizar a demanda social quanto de influenciar a opinião pública. Alguns entrevistados acreditam que essa mídia mostrou-se, em certo momento, parcialmente inclinada à defesa e ao apoio à gestão local. E que isso pode ser interpretado pelo elo que une Estado e Mídia corporativa numa configuração em que se concentram interesses privados e públicos.

No tocante ao direito à comunicação, expõem Santos et al. (2016) que, socialmente, os meios de comunicação desenham os caminhos para interpretação da realidade. Sendo assim, não se constituem puramente como veículos de informação, uma vez que modelam a opinião num jogo que opera num plano furtivo capaz de atingir “os graus de autonomia e protagonismo de uma população habituada a receber informações prontas dos meios de comunicação.” (SANTOS et al., 2016, p. 36).

4.4 Articulação com o Estado: caminhos e desafios

Os militantes relatam a resistência do Estado para abrir um canal de comunicação com o Movimento. No primeiro momento, o Estado não reconheceu o Ocupa Praça como um ente legítimo para construir soluções e alternativas viáveis para o problema. Inclusive, percebendo o Movimento como plataforma de promoção política e palco de demonstrações acentuadas de radicalismo centrado em factóide. Ressalta o assessor da PMT: “[...] o que nós observamos, é que muita gente tentou tirar proveito político disso, gente que nem tinha nada a ver com a situação, nem conhecia o processo, foi pra lá ocupar a praça junto com pessoas da comunidade [...]” (ASSESSOR PMT, 2018). A reação, então, foi de bloqueio ao Movimento.

Essa visão do assessor destoa dos militantes, o pluralismo de ideias e de concepções permaneceu acentuado no Movimento, não como uma plataforma de promoção e de ganho particular político, mas como uma configuração que congregou múltiplas articulações na construção de um projeto comum. O sentido negativo atribuído a essa dimensão e a falta de reconhecimento pelo poder Estatal, de fato, dificultou a fluidez do debate. Na interpretação desta relação, um entrevistado comenta:

Não, não houve articulação nenhuma. Simplesmente, o Estado, que era representado aqui, era a Prefeitura, tentando destruir a praça não houve articulação, simplesmente, houve o confronto, né?! O confronto de ideias, porque o prefeito queria derrubar a praça e a população não aceitou a derrubada dessa praça. Foi a vitória... foi contrariando o Estado, o poder público, porque o poder público municipal, ele é autoritário, ele não dialoga, houve o confronto direto, inclusive, teve polícia, teve intervenção do Estado, para tentar derrubar a praça. A que ponto chega o próprio Estado, contribuindo pra destruir um patrimônio público que gastaram milhões nessa praça e a população, percebendo isso, se unificou em torno dessa causa justa. (ENTREVISTA 04, 2018).

A mesma dificuldade se constata em outra entrevista:

É péssimo isso em relação ao poder público, né?! No caso, poder público municipal, porque a área pertence ao município de Teresina, e que eles ainda, eu acho, até que a

partir daí, desses movimentos, eles possam ver a sociedade com outro olhar porque sempre eles, é, os ensinamentos, as decisões deles, é de cima pra baixo, sem escutar o povo, sem ver né, as necessidades da população, então, a partir daí, que a gente mostrou que as comunidades podem, sim, mudar o rumo da história das decisões públicas políticas deles, eles possam até como tá acontecendo também agora, lá na zona norte, né?!, A questão da ocupação lá na avenida Boa Esperança, da resistência, é resistência, porque lá eles querem retirar várias famílias com a ampliação do Lagoas do Norte, né?!, E, aí, eles estão resistindo também e a Prefeitura tá mais cautelosa, ela não tá, assim, arbitrariamente agindo como aconteceu. (ENTREVISTA 05, 2018).

As falas dos entrevistados ressaltam bem o primeiro desafio do Movimento, de romper com uma perspectiva unilateral de não dialogar. As comunicações que operam no âmbito da gestão Estatal fluem de maneira descendente ou verticalizada, prevalece a estrutura *top-down* de comunicação, em que o espaço para o *feedback* da população ganha contornos reativos do poder estatal.

Outra militante reforça essa percepção:

A gente sofreu muitos bloqueios sabe, por parte do Estado, foi um diálogo muito difícil, a Prefeitura não se abria de jeito nenhum, atacou bastante o Movimento, é... Inclusive, aconteceu até da Prefeitura cooptar alguns outros movimentos pra se opor ao Movimento Ocupa Praça [...]. (ENTREVISTA 07, 2018).

Há um aspecto interessante na exposição da entrevistada: o poder de cooptação estatal ou as dinâmicas de institucionalização dos movimentos, um fenômeno objeto de intensa reflexão na literatura sobre movimentos sociais (SCHERER-WARREN; LÜCHMANN, 2011b).

Denota-se, da fala, que a estratégia do Estado se constitui como uma ameaça à essência do Movimento, uma vez público que seu surgimento se assenta em pilares como autonomia e liberdade. Por outra vertente, no campo das negociações, a ameaça se relacionava à deturpação dos interesses coletivos, pois, no jogo político, esses ideais poderiam ser corrompidos pela lógica estatal. Conforme Della Porta e Diani (2006), uma demanda em particular frequentemente se torna inegociável, principalmente as demandas com valores simbólicos altos, tanto por representarem a identidade do movimento, tanto por colocarem em xeque a questão sobre a definição de seus objetivos (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Entretanto, é preciso ponderar que essa dinâmica não se constitui apenas pelo prisma negativo. Embora não se aplique ao caso em questão, a institucionalização apresenta um canal de interlocução dos movimentos sociais com o poder público no sentido de implementar sua agenda e cravar seus objetivos. Com isso, além do caráter estratégico do ponto de vista da ação coletiva representa também uma perspectiva de desenvolvimento no campo institucional.

Verificou-se essa questão nesta pesquisa: quando perguntado ao representante do poder público se houve ou há algum representante do Ocupa Praça na Prefeitura, ele afirmou desconhecer essa presença, o que indica que não houve essa inserção institucional.

No tocante a essa dimensão, verifica-se, presente na literatura, a dicotomia das relações entre Estado e movimento. Essa visão se assenta em modelos teóricos com foco na prevalência de um modelo conflituoso de interação com o Estado, este visto como detentor de poder (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Entretanto, o que se precisa ressaltar é que a realidade do Movimento se constitui de maneira dinâmica. Sob essa óptica de relações, é preciso explorar mais a forma como elas são produzidas, uma vez que também se verificam arranjos cooperativos entre Estado e movimentos sociais, numa perspectiva que incorpora os movimentos ao aparato estatal. Novamente deixando claro que, embora essa conjuntura não pareça se aplicar ao fenômeno estudado, o que se pretende interpretar são as construções presentes nesse processo, as conexões formadas nessa arena política que viabilizaram essa ponte entre Estado e Movimento.

Nesse entendimento, Tilly (2010) confere aos movimentos sociais atributos que combinam características contenciosas e políticas. Contenciosas porque envolvem disputas conflitantes entre interesses de diversos entes; e políticas porque governos participam desse processo, assumindo posições que podem ser de opositores, parceiro ou alvo de reivindicações. Nesse sentido, “[...] a ascensão e a queda dos movimentos sociais marcam a expansão e a contração das oportunidades democráticas” (TILLY, 2010, p. 138).

O efeito reativo do Movimento, ante o ambiente de impermeabilização estatal que vigorava, foi forçar o diálogo por meio de canais institucionais. Predominava a autonomia do Movimento em relação ao Estado. Em várias passagens, os militantes ressaltam a dialética forçada. Inclusive, ressaltam sobre o caráter ambíguo e antidemocrático da situação, como pondera uma das militantes:

[...] A Prefeitura se coloca como participativa, né?! Entre os lemas da Prefeitura Municipal, está, aí, a participação democrática que, ao meu ver, não tem nada de democrática, todas as vezes que há um canal de diálogo com a Prefeitura, é um canal de diálogo forçado pelo Movimento, forçado pelo Movimento ou intermediado por uma instituição, ou não, mas ele sempre é forçado, ele nunca é espontâneo, nunca é espontâneo. Inclusive, aconteceu uma audiência pública lá no escolão do Parque Piauí, uma audiência pública solicitada pela Câmara de Vereadores, né?! Foi a primeira vez que eu vi. Não tô dizendo que foi a primeira vez que aconteceu, mas foi a primeira vez que eu vi a estrutura da Câmara de Vereadores se deslocar prum bairro, pra fazer uma audiência pública, e a Prefeitura tava lá, representada pelo secretário de Planejamento, que era [...] na, época, né?! E eles sustentando que a Prefeitura tinha dialogado com a população, que a Prefeitura tem sempre essa

postura de dialogar com a população, e não, ele não tem essa postura, né?!, todas as vezes que há um canal de diálogo, é um canal que é forçado pela população, e o diálogo nunca é efetivo porque eles não cedem, eles não cedem, eles já vêm com as decisões tomadas e eles querem que a população aceite, aceite a decisão que eles tomaram no gabinete ou que eles tomaram com o técnico e não é bem assim que a coisa funciona. Se é um processo democrático, se é um processo decisório real, a população tem que ter algum poder de decisão, tem que ter algum poder de negociação. Não é só ser escutada, ser referendado o que os técnicos, que o gestor quis, então, é bem assim, a relação com eles bem difícil. (ENTREVISTA 08, 2018).

O que se percebe da exposição da entrevistada é um conceito de participação operando mais no nível da abstração e retórica do que na realidade de fato. Do fragmento acima, podemos refletir em torno de duas questões elementares para o caso: primeiro, a de expor que tipo de participação se efetua, de fato, no contexto da gestão pública e a indagar os contornos e os reflexos desse modelo para sociedade; a segunda questão envolve mensurar até que ponto a participação se efetiva, de fato, e qual o alcance da participação no contexto das políticas públicas. Percebe-se que a participação, além de apenas vigorar num plano idealizatório, localiza-se num contexto restrito, não extensivo a outras etapas de concretização das políticas públicas.

Como bem expressa a militante, a participação assume apenas o papel de validar esses planos em face das determinações legais vigentes que evocam o preceito legitimador da participação no plano político.

Em outro ponto, ao expor os limites impostos no plano institucional, os militantes traçaram outras arenas discursivas para exposição de sua problemática. Na direção de novos caminhos, as estratégias moveram-se do campo institucional para outras esferas políticas, num sentido que integrava “[...] ora espaços institucionais, ora não institucionais [...]” (CARLOS, 2017, p. 340).

Conforme os entrevistados, o Movimento centrou suas ações no apelo a canais judiciais, como o Ministério Público, a OAB, a Justiça Federal e as audiências públicas articuladas por vereadores. Sobre essa ação, um dos entrevistados considera:

Através do que a gente teve como núcleo jurídico, então, é assim, a partir da assessoria pública que a gente, que foi encaminhada por esse setor jurídico, foi que a gente conseguiu criar essa ponte, né?!, entre Movimento e Prefeitura e aí, eu cito a Defensoria Pública [...] Nos âmbitos judiciais, o Ministério Público também, é, fortaleceu a ação que tava sendo colocada pela gente na época, então, assim, a comunicação entre o Movimento e o Estado aconteceu a nível judicial, né, assim, houve tentativas durante o processo de comunicação direta, em que a Prefeitura foi, é, mandou... na verdade, é, representantes pra poder dialogar com a comunidade, mas, as vezes que isso foi tentado, não foi muito positivo, houve, realmente, confronto direto, né, não houve diálogo, né?! (ENTREVISTA 01, 2018).

A fala deixa transparecer que formas mais fluidas de diálogo surgiram por meio dessas mediações. Esse é um padrão que se faz presente nas práticas dos movimentos sociais, que apostam na interlocução mediada pelas instâncias judiciais e órgãos de defesa de interesse coletivo, ante aos interesses inconciliáveis no plano político. Os movimentos não se veem mais à sombra da relação estatal para expressar sua demanda, mas ganham relevância política quando combinam múltiplas conexões e instâncias para vocalizar suas demandas.

A figura 6 traz o registro da audiência pública que ocorreu no bairro, em 2015, realizada com a mediação do Ministério Público. Estavam presentes nessa reunião representantes do movimento, moradores do bairro, lideranças comunitárias e representantes da prefeitura para discutirem a construção do terminal de integração.

Figura 6 – Audiência Pública realizada no bairro Parque Piauí



Fonte: Vera Telma Alves. Disponível em: <<http://capitalteresina.com.br/noticias/teresina/audiencia-publica-discute-terminal-do-parque-piaui-33311.html>>. Acesso em: 30 abr. 2018. Audiência pública realizada em 16 de Outubro de 2015.

Esse evento constitui uma abertura formal para discussão dos projetos em curso, servindo para exposição de argumentação e contestação sobre os pontos problemáticos da disputa. O próprio representante da PMT reconhece a atuação e a influência desse canal,

afirmando que a aproximação entre o Movimento e o Estado não foi totalmente fechada, mas que a articulação foi viabilizada por tais esferas:

Ela praticamente foi toda intermediada, o Ministério Público, logo de..., porque o poder público reagiu de forma legal, né, assim, agindo na justiça para desocupação da área pública que estava, é, perturbando o andamento de uma obra, então, aí, nessa história, entra o Ministério Público e tudo mais, foi uma articulação mais forçada por uma questão legal. (ASSESSOR TÉCNICO PMT, 2018).

Embora não se consiga sinalizar o que de fato foi mais significativo para o êxito do movimento, ou seja, é difícil destacar ou atribuir o resultado desse processo a esse único ator em específico, visto que “os movimentos nunca são os únicos atores a intervir em uma questão” (DELLA PORTA; DIANI, 2006, p.228, tradução nossa). Esse trecho viabiliza a hipótese dessa análise, uma vez que esse canal foi um ponto de mediação importante para o debate organizado. E conforme os autores, a capacidade de alterar as regras do jogo político, portanto, é uma pré-condição para influenciar as políticas públicas. O que significa dizer que as vitórias processuais são indispensáveis para o sucesso em um nível mais substantivo (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Entretanto, uníssono entre os entrevistados está o reconhecimento da elaboração de argumentos viáveis do ponto de vista legal e social para sensibilização da demanda perante essas esferas judiciais. Avalia uma entrevistada:

[...] o argumento deles, o que abre um precedente terrível, porque se a, a custa de economizar dinheiro, fazer contenção orçamentária, quando a Prefeitura quiser construir uma coisa, sair construindo nas praças de Teresina, daqui a pouco nós não vamos ter nenhuma praça, né, porque, enfim, terreno é caro em Teresina né, imóvel não é tão barato, mas a gente conseguia mostrar essas contradições e conseguia mostrar, essas contradições deixavam os técnicos da Prefeitura muito chateados porque eu acho que nesse sentido aí, a gente era muito eficaz, a gente estudava, o pessoal da arquitetura, os estudantes da arquitetura estudavam lá os planos que tão lá, disponível na internet, e mostrava as contradições e eram uma boa estratégia, essa de expor as contradições dos discursos deles, e, outra coisa, sempre dizendo: nós não somos contra o terminal, nós não somos contra o terminal, só não queremos que o terminal seja construído aqui nesse lugar, vocês podem construir o terminal nesse local ou no outro, que eram os dois que a gente, apontava como alternativa que eles diziam que ia demandar muito dinheiro pra poder desapropriar, mais era o que a população queria, então, eles tinham que, pelo menos, considerar essa, essa possibilidade, que era o que eles não queriam fazer. (ENTREVISTA 08, 2018).

A entrevistada questiona o custo do desenvolvimento apresentado pela PMT e expõe a crítica a esse modelo proposto. A fala da entrevistada expõe uma preocupação não só específica à situação do bairro, mas conexa à condução da política aplicada no contexto geral metropolitano. Harvey (2012) também expressa essa apreensão ao destacar como a cidade

instrumentaliza as estratégias de produção do capital, expondo, assim, uma evidente conexão entre desenvolvimento capitalista e urbanização.

Expõe outro entrevistado:

A abertura política, ela se deu devido à luta. O Estado não abriu, de maneira alguma, pro diálogo, não houve isso, no Brasil não existe isso, as conquistas do povo brasileiro só acontece quando o povo se confronta com o Estado, porque o Estado é autoritário, né?! o Estado... quem manda é o poder econômico, o Estado não tem preocupação com a sociedade, nem com o meio ambiente não, não existe essa relação, não existiu em nenhum momento que nós fizemos, nunca existiu essa relação entre movimento social e Estado, o Estado continua o mesmo há 500 anos, autoritário, escravagista, toda espécie de erro que eles comentem eles queriam colocar aqui como exemplo, aqui na Praça. (ENTREVISTA 04, 2018).

Afirma-se um caráter extremamente tecnicista da política, cujo principal elemento norteador se fundamenta no fator econômico orçamentário, com pouca ênfase no custo social. Nessa dimensão, constituiu-se o material de trabalho dos militantes em evidenciar a transversalidade de conteúdos presentes no fenômeno e seu impacto social.

O Movimento concentrou suas alegações nessa seara legal e técnica do Plano de Transportes. As estratégias conduzidas pelo Ocupa Praça se detiveram em apontar as falhas e as fragilidades presentes nesse Plano. Principalmente, a desobediência aos preceitos legais e às normas relativas à preservação ambiental, fator esse que deu mais respaldo ao Movimento perante os canais jurídicos, como aponta uma entrevistada:

Primeiro lugar, foi a força política, né?!, porque, como eu te falei, o Movimento, ele ganhou cor, ele ganhou força, ganhou forma, ele foi visto fora do Estado, então, é... Além do mais, a gente tinha o argumento legal, né, a gente tinha embasamento legal, que a Prefeitura tava desobedecendo alguns códigos, algumas licenças que deveriam ser prévias, que não foram cumpridas, então, a gente conseguiu fazer isso através do acesso jurídico e do acesso político, a própria força popular, a resistência popular, quanto à resistência jurídica, a gente, inclusive, conseguiu ganhar, ganhar é... em primeira instância, a gente ganhou e depois foi revogada, a decisão favorável que a gente teve foi revogada, inclusive, na época, o pessoal até desconfiou da revogação, mas, inicialmente, a gente conseguiu uma vitória jurídica, né, pra Praça continuar e a ordem de derrubada das árvores ser cancelada. (ENTREVISTA 07, 2018).

O Ocupa Praça passou a ter um corpo reconhecido e, por meio disso, obteve força social suficiente para legitimar sua pressão sobre o Estado. Duas dimensões são importantes nessa conjuntura: o peso político para viabilizar um canal de interlocução na arena política e o peso jurídico do Movimento, em trazer argumentos sólidos e legais para fundamentar suas alegações e não ser engolido no jogo político. Esses parecem ser pontos medulares para as suas realizações.

Além desse ponto de aproximação e acesso ao Poder Público, os desafios se estendem para os movimentos no nível de fluidez do debate nas negociações. Ainda que implementado esse canal de interlocução, o diálogo permanecia no nível mecanizado.

O primeiro entrave, como já exposto acima, apresentava-se no embasamento legal do projeto proposto pela PMT. Em outro ponto, pautando-se no discurso técnico e político, a viabilidade orçamentária ressoava como o argumento central da esfera institucional para a permanência do projeto conforme planejamento estipulado.

Foram apresentadas três propostas pela prefeitura na audiência mediada pelo Ministério Público do Estado (MPE-PI), com a participação de representantes do Movimento e representante da associação de moradores do bairro: a primeira previa a compensação de 1.020 mudas na região do bairro; a segunda consistia na distribuição de 1000 mudas frutíferas para os moradores do bairro; a terceira proposta seria a criação do Parque Vale dos Serrados, na zona sul de Teresina.

Os militantes ressaltaram essa falta de flexibilidade como um ponto crítico do problema, conforme destaca um dos entrevistados:

Era justamente porque ele insistia e falava o tempo todo dizendo que não iria abrir mão, que ia construir, que estava em andamento, que ia construir o terminal de ônibus lá, e nós dizíamos que não íamos aceitar, de lá a gente não arredava o pé, não houve, assim, um diálogo, foi um confronto mesmo que prevaleceu, prevaleceu a organização e a resistência. (ENTREVISTA 03, 2018).

Outro entrevistado reforça essa visão sobre a rigidez estatal:

[...] O principal entrave mesmo entre... é colocado pelo Estado, era o diálogo, né?! Isso é uma coisa que próprio de todos os movimentos sociais, sempre reivindicam que não há diálogo e é uma coisa que a gente sempre fala nas reuniões né, palavras dos próprios moradores, a Prefeitura não nos escuta né? Então, acredito, sim, que o principal entrave mesmo era o diálogo né, a gente diz que o projeto de terminal, ele já iniciou sem ouvir a comunidade, a própria forma como o projeto iniciou foi uma forma totalmente de cima pra baixo né, a Prefeitura chegou lá e construiu as barreiras físicas ao redor da praça sem comunicar sem nem avisar previamente à comunidade que aquela obra iria acontecer ali, na Praça, então, eu acho que esse é o principal entrave mesmo. (ENTREVISTA 01, 2018).

O entrevistado pondera sobre o grau de impermeabilidade apresentado pela prefeitura. O caráter agudo de inflexibilidade no processo de gestão governamental se acentua como um problema sensível e recorrente no meio social. Para o caso em questão, desde o início, o processo de inclusão da sociedade apresentava-se atrofiada. Sobre o impacto do Movimento para aprimorar a participação popular, expressa o técnico da prefeitura entrevistado:

Olha, ao meu ver, o impacto não é tão grande, porque o objetivo nosso é fazer valer o que está projetado, implantado, certo, e nós vimos, nesse Movimento, uma coisa que é, quem tem de acabar, o radicalismo, e o protesto pelo protesto, e isso aconteceu no Movimento, o que mais fez barulho no Movimento nem tava com intenção de colaborar, tava com intenção de chamar atenção, factóide, então, agora mesmo, nós estamos implantando a integração²⁰, que tá tendo muita é..., Obviamente mexe com as pessoas, tá tendo muitos desdobramentos, aí, e nós estamos vendo que a reação da população inicial, nos primeiros dias, foi de muito barulho, muita reclamação, mas já estão rapidamente percebendo, sem nenhuma organização firme, estão percebendo que, realmente, o sistema tem de melhorar e eles têm que se adaptar. (ASSESSOR TÉCNICO PMT, 2018).

Traz-se novamente para o debate Lefebvre. O autor critica o cientificismo operatório dos administradores estatais justamente por negligenciarem o fator social. Ao tomar como único parâmetro a racionalidade científica, o critério da técnica, da ciência, da pesquisa, esses fatores tomam a dianteira e se sobrepõe no plano das decisões a partir de uma visão fragmentada da realidade (LEFEBVRE, 2008).

Reflete-se, ainda, dessa concepção, a falta de flexibilidade na formulação da política. A sociedade somente adere ao plano determinado. O questionamento central opera no nível de concentração institucional que não permite integrar a população à gestão da cidade, apenas mitigar o seu poder de reação. Os canais de participação apresentados pela Prefeitura operam de maneira inócua e diluem o poder da sociedade, uma vez que não a habilita a ser parceira no encontro de soluções inovadoras e vantajosas.

Insera-se, nessa perspectiva, mais um foco de reflexão. O direito à cidade requer e inclui o direito à participação (TRINDADE, 2012). Então, como de fato avançar nessa questão “[...] sem democratizar o aparelho burocrático estatal que toma as decisões referentes aos investimentos e à alocação de recursos no território urbano”? (TRINDADE, 2012, p. 151). Eis, um desafio para implementação desse propósito.

Posiciona-se o assessor técnico da PMT sobre os questionamentos advindos acerca das vias utilizadas para a sociedade integrar com o projeto:

Não, eu acho que o problema ainda é, eu acho que a própria, é cultura imediatista, o que eu posso deduzir disso é que a população no Brasil ainda é muito a questão de

²⁰ A integração constitui o novo padrão de funcionamento do Sistema de Transporte Público de Teresina. Passando de um modelo de sistemas radiais, que são linhas de transporte com início do trajeto em um bairro periférico e final do trajeto em uma área central, para esquemas de integração ou rede integrada de transporte coletivo, que são redes tronco-alimentadas. Ou seja, parte-se do seccionamento do itinerário de um conjunto de linhas em um local físico (terminais de integração) para posteriormente redistribuí-las para outro conjunto de linhas espalhadas pela região da cidade. O objetivo consiste em concentrar a demanda que estava distribuída em diversos bairros periféricos em um local, para depois redistribuí-la, em um número menor de linhas, mas com maior demanda (TERESINA, 2008).

cidadania, de cobrança, de viver em conjugar os interesses pessoais, no Brasil, ainda é muito incipiente onde as pessoas sempre olham o seu aspecto imediatista. [...] na verdade, é que se tem muito o que aprimorar em termos de relações sociais junto com a comunidade, a própria comunidade em perceber que as mudanças feitas, que tem que ser implantado pelo poder público, as vezes, não é aquilo que ele gostaria que fosse, mas é necessário, se torna necessário e nosso setor, então, setor de transporte público, muita coisa realmente incomoda, porque sempre as pessoas vão ter que sair da sua zona de conforto e só com algum tempo depois é que eles vão perceber que houve alguma vantagem, então, eu acho que o problema maior ainda é uma questão cultural, das pessoas ainda ter um pouquinho mais de visão além daquela visão imediatista que, normalmente, é o que acontece em debates, inclusive, a própria mídia, ao meu ver, contribui pra isso, a mídia sempre chega com aquela coisa de forma pseudoimparcial, mas sempre procurando ver onde é que a população está com alguma forma de irritação e promovendo sempre isso sem olhar qualquer forma de desdobramento maior. (ASSESSOR TÉCNICO PMT, 2018).

A crítica do entrevistado externa o problema da falta de aderência social às discussões sobre a gestão local, atribuindo essa ocorrência ao fator cultural. Reconhece que a questão demanda um olhar atencioso da gestão, porém, apesar de manifestar que pouco se avança nessa questão, não vislumbra nenhum instrumento de apuração desses arranjos relacionais.

Somado a essa dimensão, subtende-se, da fala do entrevistado, que a visão de cidadania presente no imagético individual inclina-se ao reforço de seus ativos e direitos como cidadão, em que pouca atenção e pouco reforço se dão às obrigações e às responsabilidades atribuídas. Nesse ideário, constrói-se uma cultura extremamente voltada para o particular, para o ganho individual, em que pouco se valoriza a construção do bem coletivo.

Nota-se que, para o entrevistado, o problema não recai sobre o modelo de divulgação e participação implementado perante a comunidade, mas ressoa sobre o efeito gerado pela ausência de uma cultura participativa. Sobre esse posicionamento, pondera-se que é necessário, mais do que aperfeiçoar essa vias de relação entre Estado e Sociedade, é preciso desenvolver o sentido de coletividade necessário.

4.5 O legado político e simbólico do Ocupa Praça

Discutir o planejamento urbano e o direito à cidade exigiu para o Ocupa Praça a habilidade de empregar uma linguagem jurídica próxima do Estado. Nesse sentido, as vias judiciais formaram a ponte de interlocução entre Movimento, comunidade e Estado, assim como o aporte utilizado para proteção e concretização de direitos democráticos.

Apesar de calcar suas ações nos mecanismos jurídicos, a principal marca do Movimento foi a resistência diante de um processo delicado de negociações. Para muitos

entrevistados, isso foi o fator crucial para manter a sua vivacidade. A exposição acima se confirma na expressão do entrevistado:

[...] então, eu acho que a resistência da população da comunidade das pessoas que estavam lá, das pessoas que acreditavam que aquele local é um local de conservação ambiental, a resistência, ela foi crucial pra, pra derrota [da prefeitura]. Falei nesse sentido, né?, da Prefeitura, além da resistência, é, creio também como eu já falei no início, o ano eleitoral também contribui, sim, acredito que contribui pra que ele não ficasse de mal [o prefeito] com a população, né?, porque ia ficar muito feio pra ele, ele destruir toda aquela praça no período eleitoral, passar acima da resistência de tantos moradores, de tantos de moradores, tinha moradores não só do Parque Piauí, tinha de todos os lugares da cidade, que iam lá dar apoio pra aquele movimento, então, não era só o Parque Piauí, mas a sociedade de Teresina, como todo tava ali, do nosso lado, muitas pessoas apoiavam, comentavam, ia ficar muito feio pra ele destruir aquela praça, então, a gente conseguiu a vitória com muita resistência, com muita luta, ficando ali naquele local ocupando mesmo. (ENTREVISTA 02, 2018).

Percebe-se que o Ocupa Praça conseguiu dar visibilidade ao fato social local e o converter em uma demanda extensiva a toda sociedade teresinense. Mas que isso, para lograr o apoio social, a campanha do Movimento entrelaçou conteúdos jurídicos, políticos e sociais num projeto que se movimenta para além de uma circunscrição institucional. Mas que se reverberou por outros polos de discussão social e política, conforme expressa um dos entrevistados:

É... Eu acho que a gente conseguiu discutir o planejamento urbano, a gente conseguiu discutir direito a cidade, que é algo insensibilizado aqui em Teresina, direito à cidade, é planejamento urbano, mobilidade urbana, né?, que é algo que a gente tava lidando diretamente também, ao falar de terminais, ao falar de integração, falar de transporte público, né?, e dentro da periferia, porque é o Parque Piauí é um bairro periférico da cidade, então, a gente conseguiu trazer essa demanda popular pra sociedade teresinense, né?, conseguiu colocar isso é... nos noticiários, conseguiu levar isso pra dentro das instâncias jurídicas e a gente discutiu isso amplamente em assembleias e reuniões em órgãos públicos e isso trouxe, assim, consequências positivas, não só em relação à Praça, mas como a Prefeitura vai agir, começou a agir a partir daquele momento, de forma transparente, né?, e de forma que prestigiasse a população na tomada de decisões, porque o projeto, ele foi imposto, né?, inclusive, outros terminais foram construídos em outros bairros, sem ninguém ter sido ouvido, sem as associações terem sido convocadas, então, a gente conseguiu trazer transparência pro processo e democratizar o processo de construção dos terminais rodoviários em Teresina, além, claro, da permanência da Praça, que é uma questão não só ligada ao meio ambiente, mas uma questão socioeconômica também do bairro, porque, como eu te falei anteriormente, algumas pessoas trabalham na Praça, né? A Praça é o ponto de encontro, então, assim, a Praça, ela movimenta o coração do Parque Piauí, que é o bairro, né? Tem a questão do patrimônio material também, né?, que é os moradores que tão lá desde a criação do bairro e que estão ligados ao ambiente, ao meio ambiente de uma forma afetiva também, a praça é um ambiente de recreação pra aquelas pessoas, então, eu vejo que a gente conseguiu trazer essa discussão, né?, de como os ambientes públicos eles são importantes pra redemocratizar, né?, a participação popular dentro do processo de tomada de decisão dos bairros e do município como um todo. (ENTREVISTA 07, 2018).

Despertar essa reflexão respaldou e validou o ato político do Movimento e resultou no apoio social. Simbolicamente, o legado do Ocupa Praça se insere nessa perspectiva de ativar o interesse por essas pautas, conforme a entrevistada, sensibilizar a sociedade dos conteúdos metropolitanos e universais.

A visão da Prefeitura incide sobre a fala da entrevistada, no que concerne a esse ganho social:

Não. O impacto do Movimento em si, apesar da gente considerar que o Movimento teve muita inspiração político eleitoreira, muita gente apareceu que não tinha nada a ver com a história, apareceu, fez parte. Fez barulho, fez parte do processo. É... O impacto foi nesse... O impacto, no meu ver, se restringiu a esse aspecto: contribuiu para que se notasse uma posição técnica melhor. Entendeu? [...] E também, eu acho, até que teve o aspecto positivo indireto: levantou-se mais interesse também pela própria discussão do problema, da integração, do projeto. Levantou-se... muita gente. Despertou em mais gente também o interesse. Tanto é que terminou se saindo numa boa. (ASSESSOR TÉCNICO PMT, 2018).

O assessor técnico reconhece as contribuições do Movimento na seara técnica, uma vez que os embasamentos que fundamentaram as suas alegações também incorporaram peças técnicas compostas pelo comitê especializado do Ocupa Praça. Somando-se ao aprimoramento técnico e legal relativo ao projeto, a demanda apresentada deixou aparente a discussão sobre o projeto, estendendo a toda a sociedade. A visibilidade da questão trouxe esse ganho imaterial que reside em atrair a atenção para a gestão da cidade, ou seja, de influenciar o corpo social, ainda que de forma difusa (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Se, de um lado, o Movimento expõe a falta de transparência e o excesso de centralização do Estado no processo de formulação política, por outro lado, o entrevistado expõe a apatia ou silêncio coletivo com relação à gestão política como um problema também sensível para a gestão.

Melucci (1989), ao discorrer sobre a relevância dos movimentos sociais contemporâneos circunscritos a seus efeitos práticos e simbólicos, expõe uma lógica não refratária a um resultado negativo ou positivo de “fracasso ou êxito”. Mas afirma que a proposta em si, com valor para os movimentos consiste em provocar a ruptura de padrões de dominação vigentes. Para o autor, “[...] paradoxalmente, os movimentos são tanto vencedores como não-vencedores, porque o desafio afeta os códigos culturais, a mera existência de um movimento é uma reversão dos sistemas simbólicos dominantes” (MELUCCI, 1989, p. 62). Entretanto, o autor salienta que, do ponto de vista político, os movimentos produzem modernização, estimulam a inovação e impulsionam a reforma. Portanto, desse ponto de vista,

seu resultado pode ser medido, ainda que seja apenas uma parte nem sempre importante da ação coletiva (MELUCCI, 1989).

Scherer-Warren (2011a, p. 49-50) indica que, numa noção qualificadora, os movimentos:

Almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

O que se extrai da exposição dos autores, é que o desafio não se localiza em produzir ativos econômicos, sociais ou políticos, mas em construir projetos orientados para converter os valores que engrenam o sistema operante que, conseqüentemente, produz e reproduz assimetrias no campo social político. Converte para esse pensamento, a seguinte passagem de uma entrevista:

[...] outro legado do Ocupa Praça, eu acredito que seja muito no campo da atividade política, né?! Quanto o movimento organizado é misto, né?! o Movimento, que tinha gente de N, enfim, de N ideias, mas tiveram um objetivo em comum, então, essa questão da construção da humanidade, enquanto movimento, eu acho que foram os maiores legados é de construção política dentro de um grupo organizado em relação ao Ocupa Praça, do qual eu acredito que nós fomos uma das maiores ocupações que Teresina já teve, né? Enquanto um grupo ocupar mesmo, não me recordo bem, oito ou nove meses muito bem, mas estar permanecendo lá de manhã de tarde e de noite e tal, eu acredito que teve muito essa contribuição pra cidade de Teresina, né?, de que é possível e extremamente necessário a manifestação a ocupação, né?!, o lance também, né?!... do respeito da comunidade do protagonismo da comunidade frente essas discussões, né?!, a questão do respeito, também, não reprodução de opressão dentro da nossa ocupação, a ideia de, enfim, de unidade da construção da unidade mesmo enquanto coletivo, eu acho que esse foi um grande legado também, né?! que o Ocupa Praça deixou e também a questão que de a Prefeitura não pode fazer de Teresina, do meio ambiente de Teresina, o que ela quiser, né?! Tem gente, tem pessoas que se preocupam, sim, com essa causa que nós vamos sempre defendê-la. (ENTREVISTA 06, 2018).

A fala do entrevistado expressa a ativo simbólico produzido pelo Movimento: a crença na política não institucionalizada e estrategicamente organizada como uma possibilidade viável de abrir espaços de interação alternativos de vocalização, denúncia e pressão ao Estado com resultados efetivos.

O efeito pedagógico para a comunidade se inseriu nessa perspectiva de produzir uma relação entre Estado e comunidade mais alinhada com o ideal democratizante, em um

conceito mais objetivo de prover o reconhecimento da sociedade na constituição dos projetos políticos sociais. As passagens seguintes correlacionam-se com esse pensamento:

Eu acho que a maior contribuição do Ocupa Praça, era, foi denúncia, a gestão municipal denunciar os processos que a gestão municipal tem feito nessa cidade, que é tomar decisões de uma maneira vertical, né?!, e, simplesmente, impor a população sem nenhum tipo de consideração sem nenhum tipo de abertura pro diálogo, né?!, Eu acho que o maior ganho é no campo político e no campo do jogo político de mostrar pra uma gestão que tá há muito tempo no poder, que eles não podem fazer tudo o que eles querem na cidade, porque eles não podem tomar uma decisão no gabinete junto com os tecnicozinhos deles e vim impor que a população aceite determinada política, acho que o maior legado, e eu espero muito que eles entendam, entendam o recado que foi passado, de que é preciso ouvir a população dessa cidade, que é preciso abrir espaço de negociação qualificada com essa população, né?, com essas pessoas que eles dizem que tão trabalhando pra eles, como é que você está trabalhando, como é que você foi eleito por essas pessoas e na hora que você quer tomar uma decisão política você, simplesmente, você ignora o que que a população quer, ignora o que as pessoas desse local estão dizendo, que é o que eles estão fazendo em outros lugares, né? que eles estão fazendo na Lagoas do Norte, que é o que eles fazem na Frei Serafim, eles vão fazer a mesma coisa, né? Eu acho que o legado é esse, é de mostrar que eles vão enfrentar a resistência da população que eles não são nomes, que eles não têm o poder sobre o bem e o mal e de dizer o que que é válido ou não, quem tem esse poder, quem é destinatário desse poder é a população, é o povo. (ENTREVISTA 08, 2018).

A crítica central apresentada acima se concentra em expor as diretrizes traçadas pela política municipal, de cunho técnico-normativo, e como se configura a sociedade nessa diagramação imposta. A óptica estatal expressa uma conduta ampliada de tutela e de paternalismos social, uma vez que, ao concentrar as decisões em si mesmo, suprime a sociedade da produção política e negligencia o ideal democrático.

Nessa concepção, autores como Della Porta e Diani (2006) confirmam que os movimentos sociais não só espelham a crítica à política clássica, mas invocam um elemento antigo e esquecido na teoria democrática: o teor coletivo das decisões. Por meio da mudança da chave política para a metapolítica, os movimentos implicam uma alternativa legítima à política formalmente institucionalizada.

Nesse desvio, no seu aspecto conjuntural, o Movimento buscou reforçar a representação social por meio da reinterpretação dessas relações e do ativamento do seu poder social. Argumentou-se que a experiência não só propôs para a sociedade a reflexão sobre o caráter imperativo e centralizador do Estado, mas que, também, expôs a exigência de incorporar a sociedade civil nos processos de gestão de maneira mais sistêmica, implicando o ressignificado da participação nesse contexto.

Congruente a essa perspectiva, outro entrevistado analisa a produção do Movimento:

Primeiro eu acho que foi criar essa consciência de comunidade, né?! E, aí, comunidade é além das pessoas que moram num bairro de comunidade mesmo, como população de Teresina, acho que o Movimento Ocupa Praça, ele foi um marco na cidade, mesmo assim, no sentido que ele consegue mostrar pras pessoas que quando a população se une, se organiza, é, a gente consegue ter vitória, né, eu acho que esse foi o principal legado, é porque ele é sempre lembrado, ele é sempre discutido, ele é sempre colocado em pauta como movimento social vitorioso e que mostrou que a participação política da sociedade ela consegue alterar os números da cidade, né? Eu acho que o principal legado foi esse, a nível mesmo de município, outro foi que a gente consegue criar esse elo, né?! Que essa rede de ativistas sociais dentro do município, a grande maioria das pessoas que fizeram parte do Ocupa Praça hoje continuam fazendo parte de outros movimentos sociais, fazendo força nesses movimentos sociais, então, eu acho, também, foi um grande ganho que surgiu a partir do Ocupa Praça, acho que principalmente esses dois. (ENTREVISTA 01, 2018).

Nota-se que a herança maior se reproduz na forma como o movimento atuou na comunidade. Denota-se, da fala acima, a revalorização dos movimentos como um potencial exploratório de ganhos significativos no campo sociopolítico. Em outro aspecto notável, o entrevistado pontua a solidificação de um elo ativista como um ganho social de peso para a sociedade civil difícil de ser desconsiderado.

Observa-se que esses elos não se dissolvem, mas se reativam e reconfiguram-se para atuar em outros espaços de conflitos e com outros escopos reivindicatórios. Assim, o Ocupa Praça não somente os unificou a partir de uma causa específica, mas potencializou as identificações em processos de lutas possíveis a partir de então.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento Ocupa Praça foi um movimento multicultural direcionado a defesa ambiental, que mediante um processo de aproximação solidária construiu estratégias e definiu seus propósitos e objetivos no confronto com a direção da política pública local sob o comando da prefeitura de Teresina, ousando pôr em xeque também o conteúdo da participação dos moradores nas políticas locais.

O presente estudo partiu das exposições de agendas que propõem traçar as relações que se estabelecem entre Estado e movimentos sociais e entre os próprios agentes que compõem os movimentos. Nessa seara, é patente, na produção literária, a indicação das redes como fonte teórico-metodológica exploratória profícua ao desafio de se compreender a realidade sociopolítica.

Nessa guia de produção, recapitulando a trajetória do Movimento Ocupa Praça, procurou-se compreender como se avançam essas relações no campo prático, centrando atenção em dois escopos investigativos: sob a lente do conceito de redes, buscou-se inferir como estas reforçaram o poder dos movimentos sociais na arena política a ponto de influenciar o redirecionamento da política pública; no segundo polo, o foco recaiu sobre a incidência dos movimentos sociais sobre o Estado.

No intuito de viabilizar tal expectativa analítica, partiu-se primeiro das orientações teóricas, tomando como mote de questões a identificação de atores, os padrões estruturais gerais, a formação, a dinâmica, o modo como as redes se interconectam e a avaliação do impacto da ação conjunta dessas redes (CASTELLS, 2013; DELLA PORTA; DIANI, 2006; SCHERER-WARREN, 2005, 2006, 2011a, 2013).

O que se pode inferir é que o diálogo ampliado repercutiu para qualificação da decisão dos gestores, num envolvimento proporcionado por esse ator juntamente com a comunidade. Como produto desse processo, os dados revelam que, somado ao apoio dessas redes ativistas, a exposição do custo social para a sociedade foi um ponto de destaque para adesão a suas narrativas.

Sob essa óptica de relações com o Estado, o movimento explorou o caminho de uma relação mediada pelas esferas judiciais para expressar seu poder de pressão institucional. Nesse universo, o movimento encontrou as condições para adentrar no jogo político.

Voltando para os aspectos internos de coesão, destaca-se o papel das redes sociais como um componente de reforço a ação coordenada e organizada em forma de redes e o seu

peso magnético para adesão social que deu visibilidade aos problemas urbanos da capital que em geral foi capaz de:

- Dar visibilidade aos problemas urbanos da capital;
- Aprofundar a discussão sobre a política de mobilidade Urbana de Teresina;
- Despertar o interesse social pela gestão pública;
- Produzir uma perspectiva mais alinhada entre os interesses do poder público e da sociedade;
- Explorar o potencial coletivo para aprimorar as decisões.

A análise encontra vestígios correlacionados à hipótese levantada (DELLA PORTA; DIANI, 2006). Os movimentos obtêm vantagens quando recorrem a canais de pressão extrainstitucionais. Contudo, pelo exposto, não se pode afirmar que essa dimensão foi o ponto central para o resultado, ou seja, para permanência da praça, apresentado, assim, numa perspectiva que reduz o efeito desse processo, relacionando circunscritamente ao universo do movimento. Em outras palavras, há um produto obtido por uma força unilateral. O que se pode afirmar é que envolve efeitos congregados de múltiplas variáveis, e que alguns fatores são difíceis de captar e mensurar.

No quadro das relações Estado e Movimento, observou-se que houve pouco espaço para fluxo institucional, pois, sob o argumento da falta de legitimidade do Movimento, este teve seu papel diminuído pelo poder público para construção de alternativas ao impasse, embora a gestão reconheça, timidamente, a relevância do Movimento no campo da visibilidade do planejamento político.

No que tange à temática participação, o Ocupa Praça, num arranjo em redes, direcionou-se para a crítica de como esse conceito vem sendo operado no plano da gestão pública local, tanto na óptica política como societal. Assim sendo, no campo empírico e teórico, tanto fundamenta as perspectivas teóricas consagradas como acrescenta mais dados para leitura sociológica, pois as experiências não são homogêneas.

As afirmações acima direcionam para alguns pontos de destaque do Movimento: a combinação da ação pelas vias institucionais e societárias, a falta de fluidez das relações com o Estado e a presença de um projeto político plural e transversal. Assume-se uma visão ponderada do resultado desse Movimento, não se constatou uma transformação sistêmica no campo institucional, contudo, voltado para o terreno social, a maior competência do Ocupa Praça se reproduz no ressignificado do papel da sociedade na política.

Sob esse ponto, importa explorar como essas articulações reativas tiveram impacto e incidência sobre a realidade social. Assim, destaca-se articular, pela ótica do capital social, a consequência desse movimento, nas relações de confiança dessa comunidade em comparação a outras comunidades que não apresentaram a mesma experiência.

Como resultados da análise que processamos sobre o Ocupa Praça, destacamos a presença acentuada de “nós” de uma rede movimentalista que ampliou o poder de interlocução do movimento na arena pública, por meio de um portfólio substancializado de práticas, experiências, saberes e canais de articulação política que gerou impacto e influência sobre a política de mobilidade urbana e a qualificação da decisão pública, com conquista substantiva para os atores sociais envolvidos nesta luta, que após nove meses de intensas atividades, tiveram a praça mantida e suas árvores preservadas.

Destaca-se, ainda, como um forte indicativo de atenção, ou “nó” a ser desatado, a consideração de como se dá o processo de fusão dessas redes em outros campos de ação, a influência das conexões partidárias para o Movimento no âmbito das arenas decisórias. Por fim, como possibilidade de inclusão aos referenciais teóricos, propõe-se, como agenda de pesquisa, aprimorar a discussão que envolve o cruzamento dessas redes ativistas com as redes partidárias, uma vez captado que entre esses elos havia uma relação de correspondência. Nesse prisma, entender como os movimentos produzem a inovação por meio de arenas extrainstitucionais, é uma proposta frutífera para consideração teórica.

REFERÊNCIAS

- ABERS, R.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n° 28, p. 52-84, set./dez. 2011.
- ALONSO, A. As Teorias dos Movimentos Sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ANDRADE, P. S. **A insustentável questão fundiária e ambiental no Cerrado piauiense: a confluência de interesses entre o Estado e o agronegócio na expansão da monocultura**. 2015. 249 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, 2015.
- ANDRADE, L. R. A. Gênese, direitos e revolução: Parque Piauí, 1968-2016. **I Semana Acadêmica de Ciência Política da UFPI**, 2016.
- ARVELOS, Larissa. **Soc. nat.**, Uberlândia, v. 24, n. 2, p. 377-380, Aug. 2012.
- BATTAUS, D. M. de A.; OLIVEIRA, E. A. B. de. O direito à cidade: urbanização excludente e a política urbana brasileira. **Lua Nova**, São Paulo, n. 97, p. 81-106, Apr. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de Outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- _____. **Lei nº 10.257**, de 10 de Julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- _____. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da política Nacional de Mobilidade Urbana. Brasília: **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112587.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- _____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. **Cartilha da Lei nº 12.587/12**. Brasília/ DF, 2013. Disponível em: <<http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/municipios-devem-implantar-planos-locais-de-mobilidade-urbana/CartilhaLei12587site.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- _____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. PlanMob. **Caderno de Referência para Elaboração de Plano de Mobilidade Urbana**. Brasília/DF, 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/component/content/article/265-secretaria-nacional-de-transporte-e-da-mobilidade/publicacoes-semob/4769-caderno-de-referencia-de-plano-de-mobilidade-urbana>>. Acesso em: 9 abr. 2018.

CARDOSO, R. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico, In: SORJ, B.; ALMEIDA, M. H. T. (Org.), **Sociedade política no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 313-350, 2008.

CARLOS, E. Cooperação e Conflito na Relação Movimentos Sociais e Estado. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 35, p. 321-350, 2017.

CASTELLS, M. **La Galaxia Internet**. Barcelona: Areté, 2001. 316 p.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Trad. Roneide Venancio Majer com a colaboração de Klaus Brandini Gerhardt. 8. ed. v. 1, São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____. **Redes de indignação e esperança**: Movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAGNINO, E. et. al. Cultura democrática e cidadania. **Opinião Pública**, v. V, n. 1, p. 20-71, nov. 1998.

_____. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & Sociedade**, n. 5, out. 2004, p. 139-164.

_____. Políticas culturais, democracia e projeto neoliberal. **Revista Rio de Janeiro**, n. 15, p. 45-65, jan./abr. 2005.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (Org.). **A Disputa pela Construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2006. p. 13-91.

DELLA PORTA, D.; DIANI, M. **Social Movements**: an introduction. Oxford, Blackwell Publishing, 2006 [1999].

DIANI, M. "The concept of social movement". **Sociological Review**, Keele, UK, n. 40, p 1-25, 1992.

DIANI, M. Social movements, contentious actions, and social networks: from metaphor to substance? In: DIANI, M.; McADAM, D. (Eds.). **Social movements and networks**: relational approaches to collective action. Oxford: Oxford University Press, 2003.

DIANI, M.; BISON, I. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 220-249, 2010 [2004].

DOIMO, A. M. **A Vez e a Voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro, Relume-Dumará. 352 p.

FAÇANHA, A. C. **A evolução urbana de Teresina**: passado, presente e... Publicado na Carta CEPRO, Teresina, v. 22, n. 1, p. 59-69, 2003.

GOHN, M. da G. 500 anos de lutas sociais no Brasil: Movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p.11-40, jan./jun. 2000.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2009.

_____. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio./ago. 2011.

_____. **Teoria dos movimentos Sociais**: Paradigmas Clássicos e contemporâneos. 10. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez., 2012

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LIMA, Antônia Jesuíta de. **Favela Cohebe**: uma luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI; APL, 1996.

_____. **As multifaces da pobreza**: formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos. Teresina, Halley, 2003.

LÜCHMANN, L. H. H. Os sentidos e desafios da participação. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 42, n. 1, p. 19-26, jan./abr. 2006.

McADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. (1996). Para mapear o confronto político. **Lua nova**, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009.

MELO, C. C. C. J. **A dispersão urbana e habitação popular em Teresina-PI**. 2015. 210 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, 1989.

_____. La acción colectiva como construcción social. **Estudios Sociológicos**, v. 9, n. 26, p. 357-364, may./aug. 1991.

_____. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colegio de México, Capítulo 1. Teoría de la acción colectiva, p. 25-54, 1999.

_____. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MONTE, C. N. da C. **Programa Lagoas do Norte e direitos culturais no Poti Velho, Teresina - PI**: Quais diálogos? 2016. 187 f. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, 2016.

_____; MORAES, M. D. C. Intervenções urbanísticas e direitos culturais: O Programa Lagoas do Norte, no bairro Poti Velho, Teresina-PI. **Anais...** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, São Luiz – MA, 15 a 28 de agosto, 2015.

MOSCARELLI, F.; KLEIMAN, M. Os desafios do planejamento e gestão urbana integrada no Brasil: análise da experiência do Ministério das Cidades. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 157-171, Aug. 2017.

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. n.10, p. 21-32. UFPR, 2004.

RODRIGUES NETO, E. X. **Governo Municipal e Movimentos Sociais na gestão da moradia em Teresina**: um exame das experiências das Vilas Alto da Ressurreição e Irmã Dulce. 2005. 194 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80/Eder S. Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, S. F.; ANDRADE, L. R. A.; SILVA, L. R.. Movimento #OcupaPraça: entrelaçando resistências pelos direitos à cidade e à comunicação. In: II Simpósio de Pesquisa sobre a Mídia Paraibana. A comunicação e a cidade: Espaços, Diálogos e Vivências. **Anais...** João Pessoa- PB, v. 2, p. 29-52, 2016a.

_____. **Da negação à reconstrução de direitos à comunicação e à cidade no Movimento #OcupaPraça**. In: I Simpósio do Programa de Antropologia da UFPI. Trajetória, contribuições e desafios. Teresina-PI, 2016b. p. 1-7.

SAUER, M.; RIBEIRO, E. M. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Textos e Contextos**, v. 2 n. 2, Porto Alegre, 2012.

SCHERER-WARREN, I. Movimentos em Cena: ... e as teorias por onde andam? **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 9, p.16-29, 1998.

SCHERER-WARREN, I. Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. In: **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 21-30.

SCHERER-WARREN, I. Sujeitos e movimentos conectando-se através de Redes. **Política e Trabalho**, n. 19, 2003. Mesa Redonda: A sociedade em rede e cibercultura. Congresso Internacional de Ética e Cidadania, Curitiba, 31set. a 4 out. 2000.

_____; LÜCHMANN, L. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil – Introdução. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 13-36, out. de 2004.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais num mundo multicultural. **Revista Katálysis**, Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 34-31, 2005.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Soc. Estado.**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

_____. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e tendências**, v. 7, n.1, p.9-21, jan./jun. 2008a.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 505-517, Dec. 2008b.

_____. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 18-27, jan./abr. 2010.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 5. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2011a.

_____; LÜCHMANN, L. H. H. Movimentos sociais e participação institucional: introduzindo o debate. *Política e sociedade*, Florianópolis, v. 10, n. 18, abr. 2011b.

_____. Redes e movimentos sociais projetando o futuro. **Revista Brasileira de Sociologia**. v. 1, n. 1, jan./jul. 2013.

SILVA, E. O. *et al.* Expansão urbana da cidade de Teresina e suas transformações socioespaciais. **Anais...** Encontro Nacional da Rede Observatório das Metrôpoles. Universidade Federal do Rio Grande do Norte: Natal/RN, 29 a 31 de março, 2017.

SILVA, M. D. **Em busca da prevalência**: padrões de relacionamento entre movimentos sociais urbanos e Estado, em Teresina. 1989. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, Parnaíba, 1989.

SILVA, M. G e. Sustentabilidade socioambiental e a retórica neodesenvolvimentista: apontamentos sobre meio ambiente e saúde no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 428-446, Sept. 2015.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 02-09, jan./abr. 2010.

SOARES, Léia Lima; VIANA, Masilene Rocha. Da emergência tardia à vaga neoliberal: notas acerca do sindicalismo no Brasil e no Piauí. In: VIANA, Masilene Rocha; MESQUITA, Francisco; MEDEIROS, Lucineide Barros. (Org.). **Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Piauí**, Teresina, EDUFPI, 2018 (no prelo).

SOMEKH, N; GASPAR, R.C. Capital excedente e urbanização: o papel dos grandes projetos urbanos. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 133, nov. 2012.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009 [1998].

TATAGIBA, L. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: PIRES, R. R. C. (Org.). Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. **Brasília: Ipea**, v. 7, 2011. p. 171-186.

TERESINA. Prefeitura Municipal de Teresina. **Plano Diretor de Transporte e mobilidade Urbana de Teresina**. Teresina: PMT, 2008. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/plano-diretor-de-transporte-e-mobilidade-urbana-de-teresina/>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. **Relatório de Avaliação Ambiental e Social – RAAS**, 2014. Programa Lagoas do Norte (PLN). SEMPLAN, 2014. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2014/10/RAAS-PLN-2014.pdf>> Acesso em; 12 abr. 2018.

_____. **Perfil dos Bairros**. Teresina, 2018, 8p.

TILLY, C. Os movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, p. 133-160, jan./jul., 2010.

TONI, F. **Novos rumos e possibilidades para o estudo dos movimentos sociais**. BIB, São Paulo: ANPOCS, n. 52, p. 79-104, 2002.

TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 05-18, 1989.

_____. Na fronteira dos movimentos sociais. **Soc. estado.**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 17-28, 2006.

TRINDADE, T. A. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Lua Nova**, São Paulo, n. 87, p. 139-165, 2012.

VIANA, Masilene R. E os “**sem-teto**” também tecem a cidade: As ocupações urbanas em Teresina (1985-1990). 1999. 187f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC. São Paulo. UFPI. Teresina, 1999.

_____. Lutas sociais e redes de movimentos no final do século XX. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.64, p. 34-56, 2000.

_____. **Itinerantes no cronotopo**: mobilidade e segregação em Teresina, Piauí-PI. 2005. 314 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

_____. Teresina, uma cidade inventada: de Saraiva a Nós. **Anuário do Piauí**, Editora O Dia. ano 2, n. II, p. 302-314, 2008.

VIANA, Masilene Rocha; MESQUITA, Francisco; MEDEIROS, Lucineide Barros. Apresentação [do livro]. In: VIANA, Masilene Rocha; MESQUITA, Francisco; MEDEIROS, Lucineide Barros. (Org.). **Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Piauí**, Teresina, EDUFPI, 2018 (no prelo).

XAVIER, G. N. A. O cicloativismo no Brasil e a produção da lei de política nacional de mobilidade urbana. **Em Tese – Revista eletrônica dos pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 3, n. 2, p. 122-145, jan./jul. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13478>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

Sites acessados:

<http://crcsecultpiaui.blogspot.com/2016/10/vivamaddalena-os-guardioes-do-patrimonio.html>

<http://www.ufpi.br/ultimas-noticias-ufpi/5395-projeto-caju%C3%ADna--estudantes-de-direito-oferecem-assessoria-jur%C3%ADdica-popular>

<http://www.capitalteresina.com.br/noticias/teresina/liminar-que-suspendeu-a-construcao-do-terminal-do-parque-piaui-e-cassada-36913.html>

<http://www.capitalteresina.com.br/noticias/teresina/audiencia-publica-discute-terminal-do-parque-piaui-33311.html>

<http://entrecultura.com.br/2016/07/15/a-praca-e-do-povo/>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro da entrevista com os integrantes do movimento

Data: ____/____/____

I- Abordagem sobre a mobilização e a formação do movimento

- 1- Fale sobre o movimento (Como começou? Quem fez parte? O que conseguiram pontuar?).
- 2- Como você se integrou ao movimento?

II- Abordagem sobre aspectos organizacionais do movimento

- 3- Havia um centro diretivo do movimento?
- 4- Existiu a figura do líder?
- 5- Qual o papel exercido por essa liderança?
- 6- Como foram construídas as estratégias dentro do movimento?
- 7- Qual o papel dos recursos tecnológicos (telefone celular e redes sociais da internet) para o movimento?

III- Aspectos relativos a redes, elos conectivos e padrões de aliança

- 8- Como ocorreu a articulação entre os militantes do movimento Ocupa Praça?
- 9- Havia relação com outros atores (movimentos sociais, ONG, entidades, governos ou instituições)?
- 10- Como ocorreu a articulação com esses atores?
- 11- Qual a contribuição desses atores para o movimento?

IV - Aspectos relativos à dimensão conflitual da relação estabelecida entre o Movimento e o Estado

- 12- Como ocorreu a articulação entre o movimento Ocupa Praça e o Estado?

13- Qual o grau de abertura política estabelecida pelo Estado?

14- Ao estabelecer um canal de comunicação com o Estado, quais os principais entraves apresentados nas negociações estabelecidas?

15- Considerando os impasses surgidos dentro do processo político e o resultado obtido através das negociações com o Estado, como estes impasses foram superados?

V- Percepção dos militantes quanto aos resultados alcançados
--

16- Para além da esfera da intervenção, ou seja, da permanência da praça comunitária, qual foi o maior legado ou a maior contribuição do Movimento Ocupa Praça para a sociedade?

17- Como vocês conseguiram isso?

APÊNDICE B – Roteiro da entrevista com o poder público

Data: ____/____/____

- 1-Fale sobre o Plano Diretor de Transporte e mobilidade Urbana de Teresina.
- 2- A prefeitura alegou que houve um amplo processo de consulta popular na escolha para o local de construção dos terminais, como ocorreu a participação popular na formulação do projeto?
- 3-Como foram iniciados os diálogos entre o poder público e o movimento ocupa praça?
- 4- Qual a visão do governo sobre esse movimento?
- 5- E sobre movimentos sociais urbanos em geral?
- 6- Vocês reconheceram a legitimidade do movimento ocupa praça?
- 7- Havia relação com outros atores (movimentos sociais, ONGs)?
- 8- Há integrantes do movimento ocupa praça na prefeitura?
- 9-Como ocorreu à articulação entre o Estado e o movimento ocupa praça?
- 10- Que canais foram utilizados para viabilizar a relação entre os atores sociais, ou seja, o diálogo entre Estado e Movimento (Sindicatos, associações de bairro, mídia, líderes comunitários, Grupos, Institutos, paróquia local)?
- 11- Quais os principais entraves apresentados na negociação estabelecida?
- 12-Como esses impasses foram superados?
- 13-Qual foi o fator decisivo para a prefeitura mudar o local de construção do terminal?
- 14-Qual o impacto do movimento para construção de novas políticas especificamente no que tange a participação popular?